

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A INDUSTRIALIZAÇÃO EM SOMBRIO/SC:
GÊNESE E EVOLUÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Geografia
da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Título de Mestre em
Geografia

Orientador: Prof. Dr. Armen Mamigonian

FLORIANÓPOLIS

Março 2001

"A Industrialização em Sombrio: Gênese e Evolução".

Leila Maria Vasquez Beltrão

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.



Prof.^a Dr.^a Walquíria Krüger Corrêa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 21/03/2001



Dr. Armen Mamigonian (Presidente-Orientador-USP/UFSC)



Dra. Raquel Ma. Fontes do Amaral Pereira (Membro-UFSC)


M.Sc. Luís Fugazzola Pimenta (Membro-UFSC)

Florianópolis - 2001

Quando eu te encarei frente a frente não vi
o teu rosto,
chamei de mau gosto o que vi, de mau
gosto, mau gosto.
É que Narciso acha feio o que não é
espelho (...)
E foste um difícil começo, afasto o que não
conheço
e o que vem de outro sonho feliz de
cidade,
aprende depressa a chamar-te realidade.

(Caetano Veloso, "Sampa")

Ao Léo, companheiro da vida e de todos os dias, por partilhar os progressos e as angústias. Por se desdobrar em ser pai e mãe, durante minhas ausências.

Aos exemplos que acompanham minha vida: Zoila, minha mãe e Carminha querida irmã, pelo muito que representam.

Às pequenas Marina e Elisa que sempre me questionaram sobre o fim.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meu agradecimento aos colaboradores que, direta ou indiretamente, auxiliaram na elaboração desta dissertação.

Aos funcionários da AMESC, em especial ao Aílson e Moacir pela presteza nas informações. Ao Edilson Nazário, pelas "dicas" sobre os mapas. A Luciléia Marcon, colega e profissional cuidadosa, pela digitalização dos cartogramas. Ao querido Caio, pela elaboração da capa e Eliseu pelo "résumé". À Associação Comercial e Industrial de Sombrio, por me apresentar ao empresariado local. Aos empresários, sindicalistas e trabalhadores que se dispuseram a participar das entrevistas. Às amigas Maria Madalena e Carla, por me situarem nos bastidores da vida da cidade, auxiliando na filtragem de informações.

À Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, pela liberação parcial das atividades docentes.

Ao Curso de Pós-Graduação em Geografia pela nova oportunidade e aos colegas do curso pelo convívio. Aos professores que se dispuseram debater a pesquisa em seus vários estágios, pelas contribuições valiosas.

Ao professor Dr. Armen Mamigonian, um agradecimento especial pela confiança, o incentivo e o exemplo.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	ix
LISTA DE TABELAS, MAPAS, FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS.....	x
RESUMO.....	xiii
RÉSUMÉ.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	8
1.1 NÍVEL GLOBAL: O PARADIGMA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	11
1.2 NÍVEL NACIONAL: FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DA INDUSTRIALIZAÇÃO	13
1.2.1 As Teorias Sobre a Gênese da Industrialização no Brasil	13
1.2.2 As Dualidades na Formação Social Brasileira e a Industrialização - A Teoria de Ignácio Rangel	17
1.3 NÍVEL REGIONAL: A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL COMO BASE PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DAS ÁREAS COLONIAIS DO SUL BRASILEIRO	22
1.4 NÍVEL REGIONAL/LOCAL: AS TEORIAS SOBRE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL	27
1.4.1 A Economia do Sul de Santa Catarina	30
2 PRESSUPOSTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS.....	38
2.1 AS CONDIÇÕES PARA A ACUMULAÇÃO REGIONAL	38
2.2 A GÊNESE DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM SOMBRIO	61
3 A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA EM SOMBRIO	74
3.1 INDÚSTRIA CALÇADISTA: EXPANSÃO, VINCULAÇÕES, CRISES E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	82
3.1.1 As relações de trabalho e a crise do ramo calçadista	95

3.2 A INDÚSTRIA VESTUARISTA EM SOMBRIO: EMERGÊNCIA DE UM SETOR DINÂMICO	101
3.3 A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM SOMBRIO.....	112
3.4 O RAMO DE MADEIRAS, ESQUADRIAS E MOBILIÁRIO: UM SEGMENTO EM CRISE?	117
3.5 AS PERSPECTIVAS DO RAMO CERÂMICO	124
4 A INDÚSTRIA DE SOMBRIO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS	128
4.1 A INDÚSTRIA NO ESPAÇO INTRA-URBANO DE SOMBRIO	139
4.1.2 OS FLUXOS DE MÃO-DE-OBRA	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158

LISTA DE SIGLAS

ABICALÇADOS	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina
BADESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BNH	Banco Nacional da Habitação
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CECRISA	Cerâmica Criciúma S.A.
CEAG	Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
DIEFs	Declarações Econômico-Fiscais, prestadas pelas empresas à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FATMA	Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
TRT	Tribunal Regional de Trabalho

LISTA DE TABELAS, MAPAS, FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELAS:

1. Total de empresas por ramo industrial e amostragem das entrevistas realizadas	06
2. Número de empresas e de trabalhadores na indústria calçadista de Santa Catarina	36
3. População residente, urbana, rural e taxa de crescimento anual nos municípios da AMESC - 2000	40
4. Principais produtos exportados por Santa Catarina - 1854/1855 e 1880/1886	56
5. Evolução da população urbana e rural em Sombrio, na AMESC e em Santa Catarina -1970/2000	72
6. Participação da população economicamente ativa por setores econômicos em Sombrio, municípios da AMESC e em Santa Catarina 1970/1991	74
7. Estabelecimentos industriais e população residente em Santa Catarina e em Sombrio - 1960/1985	76
8. Piso salarial de algumas funções da indústria calçadista	99
9. Indústria de sorvetes em Santa Catarina	116

MAPAS:

1. Localização do Município de Sombrio/SC.....	39
2. Sombrio - Localização industrial por pessoal ocupado e valor de vendas - 1965 (perímetro urbano)	148
3. Sombrio - Localização industrial por pessoal ocupado e valor de vendas - 1965 (exceto perímetro urbano)	149
4. Sombrio - Localização industrial por volume de vendas - 1999 (perímetro urbano)	150
5. Sombrio - Localização industrial por volume de vendas - 1999 (exceto perímetro urbano)	151

6. Procedência da mão-de-obra das maiores empresas de Sombrio 2000 (perímetro urbano)	152
7. Procedência da mão-de-obra da maior indústria cerâmica de Sombrio - 2000	153

FIGURAS:

1. Os caminhos do gado - século XVIII	49
2. O comércio de confecções, calçados e têxteis na rodovia BR-101 sul de Santa Catarina - 2000	102
3. Procedência das matérias-primas da indústria de Sombrio - 2000	138
4. Destino das mercadorias da indústria de Sombrio - 2000	138

QUADROS:

1. Origem do capital e empresariado de algumas indústrias do município de Sombrio	68
2. Família Tiscoski - evolução industrial calçadista e diversificação de ramos industriais	84
3. Exemplo de diversificação produtiva no interior do ramo madeireiro	122
4. Exemplo de diversificação de ramo produtivo (indústria da madeira e do vestuário)	123

GRÁFICOS:

1. Saída de mercadorias da indústria calçadista de Sombrio	93
2. Número de estabelecimentos dos principais ramos industriais de Sombrio	104
3. Valor das vendas dos mais importantes ramos industriais de Sombrio	106
4. Valor de vendas da indústria cerâmica de Sombrio	125
5. Procedência de matérias-primas e de serviços da indústria de alimentos de Sombrio	130
6. Destino da produção da indústria de alimentos de Sombrio	131

7. Procedência das matérias-primas e de serviços da indústria de calçados de Sombrio	132
8. Destino das mercadorias da indústria de calçados de Sombrio	133
9. Procedência de matérias-primas e de serviços da indústria do vestuário de Sombrio	134
10. Destino das mercadorias da indústria do vestuário de Sombrio	135

RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, explicar quais as causas do processo de industrialização em um município de pequeno porte no Extremo Sul de Santa Catarina. A cidade de Sombrio caracteriza-se por apresentar uma industrialização baseada na presença de quatro ramos principais: calçadista, vestuarista, de alimentos e cerâmico. No trabalho, demonstra-se que a inserção da cidade de Sombrio no modo de produção capitalista deu-se tardiamente, com a abertura de inúmeras empresas calçadistas voltadas ao mercado de exportação e comandadas pelo pólo industrial de Novo Hamburgo. Contudo, as condições básicas para a instalação deste processo já estavam gestadas, desde o início do século, a partir da acumulação gerada pela pequena produção mercantil aliada à consolidação de pequenas manufaturas artesanais urbanas. Tais condições permanecem em compasso de espera, para se inserirem, de forma efetiva na divisão do trabalho, a partir do final dos anos de 1970 e início dos de 1980. Não obstante a industrialização local ter se expandido a partir de designações externas, verificou-se que a origem das iniciativas é maciçamente local e que, ao contrário das interpretações correntes para o papel das pequenas cidades no processo industrial, são dotadas de um intenso dinamismo, visto que têm sobrevivido e crescido, mesmo nos momentos em que a conjuntura global/nacional impõe condições extremamente adversas para a sua permanência. Diante disto, busca-se demonstrar as condições para a gênese do processo industrial e a evolução de cada um dos ramos industriais principais, tanto no que se refere ao movimento econômico como suas vinculações espaciais externas. O papel da industrialização local na estruturação do espaço intra-urbano é enfocado a partir da localização das unidades industriais e dos fluxos de deslocamento da mão-de-obra.

RÉSUMÉ

Dans ce travail on pretend expliquer quelles sont les causes du processus d'industrialisation dans un petit municipe de l'extrême sud de Santa Catarina. La ville de Sombrio est caracterisée pour présenter une industrialisation fondée sur la présence de quatre branches principales: des chaussures, vêtements, aliments et céramique. On démontre que l'insertion de la ville de Sombrio dans le mode capitaliste de production est devenue tardivement, avec l'ouverture de nombreuses fabriques de chaussures qui envisageient l'exportation et etaient commandées par le pôle industriel de Novo Hamburgo. Toutefois, les conditions basiques pour ce processus etaient déjà données, depuis le but du XXème siècle, a partir de l'accumulation gerée par la petite production mercantile associée à la consolidation des petites manufactures artisanales urbaines. Telles conditions restent à l'attente des nouvelles conditions pour s'insérer, effectivement, dans la division du travail, à partir de la fin des annés 1970 et le but des 1980. Malgré l'expansion de l'industrialisation locale a partir des designations externes, on a vérifié que l'origine des initiatives etaient grandement locales et que, au contraire des interpretations scientifiques courantes sur le rôle du processus industriel des petites villes, celles-ci ont intense dynamisme parce qu'elles ont survies et agrandies, même qu'il soit dans des moments dont la conjoncture globale/nationale impose des conditions extrêmement adverses pour sa persistence. De cette façon, dans ce travail on démontre les conditions nécessaires pour la génération du processus industriel et l'évolution de chacune des branches industrielles principales, aussi en ce qui concerne au mouvement économique comme ses vinculations spatiales externes. Le rôle de l'industrialisation locale dans l'estructuration de l'espace intra-urbain en considérant la localisation des unités industrielles et des flux de déplacement de la force de travail.

INTRODUÇÃO

Compreender como e porque o município de Sombrio transformou-se em uma cidade industrial no extremo sul catarinense foi a interrogação motivadora para a realização deste trabalho. O interesse em responder esta questão resultou do momento em que, ao irmos residir no Município (1994), deparamo-nos com uma cidade de pequenas dimensões onde a economia girava em torno da industrialização de calçados, voltada, sobretudo ao mercado de exportação.

A hipótese inicial, resultado desta percepção imediata, era de que a industrialização de Sombrio poderia ser entendida como uma expansão do processo industrial regional, polarizado por Criciúma, quando o capital já consolidado procura "novas áreas descontaminadas" para sua melhor reprodução. Logo, Sombrio poderia ser compreendida - como são muitas outras pequenas cidades industriais brasileiras - como mero reflexo da expansão dos capitais já instalados regionalmente.

Contudo, o contato com a cidade, a vivência de seu cotidiano e o conhecimento de seus principais atores sociais surpreenderam-nos. Começamos a perceber que Sombrio não era apenas um espaço apropriado por capitais externos, mas ao contrário, que as iniciativas e os capitais eram, sobretudo locais. Como entender tal origem? Quais foram as condições para que iniciativas industriais nascessem no extremo sul de Santa Catarina e, sobretudo, se consolidassem? Como entender tal processo se ele parecia querer não se encaixar na concepção de dependência, se o local também se afirmava como força e como dinamismo?

Para responder a estas questões, nosso trabalho foi, inicialmente, de reflexão sobre a pertinência metodológica do estudo do local. Partindo das colocações de Milton Santos e do paradigma de formação sócio-espacial, reconhecemos a importância da apreensão das especificidades locais, compreendidas em seu movimento e articulação com as determinações mais gerais.

Buscar decifrar as determinações gerais em suas relações com as especificidades locais exigiram a busca de um instrumental teórico que permitisse entender a industrialização de Sombrio no contexto da própria industrialização brasileira. A interpretação de Ignácio Rangel sobre a formação social brasileira, como resultado de uma combinação única, uma resposta própria aos movimentos cíclicos da economia mundial, permitiram-nos perceber a complexidade das condições de evolução da indústria no Brasil.

A demonstração desta complexidade reforçou a importância de tentar desvendar o significado do diverso, do local com sua riqueza de determinações, abandonando a postura de tentar encaixar a realidade em uma "fôrma homogenizadora"¹. Ou seja, em última análise, a teoria de Ignácio Rangel prova-nos que a formação social brasileira evolui carregada de múltiplas combinações, de articulações entre diferentes modos de produção e dentro destes, de diferentes estágios, produzindo também espaços diferenciados, cujas especificidades merecem ser analisadas.

Articuladas com a concepção de dualidade da formação social brasileira, as contribuições do professor Armen Mamigonian nos foram fundamentais para entender a gênese da indústria brasileira, ao destacar o papel fundamental desempenhado pela pequena produção mercantil, em especial na Região Sul do País.

Mostra-nos o professor que, apesar de articulada ao pólo dinâmico nacional (São Paulo), a industrialização do sul desenvolveu centros com dinamismo próprio. Aqui a pequena produção mercantil de origem agrária, aliada ao pequeno capital comercial, a experiência artesanal, a presença de operários de origem europeia e uma divisão social do trabalho significativa forneceu as bases para uma evolução, "onde as indústrias nasceram, em geral, pequenas e tiveram que realizar um longo aprendizado local de resistência e lenta expansão inicial" (MAMIGONIAN, 2000:5). Tal processo desenvolveu-se no interior das zonas de colonização do sul, onde as iniciativas industriais floresceram no período depressivo da economia internacional (fase b do 2º ciclo longo de

¹ Conforme a concepção de KUHN (1987) sobre a elaboração da produção científica durante o período da "Ciência Normal".

Kondratieff - 1873-1896), podendo introduzir uma substituição de importações de bens de consumo simples e suprir um mercado local e regional em expansão.

Assim, apesar de uma conjuntura externa favorável, internamente o desenvolvimento industrial não se dá homoganeamente no espaço, nem tampouco obedece a uma lógica meramente exógena. As condições locais são fundamentais. Daí a diferenciação que Mamigonian faz da industrialização da região de origem alemã, da região carbonífera do sul e do oeste agroindustrial e, mesmo antes da gênese da indústria catarinense, as diferenças entre o planalto latifundiário e a região colonial da pequena propriedade, gerando duas formações sócio-espaciais distintas.

Com base nessas duas visões complementares, a de Inácio Rangel sobre a formação social brasileira e de Armen Mamigonian para a gênese da industrialização catarinense é que orientamos a pesquisa no resgate das condições para a acumulação regional, como ponto de partida para compreender a gênese da indústria local. Os resultados deste trabalho serão apresentados ao longo do Capítulo 2.

Tal resgate nos permitiu perceber que o extremo sul catarinense participou economicamente da formação social brasileira desde a instalação de sua primeira dualidade, funcionando como ponto de captura, domesticação e aprisionamento de índios para a escravidão. Já neste momento há uma articulação da região com o centro da economia colonial, mesmo que indiretamente, pois era mediada pelo controle do comércio de índios pela Capitania de São Vicente. Posteriormente, na articulação da região do planalto (captura de animais) com a região aurífera (novamente intermediada pela região de Sorocaba/SP), permitiu ao Extremo Sul de Santa Catarina consolidar-se como um "nó" de passagem, interligando a economia do planalto com a própria pequena produção que se instalava em função da ocupação açoriana e madeirense.

A economia da pequena produção de origem açoriana também esteve, desde sua origem, articulada à produção de excedentes, inserindo a região nos movimentos comerciais mantidos pela economia catarinense, sobretudo por meio do comércio da farinha, entre Santa Catarina e o Rio de Janeiro.

Neste sentido, pudemos perceber que a economia do Extremo Sul de Santa Catarina apresentava melhores condições de acumulação e transição para

um artesanato mercantil (base para evolução industrial) que as regiões coloniais do sul catarinense (Criciúma e arredores), o que de fato não ocorreu. Neste sentido é importante entender a importância em que se reveste a Região Sul catarinense como área estratégica (depósitos de carvão) no advento do ciclo recessivo da 3ª dualidade (1920-1948), momento em que se inicia o processo de industrialização no Brasil. Isso acabou por orientar uma ampla gama de investimentos do Estado no Sul, em detrimento do Extremo Sul.

Assim, as condições para transformação dos capitais acumulados pela pequena produção mercantil em iniciativas manufatureiras só se farão mais tarde, tanto em Sombrio como em Araranguá e sob a influência de pólos já estruturados regionalmente.

Dadas estas condições mais gerais é que seguimos tentando caracterizar a gênese da indústria em Sombrio. Pudemos perceber que iniciativas industriais estão sob o comando do capital local, desde a tradição artesanal da indústria calçadista até as iniciativas que associam capitais de diferentes setores econômicos.

Isto não quer dizer que se originam de forma independente. A industrialização local se concretiza nos momentos em que há uma conjuntura favorável à evolução destes capitais, conjuntura esta muitas vezes representada pela subordinação local aos centros mais dinâmicos, como Novo Hamburgo, no exemplo calçadista, ou Criciúma, no segmento cerâmico. Mas, ao mesmo tempo em que depende das designações externas ao espaço local, esta industrialização sobrevive, reorganiza-se e se rearticula nos momentos de crise em que sua existência, enquanto centro subordinado, não mais se justifica, demonstrando sua vitalidade e dinamismo.

No Capítulo 3, explicitamos a evolução dos principais ramos da indústria do Município de Sombrio, tendo como base os dados obtidos na pesquisa de campo. O objetivo foi traçar um perfil de cada um dos ramos industriais, destacando seus respectivos momentos de crescimento, de crise e de transformação. Nesta análise elegemos os cinco ramos de maior representatividade na indústria local, seja pelo número de estabelecimentos existentes, como pela dimensão do faturamento e do número de trabalhadores. Neste processo, foi possível perceber como evoluiu a trajetória econômica dos segmentos industriais em destaque,

buscando relacioná-la as determinações conjunturais, bem como com as especificidades locais.

Ao nos propormos compreender a gênese e a evolução de Sombrio, um aspecto importante foi o de tentar desvendar qual o papel que a economia local desempenha no espaço regional, nacional e global. Assim, no Capítulo 4, apresentamos os fluxos de aquisição de matérias-primas e serviços, bem como a penetração da produção local na Região Sul, nos demais estados brasileiros e no exterior. A análise dos dados, sintetizada em cartogramas, nos permitiu perceber a forte vinculação regional (sobretudo com o próprio Estado e o Rio Grande do Sul), tanto no que se refere à obtenção de insumos como na comercialização da produção.

Finalmente, analisar a influência da atividade industrial no espaço intra-urbano foi o objetivo do Capítulo 5. Num primeiro momento, buscamos detectar o crescimento do número de unidades industriais e sua localização no espaço da cidade. O crescimento da indústria, além de impulsionar a expansão da malha urbana, tem aos poucos seletivizado determinadas localizações, dando o início a um processo de especialização espacial da indústria, sobretudo com o considerável crescimento do número de empresas instaladas ao longo da BR-101, em direção ao norte do Estado.

Com a mesma preocupação acima explicitada, buscamos identificar os fluxos entre o local de moradia da força de trabalho e as respectivas unidades industriais. Para tal selecionamos a maior empresa de cada ramo, detalhando a procedência de seus trabalhadores por bairros e entre o meio urbano e rural. Assim, apesar das características de um sítio urbano plano, que permite um fácil deslocamento do trabalhador e reduz a pressão por "ótimos locais", é clara a existência de bairros tipicamente operários, de onde provém grande parte dos trabalhadores dos diversos ramos industriais.

Assim, nossa pesquisa de campo envolveu a organização e análise das Declarações Econômico-Fiscais (DIEFs) de **todas as indústrias do Município de Sombrio que apresentaram atividade econômica entre os anos de 1996 e 1999**. Tais dados, obtidos junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina nos permitiram dimensionar os vários aspectos referentes ao movimento financeiro das empresas, sobretudo no que se refere aos fluxos de aquisição de

matérias-primas e serviços, bem como na venda de produtos para os demais Estados brasileiros e para o exterior.

Paralelamente, realizamos entrevistas com os dirigentes de empresas de cada ramo industrial, selecionando as de maior porte a partir do seu faturamento e número de empregados. Em tais entrevistas buscamos resgatar a história do estabelecimento, a origem dos capitais e a trajetória dos proprietários, a estrutura organizacional da empresa, os aspectos relativos à produção (incluindo aí a terceirização), a origem das matérias-primas e o destino da produção. Finalmente, os planos de expansão e as vantagens e desvantagens locacionais das empresas de Sombrio também foram abordados. A amostragem realizada pode assim ser resumida:

**Tabela 01 - TOTAL DE EMPRESAS POR RAMO INDUSTRIAL
E AMOSTRAGEM DAS ENTREVISTAS REALIZADAS**

RAMO INDUSTRIAL	TOTAL DE EMPRESAS REGISTRADAS¹	Nº DE EMPRESAS ENTREVISTADAS	% DE ENTREVISTAS SOBRE O TOTAL
Ind. Alimentos	16	04	25
Ind. Calçadista	47	10	21,2
Ind. Cerâmica	24	04	16,6
Ind. de Madeira	28	05	17,8
Ind. do Vestuário	45	09	20
TOTAIS	160	32	20

¹ Com registro junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina e com movimento econômico declarado em 1999.

Os dados de campo foram complementados por informações obtidas na Prefeitura Municipal, no escritório local do SEBRAE, na Associação Comercial e Industrial de Sombrio, no Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Calçados, no Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica e na Associação dos fabricantes do Super Center Japonês. Em Araranguá, no

Sindicato Patronal da Indústria Cerâmica e no escritório central da Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina (AMESC). Em Criciúma, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário. Em Florianópolis, na Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria da Fazenda do Estado. Foram consultados ainda os Sindicatos de Trabalhadores da Indústria do Calçado de São João Batista/SC, de Franca/SP e de Novo Hamburgo/RS. Finalmente, foram fundamentais as entrevistas realizadas com trabalhadores, cooperados e personalidades que vivenciaram a história da indústria e da cidade de Sombrio.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ao nos propormos desenvolver uma pesquisa sobre "A gênese e a evolução da industrialização em Sombrio", uma primeira preocupação apresentase. Qual a justificativa para a realização de um estudo desse tipo? Tal objeto e seu recorte permitem contribuir para o entendimento do real enquanto manifestação concreta do todo, do universal? Ou seja, até que ponto o estudo de um processo econômico (industrialização), materializado em um município de pequeno porte, pode contribuir para o entendimento da formação sócio-espacial brasileira e, por extensão, do capitalismo como modo de produção hegemônico?

Tal questão sugere-nos uma análise acerca do método e da fundamentação teórica que se pretende utilizar no estudo da industrialização sombriense. Ela nos remete, em primeiro lugar, à discussão acerca do **particular** como explicação da **totalidade**. Na busca de respostas, destacamos as afirmações de Milton Santos sobre a totalidade:

[...] todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade do todo, mas a totalidade não é a simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la, ao contrário, a totalidade é que explica as partes. (SANTOS, 1997:93)

Assim, a industrialização de Sombrio não pode ser entendida por si mesma, mas como produto da formação sócio-espacial brasileira, esta inserida na dinâmica do modo de produção hegemônico em suas articulações duais com outros modos de produção². Logo, Sombrio não se reduz ao local, mas sua indústria articula-se em nível regional, nacional e internacional com o todo da economia e da sociedade.

² Conforme a concepção sobre a formação social brasileira defendida por Ignácio Rangel à qual nos deteremos na partes 1.2.1 e 1.2.2.

Contudo, tais afirmações trazem-nos outra questão fundamental sobre a justificativa da temática. Se é o **todo** que explica as **partes**, a análise de tais "partes" (recortes do real) é um esforço estéril enquanto contribuição para o entendimento do todo, não conseguindo avançar, portanto, além de uma bem intencionada descrição. Contudo é importante destacar que:

É a realidade do todo que buscamos apreender. Mas a totalidade é uma realidade fugaz [...]. Como assim, enfrentar a árdua tarefa de entender a totalidade? A primeira noção a levar em conta é que o conhecimento pressupõe a análise e a segunda noção essencial é de que a análise pressupõe a divisão. (SANTOS, op.cit.:94)

Esta divisão da qual nos fala Milton Santos, não é a pura fragmentação ou cisão das partes, como no paradigma atomístico-individualista (cf. GONÇALVES, 1988:11), que levou a uma concepção caótica do todo, pois pressupõe uma dissecação dos objetos em si mesmo. É, na verdade, resgatar o seu movimento, sem o qual o todo perde sua significação. Logo, o todo somente pode ser conhecido através das partes e as partes somente podem ser conhecidas, em sua essência, através do todo, em seu movimento conjunto, expresso através do processo histórico.

Assim, dentro da perspectiva do método dialético, o estudo da industrialização em Sombrio é expressão de uma parte do todo. É o particular presente concretamente enquanto manifestação do universal³. Logo, a opção por um enfoque que privilegiará a gênese e a evolução, justifica-se na necessidade de resgatar a problemática dentro de uma perspectiva histórica, ou seja, de uma dimensão temporal que deve ser analisada a partir de sua dinâmica, de seu movimento.

Mas, se a questão temporal expressa através da historicidade é fundamental, cabe perguntar qual a importância do **espaço** como categoria para o entendimento da totalidade? Em suma, o que há de espacial (e, portanto, de interesse geográfico) em uma proposta de estudo sobre a questão industrial? Voltamos a buscar explicação em Santos:

³ Conclusões a partir da concepção sobre materialismo dialético desenvolvido por KOSIK (1986:20 e seguintes) e LUKÁCKS, (1978:105 e seguintes).

O movimento da totalidade permite entendê-la, num primeiro momento como integral e, num segundo momento, como diferencial. Enquanto diferencial, ela é apreciada em suas manifestações particulares de forma, de função, de valor, de relação, isto é, em concreto. A totalidade é ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real-concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. (op.cit.: 98)

Assim, podemos entender que o todo do método dialético é apenas uma latência, uma possibilidade, que se concretiza através de uma ação que é **histórica e espacialmente** localizada, dando sentido ao lugar como expressão espacial do particular, ou melhor, como nas palavras de CARLOS (1993:303) "[o lugar] se reproduz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular" e de SANTOS (op.cit.: 100): "os lugares reproduzem o país e o mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, qualitativa e quantitativamente para cada lugar".

Assim, delimitamos nosso objeto de estudo num lugar - Sombrio/SC- e num tempo determinado - da gênese aos dias atuais -, escolhendo como objeto de análise a singularidade do processo de industrialização. Esse processo não está referido a qualquer sociedade e tempo, e sim, ao universo particular conhecido como sociedade capitalista contemporânea. No entanto, é necessário destacar, que esta sociedade apresenta-se diferente nos **distintos lugares e momentos**. Por essa razão é preciso buscar delimitá-la às particularidades da formação sócio-espacial brasileira, em especial ao período considerado (a partir da década de 30, quando se introduz o processo industrial em Sombrio), mas também compreendê-la em necessária e íntima conexão com o processo capitalista global.

Assim, ao elegermos o estudo de um dado lugar em um dado tempo (este lugar referido com suas conexões com os outros lugares e o tempo como o corte de um tempo mais vasto e global), buscamos tentar apreender as determinações mais gerais. Estas sim se expressam como universais porque dão conteúdo ao singular.

Outro balizamento que buscamos destacar é que nossa análise tem como foco o **processo de industrialização**, no tempo e no espaço acima dimensionados. Ao escolhermos esta via, buscamos também entender a inserção de Sombrio como um espaço industrial na divisão territorial do trabalho, tendo como eixo os seguintes elementos de investigação:

- como nascem tais indústrias, ou seja, quais são as condições de acumulação que permitiram a instalação de unidades industriais no município?
- quais são suas relações e o papel que desempenham na economia e no espaço regional, nacional e global?
- como a atividade industrial influencia na organização do espaço urbano local?

Para tentar responder às questões acima, e considerando o já exposto, nos cabe perguntar quais serão nossas "ferramentas" para compreender a dinâmica industrial de Sombrio? Qual o referencial teórico a ser utilizado?

Na busca das "diversas mediações" entre o particular (objeto de estudo) e o todo, utilizamos os seguintes referenciais teóricos: o paradigma de Formação Sócio-Espacial de Milton Santos, a Teoria da Dualidade na Formação Social Brasileira de Ignácio Rangel, a Industrialização via Pequena Propriedade Mercantil nas zonas coloniais do sul do Brasil de Armen Mamigonian e as teorias de localização industrial a partir de Marshall, Chardonnet e Perroux.

1.1 NÍVEL GLOBAL: PARADIGMA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

O paradigma formação sócio-espacial de Milton Santos⁴ insere-se numa perspectiva teórica de base marxista que busca resgatar a categoria espaço no

⁴ Esta proposta teórica foi apresentada por Milton Santos no texto Sociedade e Espaço - A Formação Social como Teoria e como Método publicado, em português, no Boletim Paulista de Geografia n. 54, de 1977.

interior do materialismo histórico-dialético, abrindo novas importantes perspectivas explicativas para a Geografia.

Milton Santos considerou a impossibilidade de se conceber uma determinada formação social sem se recorrer ao espaço, pois as categorias **modo de produção**, **formação sócio-econômica** e **espaço** são categorias interdependentes, já que "os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada" (Santos apud CORRÊA, 1995:26).

As duas primeiras categorias, axiais na teoria marxista, derivam da concepção de que as relações de produção são determinantes de todas as relações sociais, pois:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos pode formular-se resumidamente assim: na produção social de sua existência os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que respondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual respondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1983:24)

Esta base material é a ferramenta que permite elucidar os traços gerais da formação econômica de uma sociedade. Tais determinações, por sua vez, unem-se dialeticamente à apreensão das especificidades de uma realidade concreta, dada pela categoria Formação Social que é **historicamente** e **espacialmente** determinada. Assim, a compreensão de uma realidade concreta faz-se pelo movimento dialético de apreensão das determinações gerais e das específicas, pois, como nos aponta VIEIRA (1992:28):

as leis gerais do processo histórico natural estão contidas na categoria MP [Modo de Produção] (a unidade e a diversidade no tempo) e suas leis específicas, na categoria FS [Formação Social] (a unidade e a diversidade no espaço). Ambas só se realizam na interpretação de uma dada realidade, uma FSE [Formação Sócio-Espacial], onde o geral deve conter o específico e o específico o geral, pois é assim que se apresenta a materialidade da sociedade.

Assim, ao tentarmos desvendar o processo de industrialização no município de Sombrio, não podemos buscar as respostas apenas no local. A compreensão deste processo só pode se dar, considerando-se as determinações gerais do modo de produção predominante (historicamente definido), em conjunto com as "múltiplas determinações" resultantes da inclusão de Sombrio no interior da formação social brasileira e mais especificamente, na área de transição entre a ocupação açoriana e a colonial europeia, no Sul do Brasil.

Considerando que a consolidação do processo de industrialização de Sombrio deu-se sob a égide do capitalismo industrial como modo de produção dominante, fez-se necessário resgatar a origem da própria industrialização no interior da formação social brasileira. Numa primeira aproximação, buscamos situar as diferentes correntes/interpretações sobre a industrialização do país, análises estas que trazem em seu bojo diferentes concepções acerca da evolução da formação social brasileira.

1.2 NÍVEL NACIONAL - FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A GÊNESE DA INDUSTRIALIZAÇÃO

1.2.1 As Teorias sobre a Gênese da Industrialização no Brasil

A discussão sobre a industrialização brasileira inicia-se, segundo MAMIGONIAN (1995), por volta dos anos de 1920 e 1930, fora da esfera acadêmica. É somente a partir de 1959, com a publicação de **Formação Econômica do Brasil**, de Celso Furtado⁵ que a intelectualidade engaja-se na discussão sobre as causas e as condições para o florescimento da indústria no Brasil.

⁵ MANTEGA (1995), destaca a importância de Celso Furtado na introdução de uma interpretação materialista para a sociedade brasileira. Apesar de estruturalista, foi o primeiro a reconhecer que as economias subdesenvolvidas da América Latina são um produto histórico específico do capitalismo contemporâneo, e não como reprodução das fases preliminares do capitalismo nos países pioneiros. MAMIGONIAN (1997:133), por sua vez, apesar de destacar a ausência das relações de produção na análise de Furtado, reconhece seu mérito ao "trabalhar a idéia de constituição de um centro dinâmico interno à economia brasileira".

Entre os teóricos posicionados politicamente à esquerda e sob a perspectiva de uma interpretação marxista da economia brasileira, surgem três teorias que desempenham um papel hegemônico, sucessivamente, nas explicações sobre a industrialização do Brasil:

1) a teoria da CEPAL, que popularizou a expressão 'industrialização por substituição de importação', dominou o ambiente cultural de 1955 a 1964; 2) a teoria da dependência, que teve sua grande aceitação no período seguinte ao golpe militar, enfatizou a subordinação da industrialização aos interesses do centro capitalista; 3) a teoria dos ciclos econômicos, com grande aceitação recente, reconhece o enorme dinamismo do processo de acumulação capitalista brasileiro. (MAMIGONIAN, op.cit.: 66)

Tal debate, por sua vez, insere-se em uma discussão maior a cerca da própria interpretação da Formação Social Brasileira. Na concepção cepalina, a gênese da Formação Social Brasileira deu-se a partir da existência do modo de produção feudal, a espelho do modelo europeu. Assim, a presença do latifúndio, impedia o crescimento industrial brasileiro. Para esses teóricos, a industrialização brasileira teve sua gênese em função de crises ocorridas no centro da economia mundial.

Para esta corrente, como ilustram as colocações de SIMONSEN (1973), as dificuldades cambiais e as crises na economia mundial causavam queda na capacidade de importar da economia brasileira, o que estimulou a produção industrial. Contudo, esta substituição de importações, elevava a necessidade de outras importações (matérias-primas, máquinas e equipamentos, etc.) que acabavam sendo mais dispendiosas que a própria economia gerada pela substituição, agravando o déficit externo e gerando nova fase de substituições. Logo, o crescimento industrial através deste processo gerava um empobrecimento crescente, pois os mecanismos de troca internacional - sempre desfavoráveis aos países periféricos -, acabavam por transferir os excedentes econômicos para o centro do sistema. Tal raciocínio, de caráter estagnacionista, não considerava a possibilidade de um crescimento industrial no País, exceto a partir de uma atitude intervencionista do Estado.

Em consonância com esta interpretação, os intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), também enxergavam "no latifúndio de origem feudal, bem como no imperialismo, os maiores obstáculos ao desenvolvimento brasileiro" VIEIRA (op.cit.: 57). Nesta concepção, a função de produtor de gêneros primários de exportação, executada pelo latifúndio feudal, em atendimento aos interesses dos países centrais, aliados ao baixo poder aquisitivo da população rural, sufocava o desenvolvimento da incipiente industrialização.

A resolução para o que se considerava como "problema estrutural da industrialização brasileira" era, pois, compartilhada pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do PCB: realização de mudanças estruturais encabeçadas pelo Estado, sobretudo a realização da reforma agrária, visando ampliar a capacidade de consumo do mercado interno e a distribuição de renda.

É importante destacar, como nos lembra MANTEGA (1995:105), que as idéias sustentadas pelo PCB careciam de uma análise metodológica mais profunda, constituindo-se na transposição mecânica do ideário sustentado pela III Internacional para todo o conjunto de colônias e ex-colônias, que constituíam os "países atrasados". Assim, a dinâmica histórica do Brasil reproduziria a sucessão de modos de produção (a espelho do assinalado por Marx em Introdução à crítica da economia política, para explicar a emergência do capitalismo na Inglaterra, França e Alemanha), constituindo-se no que ficou conhecido como método etapista.

Esta concepção é negada com a publicação de **Revolução Brasileira** por Caio Prado Júnior, em 1966. A exclusão do Partido Socialista Brasileiro e o Golpe Militar de 1964 geraram um movimento de negação das idéias sustentadas pelo próprio partido e, por extensão, da concepção de um feudalismo no Brasil⁶. Por outro lado, o próprio desempenho positivo da indústria e da economia, durante aos anos de 1950, colocaram por terra a visão estagnacionista até então sustentada.

⁶ Nesse momento, um dos principais opositores a tese de capitalismo colonial defendida por Caio Prado Júnior é Nelson Werneck Sodré, que "apesar de reconhecer a consolidação das forças representadas por um parque industrial e pelo surgimento de uma burguesia nacional" (MANTEGA, op.cit.: 12) defendia a origem feudal do capitalismo brasileiro destacando, inclusive, que o latifúndio, associado às forças imperialistas, representava o verdadeiro obstáculo para a consolidação do capitalismo no país.

As formulações de Caio Prado Jr. têm profunda repercussão ideológica entre as esquerdas, durante a década de 1960, gerando nova interpretação sobre a economia, bem como sobre a gênese da industrialização brasileira: **a teoria da dependência**. Nesta concepção, o Brasil e o restante da América Latina foram frutos da expansão capitalistas da Europa, tendo sido capitalistas desde seu início. (Frank apud MAMIGONIAN, 1995:70). Assim, os avanços na industrialização deveriam ser entendidos como um aprofundamento da dependência e do atrelamento da economia brasileira aos centros do capitalismo mundial. Neste processo, a relativa autonomia da burguesia industrial nacional foi substituída pela associação: capital multinacional, estatal e privado nacional.

Segundo esta nova concepção, a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho modificava-se de exportador de produtos primários para exportador de bens de consumo (como têxteis, alimentos, calçados, etc.). Contudo, a remessa de lucros para os países sede das empresas multinacionais, associado ao pagamento de *royalties* e empréstimos externos, não permitia margem para a apropriação interna do excedente econômico, perpetuando-se, portanto, **uma concepção estagnacionista da economia e da industrialização brasileira**, tal qual a visão cepalina. Por extensão, a incapacidade do país em realizar a substituição de importações no setor de máquinas e equipamentos, tornava nosso parque industrial incompleto, gerando desequilíbrios setoriais na economia e perpetuando a dependência externa.

Além do estagnacionismo já apontado, para VIEIRA (op.cit.: 68-9), a teoria cepalina/comunista e a teoria dependentista compartilham, ainda, de uma concepção dualista na interpretação da Formação Social Brasileira - o dualismo, ou seja, a coexistência de dois princípios irreduzíveis opostos, estão presentes nas duas concepções através da contraposição "feudalismo/imperialismo" e "subdesenvolvimento/feudalismo". Esta análise dualista opõe as forças internas e externas, reduzindo a interpretação da Formação Brasileira a uma perspectiva cristalizada, não dotada de movimento dialético⁷.

⁷ Segundo VIEIRA, a crítica realizada por Francisco de Oliveira em **A economia brasileira: crítica à razão dualista**, que apontou a ausência do raciocínio dialético nas teorias dependentistas incorre no mesmo erro, ou seja, a subordinação de um dos princípios ao outro, quando defende que o 'moderno' (centro) cresce e se alimenta da existência do 'atrasado' (periferia). (p.69)

A substituição de importações de insumos básicos e de equipamentos pesados realizada na década de 1970, durante o governo Geisel, demonstrou mais uma vez o dinamismo da indústria no Brasil e colocou em cheque o poder explicativo da teoria da dependência, já que nossa economia crescia em ritmo bem mais acelerado do que da maioria dos países centrais.

Nestas circunstâncias foram retomadas as idéias de Inácio Rangel, lançadas na década de 50, que constituíram a primeira visão teórica crítica ao modelo cepalino e por isso mesmo tinham que ser ocultadas pela maciça propaganda das idéias da aliança CEPAL-PCB, dominantes na época⁸. (MAMIGONIAN, op.cit.: 72)

1.2.2 As Dualidades na Formação Social Brasileira e a Industrialização - A Teoria de Ignácio Rangel

Ao contrário das demais correntes, Ignácio Rangel não se detém sobre a discussão da origem feudal ou não feudal da formação social brasileira. Sua reflexão é mais profunda e indica a necessidade de uma interpretação crítica da sucessão dos modos de produção proposta pelo materialismo histórico. Assim, no caso brasileiro,

a seqüência da história universal - comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo-, se reproduziria de forma distinta dos países desenvolvidos (centrais) [...], pois a história do país não retrata fielmente a européia porque nossa evolução não é autônoma, não é fruto exclusivo das forças internas. (Bielschowsky apud VIEIRA, op.cit.: 66)

Assim, em *Dualidade básica da economia brasileira* (1957), Rangel lança as bases de uma nova interpretação para a formação social brasileira, através das **dualidades**

⁸ PAIM (1997:6-8) contextualiza a independência do pensamento de Rangel destacando o incômodo que suas formulações originais causavam aos pensadores e ativistas do Partido Comunista, entre 1945 e 1946. Opondo-se ao esquema teórico que sustentava as ações políticas do PCB, Rangel defendia que o desenvolvimento industrial do país poderia ser capitaneado pelo Estado dispensando a realização da reforma agrária.

no sentido que atribuo a esse termo, isto é, ao fato de que todos os nossos institutos, o comércio, o capital, o trabalho e nossa própria economia nacional - são mistos, tem dupla natureza e nos afiguram coisas diversas, se vistos do interior ou do exterior respectivamente.

Nesta interpretação, há a **coexistência de diferentes modos de produção**, considerando-se aí a sua complexidade no que se refere aos diferentes estágios de desenvolvimento e suas diversas formas de transição, "compondo um modo de produção complexo único" RANGEL (1981:15). Tal combinação das forças produtivas e das relações de produção, não emerge, como nos destaca MAMIGONIAN (1987), apenas internamente, mas também na evolução das relações de nossa economia periférica com as economias centrais. Assim, as relações externas são determinantes no desenvolvimento das forças produtivas internas e de suas relações de produção internas. Aí reside a originalidade da visão marxista de Rangel "em não reduzir a formação social brasileira aos seus limites territoriais, já que nascemos e continuamos até agora inseridos no conjunto da economia mundial capitalista" (idem: 65).

A relação entre as dualidades da Formação Social Brasileira e a economia mundial, expressa-se na concepção rangeliana através do comportamento dos Ciclos de Kondratieff⁹ com fluxos e refluxos (ascensão e depressão) da economia do centro do sistema capitalista, refletindo-se em impulsos que condicionam e regulam a amplitude e as condições do comércio exterior e, por tal, sensibilizando o comportamento da economia nacional. (RANGEL, 1981:12)

Porém, ao contrário das teorias sobre a industrialização já destacadas, os momentos de ascensão da economia mundial não sufocavam as possibilidades de desenvolvimento industrial após o término de cada etapa de substituição de importações, quando os investimentos tornavam-se ociosos pela redução do consumo, mas,

⁹ Nicolai Kondratieff, economista russo, indicou na década de 20, a partir do estudo das estatísticas econômicas referentes à Inglaterra, França, Alemanha e aos Estados Unidos, que a economia capitalista industrial caracteriza-se por conter e se condicionar a ciclos longos de 50 anos de duração aproximada, que apresentam fases de ascensão, onde são postas em prática as inovações tecnológicas e, fases depressivas, onde a extensão das inovações tecnológicas a toda a economia, reduzem a taxa de lucro, desestimulando investimentos. (MAMIGONIAN, 1987:65-6)

representavam uma poupança potencial, que podia dispensar a poupança externa para a retomada do desenvolvimento econômico no ciclo seguinte. O capitalismo brasileiro estava em condições de se expandir internamente mesmo quando eram desfavoráveis as relações externas, como ficou evidente na década de 30. (MAMIGONIAN, 1995:73)

Para Rangel, a introdução do capitalismo industrial como um pólo interno da economia, marca o aparecimento da terceira dualidade na Formação Social Brasileira, a partir do início da fase depressiva do 3º Ciclo de Kondratieff (1920-1948). Contudo, o desenvolvimento da indústria teve suas bases lançadas muito tempo antes, desde as primeiras formas naturais de substituição de importações, surgidas anteriormente à instalação do capitalismo industrial no centro do sistema, fato este que marca a manifestação dos ciclos longos sobre as relações centro-periferia.

Assim, ainda em meados do século XVIII, com a decadência da extração de ouro em Minas Gerais, ocorreu um sólido processo de substituição de importações, que deu origem à fazenda mineira, caracterizada por uma policultura agrária extremamente variada e uma **forte auto-suficiência artesanal** que, nas palavras de VIANA (1972: cap. I),

gera, na economia das fazendas, uma considerável complexidade de aparelhos de produção, que ainda hoje (1920) subsistem, em parte, em alguns pontos entranhados de Minas e São Paulo.

E se expressou, por exemplo, na instalação de teares, "produzindo panos, estopas, drogas de linho e algodão, e ainda lã" (Martins apud MAMIGONIAN, 1990:12).

Instalado o primeiro Ciclo de Kondratieff no centro da economia mundial, em sua fase recessiva (b) entre 1815-1848, inicia-se novo processo de substituição de importações no Brasil, reflexo da contração do comércio mundial. Tal substituição transferia os recursos internos das fazendas escravistas, para atividades não agrícolas como a construção e a indústria de transformação, focada, sobretudo na produção de têxteis grosseiros, para enfardar mercadorias e vestir escravos. **De caráter rural e artesanal**, porém, não mais exclusivamente de auto-suficiência, este novo período de substituição de importações visou suprir

também as necessidades do mercado interno¹⁰. Com o avanço da divisão internacional do trabalho e aumento das exportações brasileiras (reorientando os recursos internos das fazendas à produção de gêneros de exportação), houve estímulo às importações, sobretudo inglesas, o que marcou o declínio do artesanato têxtil, e a transferência de fazendeiros para as cidades, devido à ampliação de sua capacidade de consumo, dando impulso à urbanização brasileira.

Com a instalação da fase recessiva do 2º ciclo longo (1848-1896), declinam os preços dos produtos exportados pelo Brasil, reduzindo a capacidade de compra da aristocracia rural recém urbanizada (MAMIGONIAN, op.cit.: 17). Inicia-se nova fase de substituição de importações, através da instalação de uma pequena produção mercantil urbana, que se utilizou mão-de-obra escrava ou recém liberta (negros de ganho). Tal produção voltava-se ainda, como no ciclo recessivo anterior, às atividades de transformação e construção civil, que por terem caráter urbano, não se desestruturaram com a expansão das exportações, por ocasião da fase ascendente do 3º ciclo longo, continuando a se expandir, sob a orientação e o comando do capitalismo mercantil interno. (RANGEL, 1981:25)

Paralelamente, como nos destaca MAMIGONIAN (op.cit.: 17 e seguintes), a reinserção das fazendas na divisão internacional do trabalho como exportadoras de gêneros agrícolas, eliminou a atividade de produção artesanal de auto-consumo, sobretudo de produtos têxteis, atividade esta que foi realizada por outras propriedades rurais que se especializaram na produção de sacarias e tecidos para escravos, atendendo as necessidades dos mercados próximos¹¹.

É no 3º ciclo longo, como foi destacado acima, tanto em sua fase expansiva (1896-1921) como depressiva (1921-1948), que há a transformação das substituições de importações artesanais em industriais, marcando a formação de um capitalismo industrial no pólo interno, em substituição ao capitalismo mercantil. Tanto a redução da capacidade de consumo e de exportação dos

¹⁰ Segundo nos aponta MAMIGONIAN (1990:15), em Minas Gerais, entre 1827-1828 produziam-se 7,4 milhões de metros de tecidos de algodão, que representavam quase 20% das importações brasileiras de tecido inglês. Tais tecidos eram comercializados principalmente no Rio de Janeiro.

¹¹ Esta atividade inicia-se em Minas Gerais e Bahia e expande-se desde o Maranhão até o Rio Grande do Sul.

países centrais europeus durante a Primeira Guerra, como a crise de 1929, permitiu o florescimento de um novo ciclo de substituição de importações, de feição marcadamente industrial e urbana, que consolidam o setor têxtil e alimentar (carne, açúcar, cervejas, massas, etc.) e põe em marcha um processo de substituição de importações que compuseram, degrau a degrau, o parque industrial brasileiro: indústria de bens de consumo simples, indústria de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis, indústria química e mecânica pesada. (MAMIGONIAN, 1995:74)

O comportamento de cada um dos setores industriais (e o florescimento dos subseqüentes) pode ser entendido através da observação dos ciclos médios juglarianos brasileiros¹² A acumulação de capitais propiciada durante os períodos de expansão, permite o investimento em outros setores a partir do momento em que o setor, já instalado atinge capacidade ociosa, superior ao consumo existente, gerando um momento de depressão e reinvestimento em um novo setor, este representativo dos pontos de estrangulamento do ramo industrial em crise. Tais investimentos efetivaram-se a partir de mudanças institucionais empreendidas pelo Estado através de regulações cambiais, fiscais e creditícias, do direito do trabalho, nos meios de acesso a novas tecnologias e no aparelho de intermediação financeira, gerando momentos de crescimento econômico, que se tornaram reconhecidos como nossos "milagres" (RANGEL, 1981:30).

Com o avanço da industrialização acelerou-se também a integração da economia brasileira, até então de caráter regional¹³, em torno de um pólo dinâmico central: São Paulo. Tal integração, contudo, não pode ser vislumbrada

¹² Adaptando a teoria dos ciclos médios, desenvolvida pelo economista francês Juglar, no século XIX, que assinalou a presença de períodos de expansão dos negócios, seguida de crise e depressão, com duração média de 8 a 11 anos, para a economia européia e americana, Inácio Rangel, assinalou a ocorrência de flutuações internas na economia brasileira em ciclos de duração média de 10 anos.

¹³ Conforme assinala SUZIGAN (1986:15), até a década de 20, a economia brasileira compartimentava-se em regiões econômicas mais ou menos autônomas e representativas, cada uma, de diferentes setores agrícola-exportadores Assim, a extração da borracha sustentava a economia regional amazônica; o açúcar, o algodão, o fumo e o cacau representavam as riquezas de exportação do Nordeste; o café, mais importante produto de exportação do país, indicava a hegemonia de São Paulo, Rio de Janeiro e também Minas Gerais e Espírito Santo; e finalmente, no Sul, a importância da economia baseada no charque, que supria as demais regiões do país e evoluiu para a produção das carnes congeladas e industrializadas, voltadas ao mercado de exportação.

como homogênea, onde cada região se especializa produtivamente de acordo com suas potencialidades, mas dentro dos critérios de lucratividade do capital, que concentra os investimentos em determinada área do território, onde o retorno é mais rápido e garantido, consolidando a formação do pólo industrial.

A vinculação das economias regionais ao pólo industrial paulista marca, em nível interno, a reprodução das relações hegemônicas dos países centrais do capitalismo para com o Brasil, no sentido que a capital paulista, como base de sustentação do capital industrial, impunha às economias regionais uma posição subalterna de fornecedora de insumos e matérias-primas de origem agrícola. Contudo, a interpretação de tal relação não pode se limitar a uma concepção centro-periferia, visto que as economias regionais também desenvolveram centros de dinamismo próprio. No caso da região sul, por exemplo, se a articulação ocorreu com base no fornecimento de matérias-primas oriundas da pequena produção mercantil diversificada, as manufaturas que iniciaram suas atividades ainda no século passado evoluíram, em locais como Caxias do Sul, Blumenau e Joinville¹⁴, para indústrias dinâmicas, cuja produção rivalizava com a obtida na capital paulista.

1.3 NÍVEL REGIONAL: A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL COMO BASE PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DAS ÁREAS COLONIAIS DO SUL BRASILEIRO

Podemos diferenciar três matrizes explicativas para a origem da industrialização de Santa Catarina. As duas primeiras, como nos aponta SILVA (1999:101 e seguintes) baseiam-se na tese da gênese industrial como obra da consolidação do capital comercial (import-export) ou na capacidade empreendedora do capitalista de origem européia, o que teria gerado um "modelo econômico catarinense" de desenvolvimento industrial.

A terceira matriz, que tem encontrado confirmação através de diversos trabalhos, considera a industrialização de algumas regiões catarinenses como

¹⁴ Sobre o desenvolvimento industrial das regiões acima citadas, nos baseamos nos dados apresentados por MAMIGONIAN (1965) para Blumenau; ROCHA (1994) para Joinville e BALDISSEROTTO (1995) para Caxias do Sul.

decorrentes da acumulação gerada pela pequena produção mercantil, aliada a uma representativa divisão social do trabalho entre agricultores independentes, artesãos, operários e pequenos comerciantes. O pioneiro nesta abordagem, Armen Mamigonian, considera que não podemos falar de um "modelo catarinense", pois esse tipo de industrialização não ocorreu somente em Santa Catarina, mas também nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde as condições acima também se fizeram presentes. Por outro lado, tais condições não abarcam todo o território catarinense, pois nas regiões da pecuária extensiva, como a Campanha Gaúcha e o planalto de Lages, as relações de produção dominantes não permitiam uma acumulação de base pulverizada.

Assim, o processo de industrialização em Santa Catarina ocorreu com o surgimento dos núcleos industriais nas áreas de colonização alemã, no decorrer da fase recessiva do 2º ciclo longo (1873-1896). Tais empresas, ligadas aos setores têxteis e alimentar, criadas por imigrantes com tradição no trabalho fabril e formação técnica obtida na Alemanha, aproveitou-se das aberturas decorrentes da conjuntura de depressão do comércio internacional¹⁵ e de um mercado consumidor formado por agricultores locais. Assim Santa Catarina, nas áreas de colonização européia, começou a evoluir de uma economia baseada exclusivamente em produtos primários para subsistência local e de exportação voltada ao "centro" do País, para a instalação de indústrias que se desenvolviam, de forma lenta e segura, alcançando mercados no sul e chegando ao Rio de Janeiro e São Paulo ainda antes da Primeira Guerra Mundial.

Com o impulso decorrente de uma nova fase de substituição de importações, (reflexo da crise instalada no centro do sistema com a Primeira Guerra Mundial), as empresas puderam alcançar mercados mais amplos beneficiando-se da falta de concorrência estrangeira. Em Santa Catarina, tanto as indústrias alimentares e têxteis atingiram uma nova fase de expansão, como outros setores industriais foram favorecidos. A indústria metal-mecânica, por

¹⁵Tais aberturas referem-se a presença de uma pobreza cambial, que formou uma barreira protecionista natural, bem como o reforço a política fiscal de impostos de importações. (MAMIGONIAN, 1986:104)

exemplo, passou a fornecer equipamentos industriais e de manutenção para os estabelecimentos já existentes.¹⁶

Outros fatores contribuíram ainda para esta fase de expansão industrial, sobretudo os investimentos para ampliação dos meios de transporte, inseridos em uma política nacional de criação de infra-estrutura (BOSSLE, 1988:42-3). Em Santa Catarina, tais esforços materializaram-se na instalação de trechos ferroviários ligando as fontes produtoras aos portos da costa. Assim, segundo o Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG) (1980:69):

A Estrada de Ferro Dona Thereza Christina teve sua construção iniciada em 1880, sob a administração de empresa britânica. Sua função seria, sobretudo a exploração de carvão da Zona Sul [...]. Quanto à Rede Viação Paraná-Santa Catarina, o ramal de São Francisco se iniciou em 1905 e o aterro do Linguado 1906. Funcionaria como escoadouro da Zona do Litoral de São Francisco e do Planalto Norte. A Estrada de Ferro Santa Catarina, construída entre 1905 e 1909, paralela ao rio Itajaí-Açu, ligaria Blumenau ao Porto de Itajaí.

É nesse momento que houve o favorecimento para a exploração de carvão no sul de Santa Catarina. A dificuldade em se importar o carvão inglês durante o período do conflito, impôs aos armadores cariocas a necessidade de obter novas fontes de carvão para abastecer os navios a vapor. Iniciaram-se os investimentos para a produção de carvão no sul de Santa Catarina, aproveitando-se um conjunto de benefícios oferecidos pelo governo brasileiro¹⁷.

A região oeste, por sua vez, ocupada a partir da década de 1920 por colonos gaúchos, assentados em pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar, tinha sua economia orientada para a produção de suínos e milho com o objetivo de obter excedentes em carne e banha para a comercialização com frigoríficos gaúchos e paulistas.

¹⁶ Segundo MAMIGONIAN (1965:87) a Cia Hering de Blumenau consolidou-se, durante a Primeira Guerra Mundial, como a maior manufatura de malha branca do Brasil. ROCHA (1994:44-5) destaca o crescimento das exportações de produtos manufaturados pelo porto de São Francisco do Sul, sobretudo de meias, prego, fósforos, cola e velas.

¹⁷ São eles: concessão de empréstimos pela carteira de descontos do Banco do Brasil para empresas que apresentassem produção superior a 150 ton/dia, isenção de taxas e impostos sobre máquinas e materiais importados e redução do preço dos fretes e transportes. (BOSSLE, 1988:63)

Assim, nota-se a formação de uma divisão do trabalho setorial no espaço, resultado da diversificação e das condições específicas da acumulação da economia catarinense. Para MAMIGONIAN (1986:105), tal divisão expressa-se na formação de três regiões industriais distintas, a saber: a região industrial de origem alemã, a região carbonífera do sul do estado e a indústria do oeste agroindustrial.

A primeira região em destaque engloba o nordeste do estado, os vales dos rios Itajaí e Itajaí-Mirim. A organização espacial decorrente abarca, desde Joinville e Blumenau, dois pólos que concentram grandes estabelecimentos, até as pequenas unidades industriais isoladas na área rural de municípios menores, que se beneficiaram da exploração da mão-de-obra colona-operária. Assim, nesta região consolidaram-se:

os ramos industriais do departamento I (metalurgia, mecânica, elétrico-comunicações, material de transporte e plásticos) e do departamento de bens de consumo (têxtil, vestuário-artefatos têxteis, química e mobiliário). (Idem: 105)

De origem marcadamente artesanal, com o uso de mão-de-obra familiar e de forte vinculação com a pequena produção mercantil, tais indústrias cresceram e, em muitos setores, ultrapassaram sua relação de subordinação ao centro do capitalismo nacional tornando-se hegemônicas e hoje, rivalizam com empresas sediadas em países centrais. Grupos Tupy, Hansen e Hering são exemplos reconhecidos.

A região carbonífera de colonização predominantemente italiana, além da presença da pequena propriedade produtora de excedentes na gênese de seu processo industrial, assenta-se sobre depósitos carboníferos que, ao serem explorados através de investimentos/subsídios estatais, criaram uma economia de aglomeração. Nesta economia, destaca-se o pólo de Criciúma, ao lado de Tubarão (transformação do carvão em energia) e Urussanga (beneficiamento, extração e atividade ceramista). Além destes, Imbituba também mereceu destaque pela transformação do rejeito em ácido sulfúrico e fosfórico, utilizado

pela indústria de fertilizantes, bem como pela instalação do porto para escoamento da produção mineral.¹⁸

A atuação do Estado como incentivador da indústria carbonífera no sul de Santa Catarina, teve uma vinculação direta com o desenvolvimento industrial do País. A importância estratégica do recurso natural elevou o sul catarinense ao patamar de área estratégica para investimentos, que se concretizaram em vários momentos: nas dificuldades de importação do carvão inglês durante a Primeira Guerra Mundial, nos subsídios governamentais do período Vargas ou, mais tarde, como substitutivo energético com a crise do petróleo de 1973. De qualquer forma, a presença de mercados nacionais cativos e os subsídios, permitiram a expansão da atividade carbonífera e acumulação de capitais locais, o que gerou substituição dos primeiros empresários do carvão, vindos de São Paulo e Rio de Janeiro, por um empresariado local, como Guglielmi e Freitas, que hoje atuam em diversos ramos econômicos.

A crise decorrente do fim do protecionismo, no Governo Collor, fez decair substancialmente a produção de carvão, incluindo o fechamento do Lavador de Capivari e da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) e a privatização do complexo siderúrgico estatal, onde se destacava a Companhia Próspera (GOULARTI FILHO, 1995:40), "castigando" toda a região. A saída para manter a economia foi a diversificação do parque fabril, com a expansão da indústria cerâmica, o setor químico, metal-mecânico, a indústria do vestuário e a do calçado, estes últimos, ramos que se fixaram também no município de Sombrio.

Por fim, seguindo ainda as colocações de MAMIGONIAN (op.cit.:105), a terceira região na economia industrial catarinense é o oeste agro-industrial, onde os colonos foram, a partir de 1960, aos poucos aprisionados ao sistema de integração com grandes empresas que dominam o mercado nacional: Sadia-Transbrasil, Perdigão Agro-Industrial e Seara, "produtores de porcos/salamarias, aves da matriz ao produto final, soja/óleo, maçã, etc."

Assim, apesar de existirem relações centro-periferia a partir de São Paulo em relação ao conjunto da economia brasileira, é importante destacar mais uma vez **que a relação São Paulo-Região Sul se diferencia das demais do País,**

¹⁸ Sobre a economia carbonífera e o Porto de Imbituba ver SANTOS (1995) e NEU (1999).

em especial ao que se refere ao setor industrial, pois muitas empresas sulistas não só dominam o mercado brasileiro como exportam para o mercado americano, europeu e japonês, bem como desenvolvem/adquirem tecnologia em convênio com centros estrangeiros e nacionais de pesquisa científica, o que demonstra seu considerável grau de autonomia.

1.4 NÍVEL REGIONAL/LOCAL - AS TEORIAS SOBRE A LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Compreender a lógica da localização industrial em Sombrio, pressupõe a compreensão do próprio processo industrial no sul catarinense. Retomando as contribuições sobre localização industrial encontrada nos clássicos, procuramos entender as características da industrialização no sul de Santa Catarina, seja ela no seu pólo principal, como em uma cidade de pequeno porte, localizada na "periferia" desta região.

MARSHALL (1982:231-36) em Princípios de Economia foi o primeiro a sistematizar algumas condições básicas para a "concentração de indústrias especializadas em certas localidades". Segundo ele, são vários os fatores que levam à determinação da localização industrial: as condições físicas, desde o clima e solo, até a presença de recursos minerais e o acesso por terra e mar; ou ainda, a presença de artesãos ou operários altamente qualificados (vindos de outras regiões), capazes de "educar" os trabalhadores locais.

Assim, aproveitando-se de uma ou de outra condição como causa para a localização da primeira atividade industrial, criam-se sucessivamente, condições e atrativos para a localização de nova iniciativa do mesmo ramo, e desta para a atração de mão-de-obra especializada, de consumidores e de indústrias de caráter supletivo.

Tais condições básicas, apontadas por Marshall ainda no final do século XIX, estiveram presentes na gênese de vários ramos industriais do sul catarinense, não obstante influenciados por uma conjuntura mais complexa, como veremos a seguir. Assim, a origem da indústria cerâmica pautada na presença de depósitos de argila vermelha e branca e a própria indústria do carvão, são

exemplos dos condicionantes naturais como fator determinante da localização industrial. Já a presença de artesãos qualificados por sucessivas gerações no trabalho com o couro e suplantados da Europa para o Sul do Brasil, foi responsável pela gênese da manufatura calçadista em Sombrio. Por sua vez, a presença de uma mão-de-obra farta, sobretudo feminina, ociosa frente ao emprego masculino na indústria do carvão, foi fundamental para a consolidação do pólo vestuarista do sul enquanto indústria suplementar, ao menos em sua gênese.

Apropriando-se desta base teórica inicial, os estudiosos Weber e Isnard, desenvolveram estudos sobre localização, sendo incluídos no que LIPIETZ (1988) denominou de "teorias burguesas da localização industrial". O espaço, nos trabalhos realizados dentro desta concepção, era considerado como um ponto, uma distância ou uma superfície neutra, isótropa e homogênea, palco para a ação harmônica entre os diversos agentes econômicos. À Geografia cabia arrolar um conjunto de fatores de localização e caracterizar o processo de formação das grandes regiões industriais.

O desenvolvimento do capitalismo e a inserção de novas áreas na divisão do trabalho fazem abrir o debate sobre as teorias de desenvolvimento regional a partir, sobretudo, da emergência de áreas industriais em pontos distantes dos centros metropolitanos tradicionais. Neste contexto, tanto as contribuições da Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, do crescimento polarizado de John Friedman e de pólos de desenvolvimento de François Perroux, introduzem novas concepções para o espaço e para a abordagem da difusão das inovações no sistema capitalista (CORRÊA, 1987:50).

Para o Perroux, o crescimento econômico elege certos centros que funcionam como motores, os chamados **pólos de desenvolvimento**. Eles nascem a partir da instalação de atividades manufatureiras, que atuam como motivadoras para o surgimento de outras atividades. Tais firmas servem como forças motrizes, impulsionando a especialização e a diversificação setorial.

Num espaço econômico determinado, uma determinada unidade diz-se motriz quando o resultante de todos os esforços que gera é positivo, [...] pois induz na totalidade do conjunto um crescimento de volume de produção global muito maior do que o seu próprio volume de produção. Para além dos efeitos assinalados, a unidade motriz gera efeitos de aglomeração: reúne atividades complementares que dão lugar a conjunturas cumulativas de ganhos e custos localizados. A realização de meios de transporte e de comunicação provoca entre as unidades efeitos de junção: aumenta cumulativamente a oferta e a procura, alarga o campo de possibilidades dos produtores locais. (PERROUX, 1967:193)

A região onde se insere o município de Sombrio, conforme nos destaca GOULARTI FILHO (1995), ou seja, a sul catarinense, englobando desde Tubarão até os limites com o Rio Grande do Sul, é resultado deste processo:

No Sul de Santa Catarina, num primeiro momento, a indústria carbonífera cumpriu este papel, como indústria motriz, impulsionando o desenvolvimento da metalurgia, atacados de ferragens e outras pequenas atividades urbanas. Num segundo momento, as cerâmicas serão as impulsionadoras de outras atividades industriais, além de novas metalúrgicas [...] e indústrias químicas. E por último, as indústrias do vestuário também desempenham papel de impulsionadoras, proporcionam o surgimento de lavanderias, bordadeiras, serigrafias e outras atividades paralelas. (idem: 2-3)

A consolidação de vários ramos, diretamente ou indiretamente interligados, gera a formação de um complexo industrial que se caracteriza segundo CHARDONNET (1965) por uma potente concentração industrial sobre um espaço geograficamente restrito. Tal potência se traduziria, entre outros, pelo valor da produção em relação ao conjunto da produção industrial nacional (ou mundial, para o mesmo ramo) e pela amplitude dos capitais investidos e da mão-de-obra que ali trabalha. No caso do sul catarinense, como já apontado, a expressão nacional se deu, historicamente, tanto pela importância da indústria do carvão, como mais recentemente da indústria cerâmica (de competitividade internacional) e do ramo vestuarista (terceiro maior pólo do País). Assim, o tipo de complexo industrial presente na região supõe uma diversidade de tipos de indústrias, que estão ligadas por laços de dependência mais ou menos estreitos. Tais laços, como assinala ainda CHARDONNET (op.cit.), se expressam tanto na

dependência técnica, como na dependência econômica. Vejamos como isso se deu, historicamente, no sul catarinense.

1.4.1 A Economia do Sul de Santa Catarina

Além da acumulação propiciada pela pequena produção mercantil (como detalharemos a diante), a descoberta e a extração do carvão representou um fator fundamental para inserção da chamada Região Carbonífera¹⁹ no âmbito da economia nacional.

A indústria do carvão exerceu assim, uma atração muito especial sobre outros setores industriais, pois, como nos destaca CHARDONNET (op.cit.: 258) "l'extraction charbonnière suscit  l'attraction directe de groupe de productions industrielles: la production d' lectricit  thermique et la cok faction avec ses industries d riv es [...]"²⁰, pois a extração do carvão traz a possibilidade do aproveitamento do carvão não coqueificável para a gera o de energia termelétrica. Por outro lado, incentiva também a instala o de um grande número de indústrias químicas, necessárias ao processo de produ o de obten o do coque e de reaproveitamento dos rejeitos. "L'industrie chimique es ainsi accroch e   la cok faction: ammoniacque, acide azotique, engrais nitr s et composés, produits de synth se allant jusqu'aux mati res plastiques et même, dans certains cas, jusqu'  l'essence synth tique"²¹ (idem: 261).

Além destes setores interligados por uma **dependência técnica**, uma complementaridade produtiva, a indústria carbonífera também atraiu no sul catarinense um grande número de outras atividades que expressam uma dependência denominada por Chardonnet **de econômica**. São as "indústrias de

¹⁹ Fazem parte da Região Carbonífera os municípios de Araranguá, Cocal do Sul, Cric ma, Forquilha, Içara, Imbituba, Lauro Müller, Maracajá, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Tubarão e Urussanga.

²⁰ "A extra o carbonífera suscita a atra o direta de grupos de produ o industrial: a produ o termoelétrica e a coqueifica o com suas indústrias derivadas".

²¹ "A indústria química   assim 'ancorada' a coqueifica o: amoníaco, ácido nitroso, fertilizantes nitrogenados compostos, produtos de síntese ativa até substâncias plásticas e mesmo, em certos casos, combustíveis".

serviços", ou seja, empresas ou oficinas de produção e reparos mecânicos e de equipamentos e ainda, as indústrias de consumo, atraídas pela presença de uma grande volume de população, visto que a atividade carbonífera é grande absorvedora de mão-de-obra, chegando até as indústrias/comércio de vestuário "fournissant a une clientèle abondante costumes simples, 'bleus de travail' "²². (ibidem: 262).

É o quadro demonstrado por GOULARTI FILHO (op.cit.: cap. II) e por NEU (1999, cap. I) no processo de instalação e consolidação da indústria do carvão no sul catarinense, quando apontam a abertura de inúmeras minas, de estruturas de beneficiamento (lavador de Capivari), transporte (a Estrada de Ferro Dona Thereza Cristina e o Porto de Imbituba) e a transformação do carvão energético (a Termelétrica Jorge Lacerda), além da instalação de metalúrgicas que auxiliavam na manutenção das minas e o comércio atacadista, especializado na revenda de equipamentos e que serviram de base de acumulação para a posterior instalação da indústria do vestuário na região.

Paralelamente à expansão da indústria carbonífera, iniciou-se o desenvolvimento da indústria cerâmica, aproveitando-se da abundância de argila (barro-branco) de boa qualidade, utilizada na fabricação de cerâmicas refratárias. Novamente a ação do Estado foi fundamental para a expansão deste setor industrial. Além de estarmos na fase expansiva do 4º Ciclo Longo e, coincidentemente na fase ascendente do Ciclo Médio (1961-1965), o que marcava excelente momento de expansão industrial, a política de apoio à construção civil, a partir de 1964 com a criação Banco Nacional de Habitação (BNH) e Sistema Financeiro de Habitação (SFH), aumentou a demanda por pisos e azulejos, bem como gerou a abertura de linhas de crédito (BRDE e BADESC em Santa Catarina) que serviram como impulso para as indústrias ligadas à construção civil. Neste contexto o sul de Santa Catarina é beneficiado, sediando as mais importantes empresas do setor cerâmico do país (Eliane/Cecrisa), que

²² "Fornecendo a uma clientela numerosas roupas simples, 'uniformes de trabalho' ".

respondiam, em 1991, por 46% da produção nacional de revestimentos cerâmicos e 45% das exportações. (GOULARTI FILHO, op.cit.: 47).²³

Com a expansão deste setor que, nos anos de 1990, ultrapassou em expressão econômica a indústria do carvão, surgem novas economias de aglomeração: as indústrias metalúrgicas para fabricação de equipamentos e peças de reposição, indústria de fritas, granilhas e esmalte cerâmico e indústrias de embalagens e materiais gráficos. (Idem: 48)

Tal aglomeração, produto do crescimento das indústrias de revestimento, também favoreceu a expansão das empresas destinadas à produção de cerâmica vermelha na região sul catarinense. Elas são numerosas, atendendo ao segmento de telhas, tijolos, revestimentos externos e lajotas, em Municípios como Morro da Fumaça, Sangão, Içara, Tubarão, Criciúma e Sombrio e dependem, como já foi colocado, de matérias-primas, assistência técnica, máquinas e equipamentos localizados no pólo de Criciúma e vinculados, originalmente, à expansão das grandes empresas de pisos e azulejos.

A origem da indústria do vestuário no sul catarinense por sua vez teve como fator principal a transição do comércio atacadista ou varejista para produção de peças do vestuário²⁴. A partir da década de 1960, vários comerciantes atacadistas começam a produzir suas próprias etiquetas, em um processo de substituição de mercadorias antes adquiridas de São Paulo e que além de atenderem a região, atingem também o mercado gaúcho. (GOULARTI FILHO, op.cit.: 74)

Assim, como podemos notar, a economia de aglomeração presente no sul catarinense apresenta, entre os setores sucessivamente emergentes, vínculos históricos. Se hoje não se mostram tão claramente é porque, como destaca CHARDONNET (op.cit.), os laços de dependência econômica existentes entre

²³ No momento destacado, o país completava o último degrau na constituição do seu parque industrial baseado no processo de substituição de importações, com a instalação das indústrias do Departamento I (mecânicas pesadas) e as empresas de produção química. Logo, o apoio à indústria da construção civil, que é absorvedora de produtos advindos dos ramos em expansão, gerava demandas positivas para as indústrias nascentes.

²⁴ GOULARTI FILHO (1995: cap. III) aponta outras quatro origens de capital para a instalação da indústria do vestuário na região: as empresas de origem familiar ou "fundo de quintal", as empresas originadas da necessidade de complementação da renda familiar, as empresas compradas e desmembradas e as empresas montadas por ex-funcionários do ramo vestuarista. Como podemos notar, confirma-se a tese dos pequenos capitais pulverizados como gênese da industrialização, neste caso, para o ramo vestuarista.

empresas de setores diferentes, com o passar do tempo e o fortalecimento das empresas que iniciaram sua atividade como satélites, tornam-se mais frouxos, começando haver, pois, um processo de desvinculação entre as empresas.

Assim, por exemplo, se a gênese da indústria do vestuário teve relação direta com a economia carbonífera; nas últimas décadas, com a crise na produção do mineral, este vínculo inicial não se encontra mais presente, pois o ramo inicialmente satélite e complementar estruturou-se, suplantando o ramo que lhe deu origem. Assim, "pelo fato de se aglomerar uma série de indústrias com atividades similares e ao mesmo tempo distintas, a região sul-catarinense apresenta estas características de interdependência; portanto, é uma região industrial com características de um complexo" (GOULARTI FILHO, op.cit.: 5)

Na formação deste complexo industrial, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento histórico da industrialização de Criciúma colocou-a na posição de sede do pólo, seja pela aglomeração de atividades industriais complementares, seja por concentrar regionalmente meios de transporte e comunicação, dando base aos efeitos de junção, contraditoriamente, expressam-se também os efeitos de reversão, de desaglomeração, que espraiam as atividades industriais.

Neste processo, apesar da sede do pólo não perder sua significância, há um rearranjo, uma mobilização espacial do capital a procura de outras áreas não longínquas, mas descontaminadas das externalidades. Tais externalidades, como a grande valorização do solo urbano, o aumento do custo da mão-de-obra (seja por escassez na oferta, seja pela forte mobilização sindical) e as dificuldades de circulação devido ao pesado tráfego urbano, leva o capital a procura de áreas descentralizadas. Aí se incluem, no complexo industrial, as cidades de menor porte.

Assim, por exemplo, se a gênese do ramo vestuarista teve como sede a cidade pólo de Criciúma, sua expansão atingiu vários Municípios próximos como Araranguá, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Maracajá, que totalizavam, segundo dados da FIESC (1994), um total de 450 empresas. Tal crescimento atingiu também o Município de Sombrio, pois em 1996²⁵ já existiam 33 empresas

²⁵ Segundo as Declarações Econômico-Fiscais prestadas à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

do ramo da confecção em pleno funcionamento. Se confrontarmos os dados (mesmo considerando que existe uma diferença de dois anos entre eles) o Município de Sombrio só possuía menor número de empresas que Criciúma (328, ou 73% do total de empresas entre os municípios selecionados), Araranguá (47/ 10,5%) e Içara (45/ 10%). Não obstante, as empresas de confecção no Município - que evoluíram de um total de 32 em 1996 para 48 em 1999 (crescimento de 50% em 4 anos) e de um movimento econômico declarado de R\$ 379.182,00 (1996) ano para R\$ 1.083.849,00 (1999), uma expansão na ordem de 185%²⁶-, não possuem a dimensão das maiores etiquetas de Criciúma e Araranguá, pois incluem somente pequenas (de 20 a 99 funcionários) e microempresas (menos de 20 funcionários), sua evolução apresenta características peculiares.

A expansão do setor vestuarista gerou no sul catarinense, segundo GOULARTI FILHO (op.cit.), a consolidação de Criciúma e Araranguá como pólos centrais (pois abrigam as maiores etiquetas) e as cidades de Içara, Nova Veneza, Morro da Fumaça e Maracajá como economias periféricas, pois incluem, sobretudo as empresas faccionistas, prestadoras de serviço para as etiquetas locais ou de São Paulo e Blumenau. Em Sombrio a evolução apresentou aspectos diferenciados. Em primeiro lugar, a inserção da indústria vestuarista ocorreu posteriormente, isto é, a partir da década de 1990, em sincronia com a expansão na região de Tubarão e Laguna, ou seja, ela beneficiou-se mais tardiamente dos efeitos da economia aglomeração. Em segundo lugar, as iniciativas são de capital local e, sobretudo, comportam a fabricação de etiquetas próprias, ou seja, apesar de um porte muito mais reduzido frente ao alcançado por Criciúma e Araranguá o ramo vestuarista de Sombrio **não se caracteriza pela dependência e pela posição periférica** que marcam os municípios citados.

O que caracteriza pois, o perfil do segmento vestuarista no Município de Sombrio, é o predomínio de pequenas confecções de capital local, que realizam

²⁶ Sabemos que dimensionar o verdadeiro movimento financeiro de empresas é tarefa irrealizável, em primeiro lugar porque as informações declaradas aos órgãos públicos competentes, em geral, subestimam o faturamento como forma de reduzir o valor dos impostos. Mesmo cientes de tal problema, observamos o **valor adicionado** declarado pelas empresas em suas DIEFs, que se refere à diferença entre os valores declarados como entradas de mercadorias e serviços na empresa e os valores decorrentes das saídas, ou seja, vendas realizadas, valor este utilizado para o cálculo do ICMS. Tais dados, apesar de estarem muito abaixo do movimento real, nos parecem úteis como forma de observar o crescimento das empresas e, por extensão, do setor, nos anos em que tais dados encontram-se disponíveis.

as vendas de seus produtos através de "centros atacadistas e varejistas" (caso específico das empresas que mantêm lojas no Super Center Japonês, localizado às margens da BR-101, à imagem de centros como Pórtico de Criciúma e Feinvest de Tubarão), bem como de indústrias fornecedoras de artigos para o grande capital comercial (grupo gaúcho Renner).

Assim, sustentamos que, se por um lado não podemos negar a inclusão de Sombrio como área de influência do pólo industrial de Criciúma, é fundamental destacar que os laços de dependência não são tão fáceis de serem analisados, ou melhor, exigem um pouco mais de atenção para que processos diversos não sejam interpretados de forma homogeneizada.

Exemplo deste cuidado refere-se à análise das vinculações no ramo calçadista. Este ramo apresentou como pré-condição para a sua consolidação em Sombrio, a presença de artesãos com tradição no trabalho do couro, que organizados inicialmente em pequenas oficinas, evoluíram para indústrias destinadas à produção calçadista de exportação entre o final dos anos de 1970 e início da década de 1980. Tal evolução, naquele momento, inseria-se, numa escala mais ampla, na expansão das exportações de calçados brasileiros, transformando Sombrio, Araranguá e Criciúma em centros calçadistas dependentes, seja nos contratos de exportação como na aquisição de matérias-primas e mão-de-obra, do pólo industrial calçadista localizado em Novo Hamburgo. Nota-se então que, no que se refere ao ramo coureiro-calçadista, Criciúma colocava-se como uma área periférica, subordinada e dependente das designações vindas do exterior de sua própria economia.

Aliás, tal vinculação ao pólo gaúcho não é exclusividade do sul catarinense. A Região do Vale do Rio dos Sinos representa o mais importante pólo calçadista do Brasil possuindo, em 1990, 450 empresas e 150 mil trabalhadores. Ao nível nacional, outro pólo especializado no calçado é o nordeste paulista, com destaque para o Município de Franca, com um total de 402 empresas e 100 mil trabalhadores no ano de 1990²⁷. Santa Catarina desponta como um centro de

²⁷ Segundo LEME (1994:108).

expressão intermediária²⁸, com um total de 240 empresas. Dentro do contexto catarinense, destacam-se duas áreas de produção. A primeira, como podemos observar na tabela a seguir, é formada pelo Município de São João Batista e Nova Trento, sendo especializada na produção de calçados femininos e a segunda, o Sul e o Extremo Sul catarinense, onde se destaca o Município de Sombrio, além de Criciúma, Araranguá e Nova Veneza, cuja expansão da atividade calçadista tem forte vinculação ao comportamento do mercado de exportação, apesar de estar passando, conforme veremos adiante, por um rearranjo produtivo visando o abastecimento do mercado interno, desde a crise do setor de exportação, entre o final dos anos de 1980 e início da década de 1990.

Tabela 02 - NÚMERO DE EMPRESAS E DE TRABALHADORES NA INDÚSTRIA CALÇADISTA DE SANTA CATARINA

	Nº DE EMPRESAS	Nº DE TRABALHADORES
SANTA CATARINA	240 ¹	3.240 ¹
S. JOAO BATISTA E NOVA TRENTO	88 ²	1.442 ²
SOMBRIO	40 ³	2.070 ⁴

Fontes: ¹ FIESC (1998:100), dados de 1996.

² FIESC apud CASAGRANDE (1999:117), dados de 1998.

³ Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (1996).

⁴ Prefeitura Municipal de Sombrio apud GOULARTI FILHO (1995:60), dados de 1993.

Já no que se refere à indústria cerâmica em Sombrio, a presença de condicionantes naturais favoráveis (a presença das argilas vermelhas) deram as bases para a instalação das primeiras olarias, que cresceram, por sua vez, mantendo relações estreitas com o pólo de Criciúma, tanto no que se refere à obtenção de matérias-primas (esmaltes e fritas para telhas e lajotas, por exemplo) como na assistência técnica para máquinas e equipamentos. Além disso, tal

²⁸ Segundo o IBGE (1985), a indústria do vestuário, calçados e tecidos representava 13,19% da indústria catarinense e de 10,33% da indústria brasileira, constituindo-se no terceiro maior pólo do setor na indústria brasileira. (FIESC, 1993:63)

proximidade foi fundamental no acesso a empréstimos estatais. Como o sul catarinense sedia as mais importantes empresas nacionais no segmento de cerâmica branca (Cecrisa/Eliane), parte expressiva dos recursos destinados ao setor em Santa Catarina, foram drenados para região, permitindo também às cerâmicas locais beneficiarem-se com recursos do BADESC, por exemplo.

Assim, para finalizar, se é fato que a economia do sul catarinense se constitui em uma economia de aglomeração, com um papel de destaque, não só frente ao Estado de Santa Catarina, como também dentro da economia nacional, é necessário entender a inserção de Sombrio não só como reflexo desta economia, mas também como dotada de certos condicionantes que, historicamente, vão dar uma "feição própria" a esta inserção. Acreditamos, pois, como nos destaca SANTOS (1988), que a análise geográfica deve investigar como uma mesma forma de produzir se concretiza em parcelas específicas de um país, associando a nova dinâmica às condições pré-existentes. Dessa forma é necessário reconstituir a história do lugar, as condições existentes quando o que é externo à área se torna interno e a inserção da área na divisão territorial do trabalho, sempre considerando o que já existe e o novo.

2- PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

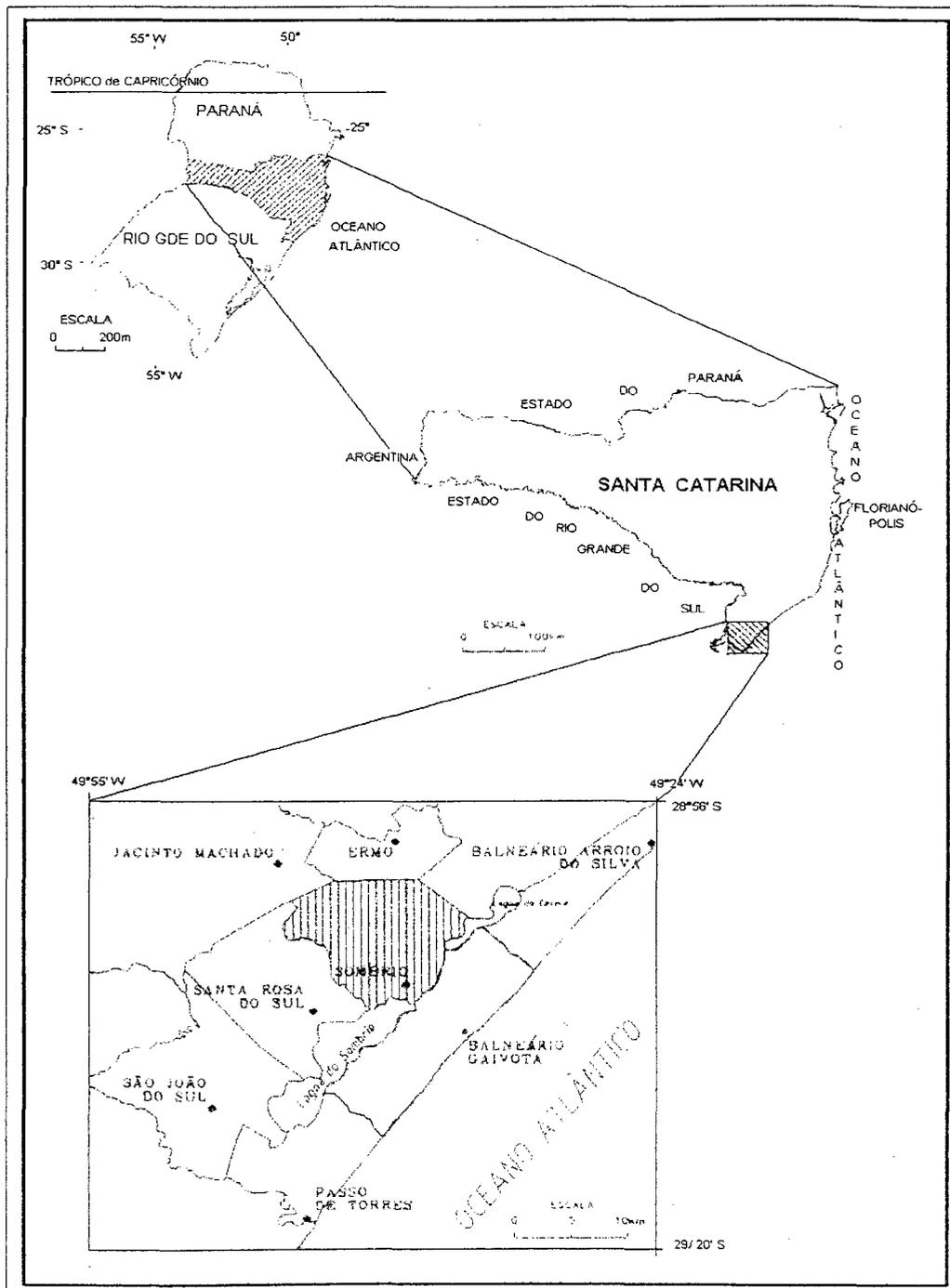
2.1 AS CONDIÇÕES PARA A ACUMULAÇÃO REGIONAL

Para tentarmos compreender a gênese da indústria no Município de Sombrio, duas questões se apresentam: em primeiro lugar, como se deu a ocupação na planície litorânea do extremo sul de Santa Catarina, caracterizada pela ocupação açoriana e madeirense e em segundo, como a ocupação das encostas da Serra Geral e dos vales dos rios de vertente litorânea, no sul de Santa Catarina, pelos imigrantes europeus, expandiu-se para a área do atual município, introduzindo inúmeras pequenas propriedades agrícolas, baseadas na policultura e no trabalho familiar. Tal enfoque pretende articular as condições de acumulação regional que foram fundamentais para a transformação de municípios como Criciúma, Tubarão, Urussanga, Lauro Müller, Siderópolis em região industrial no sul de Santa Catarina com os motivos que levaram Sombrio e Araranguá a também atingirem as condições básicas de acumulação para a transformação da economia agrícola em industrial, visto que seu processo de ocupação deu-se de forma diferenciada.

O Município de Sombrio localiza-se no extremo sul de Santa Catarina, (ver Mapa 1) limitando-se ao norte com Araranguá, ao sul com Santa Rosa do Sul, a oeste com Jacinto Machado e Ermo e a leste com Balneário Gaivota e pertence, segundo o IBGE, à microrregião geográfica de Araranguá²⁹. Sombrio é o segundo município em expressão populacional (Tabela 3) sendo que sua área urbana tem, nas últimas décadas, absorvido parte expressiva da população rural de seu próprio município, bem como dos municípios vizinhos, estes caracterizados por uma economia comandada pelo setor primário.

²⁹ Os municípios que compõem a microrregião encontram-se também reunidos na Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina (AMESC), que reúne 15 municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

Mapa 01 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC



Fonte: SCHEIBE & PELLERIN, 1992:16.

A bases naturais sobre as quais assenta-se a população do município são caracterizadas por um relevo de deposição quaternária, acompanhado de colinas de siltitos e morros de arenito e basalto (HADLICH, 1997) que forneceram os condicionantes para a exploração agrícola baseada na cultura do arroz (nas áreas baixas de várzea), do fumo e milho (nas colinas de silito) e banana nas encostas dos morros mais íngremes (SCHEIBE, 1997:48). Tais fatores foram determinantes também para o surgimento da indústria cerâmica no município "pois as terras roxas estruturadas, argilosas e de cor vermelho intensa" (HADLICH, op.cit.: 70) constituíram-se em matéria-prima para a produção de tijolos e telhas. Este setor, ao lado da indústria de madeira, também utilizou grande parte das espécies existentes na vegetação original, ainda remanescente neste século, como detalharemos adiante.

Tabela 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, URBANA, RURAL E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS MUNICÍPIOS DA AMESC- 2000

MUNICÍPIO	POP. RESIDENTE	POP. URBANA		POP. RURAL		CRESCIMENTO ANUAL%
		TOTAL	%	TOTAL	%	
ARARANGUÁ	54.647	44.995	82,2	9.652	17,7	1,91
BAL. ARROIO DO SILVA	6.028	5.861	97,2	167	2,8	5,97
BAL. GAIVOTA	5.450	2.977	54,6	2.473	45,4	5,75
ERMO	2.063	591	28,6	1.472	71,4	-0,5
JACINTO MACHADO	10.920	4.536	41,5	6.384	58,5	-0,27
MARACAJÁ	5.541	3.521	63,4	2.020	36,5	0,87
MELEIRO	7.080	3.206	45,3	3.874	54,7	0,25
MORRO GRANDE	2.901	737	25,4	2.164	74,6	2,81
PASSO DE TORRES	4.400	3.525	80,1	875	19,9	4,66
PRAIA GRANDE	7.289	3.933	54,0	3.356	46,0	-0,6
S. ROSA DO SUL	7.809	3.043	39,0	4.766	61,0	0,22
SÃO JOÃO DO SUL	6.784	1.143	16,8	5.641	83,2	-0,02
SOMBRIO	22.954	15.920	69,4	7.034	30,6	2,04
TIMBÉ DO SUL	5.322	1.683	31,6	3.639	68,4	-1,1
TURVO	10.890	5.638	51,8	5.252	48,3	0,5
SANTA CATARINA	5.333.284	4.197.287	78,7	1.135.997	21,3	2,27

Fonte: FIBGE. Censo 2000. Resultados preliminares. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

É sobre tais condicionantes naturais que se inicia a ocupação do território hoje denominado Sombrio, resultado do modo como o homem em sociedade, através de suas formas de produção vai organizando e construindo o espaço, acompanhando localmente as designações emanadas da formação social brasileira, esta, por sua vez, inserida no modo de produção dominante em nível global.

A ocupação original do território sombriense foi efetivada por índios Carijós, da família Tupi-Guarani (PEREIRA, 1972:15), a extensão de todo o litoral catarinense. SILVA (1994:31) aponta que a apropriação dos recursos naturais dava-se, entre os Carijós, de forma comunal, através do cultivo do milho, da mandioca, do algodão, do amendoim, da pimenta e do fumo; além de praticarem a caça, a pesca e a coleta. Considera-se também que se encontravam agrupados em grande aldeia, com centenas de índios, provenientes de ambas as margens do rio Mampituba (SILVA, 1997). Sua organização social, contudo, foi transformada com a chegada o homem branco através dos primeiros contatos que se efetivaram no século XVII.

Tal contato, contudo, precisa ser entendido dentro do contexto histórico no qual se encontra a formação social brasileira, inscrita no processo de expansão colonial³⁰. Após a posse sobre os territórios do novo mundo, tanto Espanha como Portugal, países centrais durante a expansão do capitalismo comercial na Europa, iniciaram o processo de exploração da América. Portugal, mais especificamente, introduziu na colônia um sistema econômico especulativo, realizado, segundo PRADO JR. (1986) por homens de posses, em grandes propriedades agrícolas, baseadas em lavouras voltadas ao mercado externo.

Porém, apesar da expansão do nascente capitalismo comercial na Europa, este não era ainda o modo de produção dominante, nem tampouco, a face com a qual os países colonizadores faziam seu contato com o Novo Mundo. Segundo nos destaca RANGEL (1981:5):

³⁰ Como nos destaca PEREIRA (2000:36-7), a gênese da formação sócio-espacial brasileira não pode ser compreendida fora do contexto histórico e geográfico da expansão do mercantilismo europeu nos séculos XV e XVI. Contudo, ela não se explica somente pela importação de formas e culturas estrangeiras. É necessário observar os elementos endógenos, representados pela ação do meio físico e pelos povos já existentes. Tais elementos fazem parte das "múltiplas determinações" que deram um caráter próprio à gênese da formação sócio-espacial brasileira.

Ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa, era uma dualidade: no seio de uma sociedade feudal, haviam se desenvolvidos fulcros de capitalismo. Era este, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento - o capitalismo mercantil- que imprimia ao sistema este prodigioso dinamismo [...], mas era o feudalismo que entrava com a carapaça externa o enquadramento jurídico externo ao mesmo sistema, pelo lado através do qual ele entraria em contato com uma humanidade, não apenas em regime pré-capitalista, como pelo menos, no caso brasileiro, ainda pré-escravista.

Assim, ao se instalarem os portugueses no Brasil, introduziu-se uma relação de caráter feudal entre o rei e os donatários³¹, baseada na afirmação da sua propriedade e na suserania e vassalagem, o que marca o caráter externo de nossa dualidade já que, conforme RANGEL (op.cit.: 7-8), o pólo interno constituía-se de um conjunto de formações pré-feudais que acabaram convergindo para a escravidão como forma predominante, durante o período colonial. Assim, o novo domínio não foi explorado diretamente pela Coroa, mas por vassalos cujos produtos cultivados eram de grande interesse do mercado europeu e fortaleciam o capitalismo mercantil português.

Neste contexto, nem todas as terras da colônia precisavam ser ocupadas, mas aquelas que podiam gerar produtos de maior interesse no mercado internacional, a saber, a produção de gêneros tropicais, o que tornou as terras do Brasil meridional desinteressantes para a instalação de grandes propriedades baseadas no trabalho escravo.

Contudo, a partir do século XVII, quando as bases do mercantilismo português foram abaladas pela elevação da concorrência entre os produtos tropicais e a conseqüente queda nos preços, a Coroa lusa viu-se obrigada a se

³¹ CORRÊA FILHO (1956) destaca que o instituto das sesmarias no Brasil era a transplantação das normas jurídicas que vigoravam em Portugal desde a era fernandina. Já a concessão de extensões de terra para donatários, resultou do aproveitamento da experiência obtida na colonização de Açores e Madeira. O poder de conceder terras na colônia, dado por D. João III a Martin Afonso de Souza em 1530 impunha como condição para as concessões a obrigatoriedade de cultivo e a impossibilidade de extensão do benefício aos descendentes, como aparece expresso no alvará de 20 de novembro de 1530 (citado por CORRÊA FILHO, p.484): "por esta minha carta lhe dou poder para êle, dito Martin Afonso possa dar às pessoas que consiga levar as que nas ditas terras quiserem viver e povoar aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades [...], das que assim der as ditas pessoas lhe **passará suas cartas declarando como lhes dá em suas vidas sômente**". (grifo nosso). Contudo, como aponta o autor, nas sucessivas transcrições desta carta, houve uma "ampliação dos poderes de Martin Afonso", prevalecendo a versão de que as terras "serão para elas e todos os seus descendentes". Esta alteração forneceu o aparato jurídico para a manutenção, por diversas gerações, de domínios de grande extensão.

atrelar ao capitalismo inglês, realizando concessões e perdendo o controle de mercados. É neste quadro, segundo SILVA (1992, p. 29), que "emerge o projeto político português, referente à expansão colonizadora" que incluiu a consolidação da ocupação do sul do Brasil, excluindo o iminente perigo da penetração espanhola e integrando, num futuro próximo, o litoral sul, na exploração econômica³².

Assim, além das preocupações decorrentes da necessidade de defesa e expansão frente ao domínio espanhol na região da Prata há também a preocupação em tornar produtivos os recursos ociosos, sobretudo no que concerne à captura de índios para escravidão como, logo a seguir, à intensificação do comércio de gado com a região dos pampas e, ainda, com a introdução das armações para a captura da baleia, cujo óleo tinha grande aceitação no mercado europeu como combustível (conforme demonstra SILVA, 1992), o que poderia gerar recursos importantes para a Coroa e para capital mercantil português.

Ainda em sua primeira dualidade, ao longo dos séculos XVI, XVII, até a abertura dos portos em 1808, quando começa a se constituir nossa formação social, o Brasil ingressa na divisão internacional do trabalho, conforme nos lembra SINGER (1983:105), "como fornecedor de artigos como o açúcar, o algodão e, posteriormente, o ouro, além de derivados de baleia que abastecia o mercado metropolitano, cujos excedentes eram reexportados para a Europa, notadamente a Inglaterra". Tais artigos eram produzidos no interior de grandes unidades que utilizavam mão-de-obra escrava, inicialmente, constituída por indígenas capturados no litoral.

Assim, a economia colonial voltada ao mercado europeu encontrava-se, até o início do século XVIII praticamente estruturada no Nordeste, com a produção açucareira. A ocupação que se efetivara no centro, irradiando-se a partir de São Vicente e São Paulo, organizava-se basicamente em uma economia de subsistência, que não lhes permitiam se enquadrar na Divisão Internacional do

³² Em concordância, PEREIRA (op.cit.: 62) destaca que o clima temperado e a população indígena da porção sul da colônia portuguesa, não despertaram imediato interesse para exploração comercial. Daí sua incorporação ter sido realizada mais tarde, com o estímulo para a implantação da pequena produção mercantil, como forma de assegurar à Coroa portuguesa a posse do território e consolidando o domínio luso frente ao território espanhol.

Trabalho (DIT), nem tampouco um comércio de caráter inter-regional. Necessitavam de um produto que lhes permitisse comercializar com o Nordeste.

Este produto não poderia ser de subsistência, pois as próprias fazendas canavieiras os produziam, ou os adquiriam, em melhores condições, nas fazendas de gado que se espalhavam pelo interior da Bahia, Ceará, Piauí, Maranhão, etc. Havia, no entanto, uma mercadoria de boa aceitação na próspera economia açucareira: o escravo. Caçar o índio domesticá-lo e vendê-lo depois como escravo tornou-se atividade especializada dos paulistas. (SINGER, 1977:143)

Ou ainda, como destaca PEREIRA (2000:74), com base em Celso Furtado, o apresamento dos índios era fundamental para a sobrevivência da Capitania de São Vicente, pois suas limitações econômicas não permitiam o acesso aos escravos africanos. Assim,

a sobrevivência da Capitania de São Vicente está relacionada à abundância de mão-de-obra indígena, pois, frente às dificuldades iniciais, a escravidão era uma condição essencial para que os portugueses pudessem viabilizar a exploração da nova terra.

Assim, seja com o intuito de articular-se com a economia exportadora estabelecida no Nordeste, ou mesmo de "suprir com braços" as atividades agrárias que se consolidavam na capitania, a ação dos paulistas e vicentistas para obtenção de tal "mercadoria" orientou-se para o litoral, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, o que teve repercussão no processo de ocupação rio-grandense e caracterizou, também, **a primeira função econômica do litoral do extremo sul de Santa Catarina**, antes mesmo da ocupação açoriana, visto que a área também funcionava como centro de captura de indígenas, pois: "Já nos inícios do século XVII, [...] os lugares em que os brancos iam resgatar índios eram, além do porto de Laguna, os rios Araranguá e Mampituba" (HOBOLD, 1994:19).

O tráfico de índios, comandado pela Capitania de São Vicente, acabava por ser facilitado pela ação dos jesuítas na catequização dos Carijós que, conforme destacam tanto HOBOLD (op.cit.) quanto REITZ (1988), aglutinavam-os em grandes grupos para proceder a "civilização" em bloco, o que tornava os

índios presas fáceis para os bandeirantes paulistas³³. De 1605 até 1639, fundou-se uma série de missões, cujo centro se localizava

sobre os limites do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, apanhando assim a extremidade sul da área da paróquia de Sombrio. As centenas de índios ali reunidos teriam vindo dos dois estados e teriam residido em ambas as margens do rio, estendendo-se mesmo às regiões vizinhas até Sombrio e Araranguá no norte e a igual distância para o sul. REITZ (op.cit.: 16)

Com a transferência do centro econômico da colônia, do Nordeste para a zona aurífera de Minas Gerais e Cuiabá, a função que o território do atual Rio Grande do Sul iria exercer na economia interna mudou³⁴, gerando conseqüências também na região do extremo sul de Santa Catarina, em especial na área do município de Araranguá, a qual pertencia Sombrio até 1954.

No plano externo, como já colocado anteriormente, a crise pela qual passou a economia lusitana em meados do século XVIII, colocou o capitalismo comercial português em posição de guarda, buscando otimizar os recursos econômicos, tanto na metrópole como na colônia. Integrar o sul à economia colonial tornava-se um imperativo, não só no sentido de responder às necessidades da Coroa (com o aumento de seus dízimos e impostos) bem como demarcar a ocupação do território, evitando o perigo da penetração espanhola.

³³ Singer (op.cit.:142) destaca que, apesar da ação jesuítica colocar-se contra prática da escravidão indígena, a conversão praticada pelos religiosos, tomava os indígenas mais aptos a servir aos interesses dos paulistas pois "transformava estas populações sedentárias em reservas potenciais de escravos", mais facilmente adaptáveis ao trabalho compulsório.

³⁴ A descoberta de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais gerou o início de um novo ciclo da economia brasileira, entre o final do século XVII e início do século XVIII. A abertura das áreas de mineração, visto que a Coroa portuguesa optou por não explorar diretamente o minério, mas obter seus lucros através da cobrança de impostos tornou a região uma zona de forte atração populacional, onde a única atividade econômica desenvolvida era a procura do ouro. Assim, as necessidades de abastecimento deram novo impulso tanto à agricultura de subsistência existente nos arredores (que começam a produzir excedentes para este mercado de consumo em expansão) como ao mercado de animais de tração que, devido à escassez, adquiriu alto valor. A região com grandes rebanhos selvagens e aptas a abastecer as necessidades das minas era "a região de Castilhos - a famosa Vacaria do Mar ao sul da Lagoa Mirim, no atual território do Uruguai, com extensão às áreas de Uruguaiana, Alegrete, Guaraí e as outras [...]. Entre cavalos, muares e bovinos julga-se que chegaria a um total de quatro milhões de cabeças." (HOBOLD, op.cit.: 40)

Organizavam-se então as bases para o povoamento do litoral sul brasileiro, a cargo dos vicentistas pelo mar e dos paulistas de Sorocaba, pelo planalto. Segundo Oliveira Viana, a ocupação se deu por duas subcorrentes:

Uma subcorrente toma pelo litoral partindo de São Vicente [...] vai contagiando a orla marítima até o extremo sul, por migrações sucessivas, em pequenos grupos familiares, de um modo quase insensível. Faz o seu trajeto por mar. Estende pelas ilhas próximas uma série de vilas e povoados rudimentares. De São Vicente passa a Itanhaem; desta a Cananéia; desta a Iguape; e daí por diante, por todo o correr do I século, vai distendendo-se por Paranaguá, Desterro, São Francisco até Laguna, onde pára. Toma pelo planalto, pelos chapadões pastoris da Serra do Mar, a outra subcorrente do Sul. Parte de Sorocaba e vai através do Paraná e Santa Catarina, passando por Cruz Alta e São Borja, até o âmago dos pampas. Em 1728, liga-se com o litoral em Laguna, pela estrada de Araranguá aberta nos flancos da cordilheira marítima. Daí reunidas levam ao seio das savanas gaúchas essas fazendas paulistas, que os colonos portugueses em 1742 vão encontrar repletas de gadarias. (VIANA, 1972:95-6)

O povoamento com base em populações do Açores e Madeira iniciou-se, a partir de 1747, com a formação de vários povoados que vão desde São Francisco do Sul até Garopaba e Vila Nova, onde se instalaram diversas famílias. A elas eram dadas pequenas extensões de terra onde os colonos introduziram gêneros como: "café, banana, algodão, laranja, arroz, milho, feijão e, principalmente, a farinha de mandioca e o açúcar"³⁵ (SILVA, 1992:41) cujos excedentes eram comercializados sobretudo em Desterro.

Laguna, por sua vez, além de também escoar a produção colonial era o último porto antes da Colônia de Sacramento, tendo por tal a função de entreposto de armas, gêneros e tropas na manutenção dos domínios lusitânicos no sul do Brasil. Tais gêneros incluíam o gado, mas também a carne salgada, o

³⁵ SILVA (op.cit.: 39) destaca que foram vários os benefícios oferecidos, pelo Conselho Ultramarino de Lisboa, aos açorianos e madeirenses para atraí-los ao litoral meridional brasileiro: o transporte à custa da Fazenda Real; 2\$400 réis para mulheres entre 12 e 25 anos; 1\$000 réis para cada filho dos casais; farinha para o sustento de um ano; um quarto de légua para estabelecer seu sítio e morada, além de diversos instrumentos. SINGER (op.cit.: 145-7) nos lembra que houve ocupação açoriana e madeirense também no Rio Grande do Sul, com a instalação de 2.000 casais, que recebiam uma data de 272 ha, dedicando-se ao cultivo de subsistência e de exportação nos núcleos de Capela Grande (Viamão), Porto dos Casais (Porto Alegre), Rio Grande de São Pedro e Santo Antônio da Patrulha.

couro e o sebo, que começaram a ser produzidos em "invernadas".³⁶ Neste contexto, o extremo sul catarinense, representava um território de passagem, ligando interesses comerciais e militares.

Contudo, o papel de Laguna neste comércio declinou com o aumento da demanda por gado em pé, em especial eqüinos e muares. Para permitir a "ligação entre os Campos de Curitiba com a terra de Rio Grande de São Pedro" (HOBOLD, 1994:43), era necessária a abertura de caminhos terrestres, tornando o transporte menos dispendioso. Foi aberta a estrada do Morro dos Conventos em 1728, ligando o litoral sul com o planalto e constituindo-se em caminho principal até 1770, quando se criou o trecho entre Lages e os campos de Vacaria (Figura 01).

A Estrada do Morro dos Conventos deslocou a economia do sul de Santa Catarina, do porto de Laguna, que com a nova ligação perdeu espaço como porto de embarque de animais, intensificando o processo de ocupação e de crescimento econômico de Capão da Espera (atual Araranguá) que se tornou ponto obrigatório de parada para tropeiros, antes de iniciarem a subida ao planalto. Assim, as terras que anteriormente já haviam sido concedidas em forma de sesmarias³⁷, mas nunca ocupadas, começam a gerar a instalação das primeiras unidades com uma produção de caráter marcadamente mercantil, baseada no açúcar (incluindo aí os alambiques de cachaça) e de farinha de mandioca com seus engenhos tracionados a boi. Tal atividade, que começou a se desenvolver na Província de Santa Catarina, em 1779, prosperou no sul, sendo que, em 1797, no distrito de Laguna (que incluía as terras até o Rio Mampituba) operavam 54 engenhos de açúcar, expandindo-se cinquenta anos após para 72

³⁶ Tais "invernadas", segundo HOBOLD (p.33), instalaram-se com o desenvolvimento da economia do gado. Com as necessidades da região aurífera, o comércio de animais e seus subprodutos tornou-se rentável, fazendo com que alguns portugueses e seus descendentes solicitassem a concessão de sesmarias, transferindo-se de Laguna para o sul, com família e escravos. Em 1732, são outorgadas as cartas de sesmarias, com títulos provisórios entre Tramandaí e São José do Norte o que gerou a instalação de 27 fazendas.

³⁷ Sobre o caráter desta propriedade, REITZ (op.cit.: 27) destaca que em fins de 1732 começam a ser concedidas sesmarias no sul, a pedido de lagunenses, pois com o aumento populacional e o declínio econômico, muitas famílias luso-brasileiras instaladas em Laguna decidem migrar para as imediações do novo eixo comercial, gerando novas concessões e instalando o regime de propriedade no extremo sul, a partir de Araranguá. Nessas concessões coexistiam desde áreas cultivadas por mão-de-obra escrava (escravismo no lado interno do pólo interno conforme RANGEL, 1981) até pequenas áreas ocupadas ou concedidas, cultivadas através do trabalho familiar (relações servis no interior da gleba).

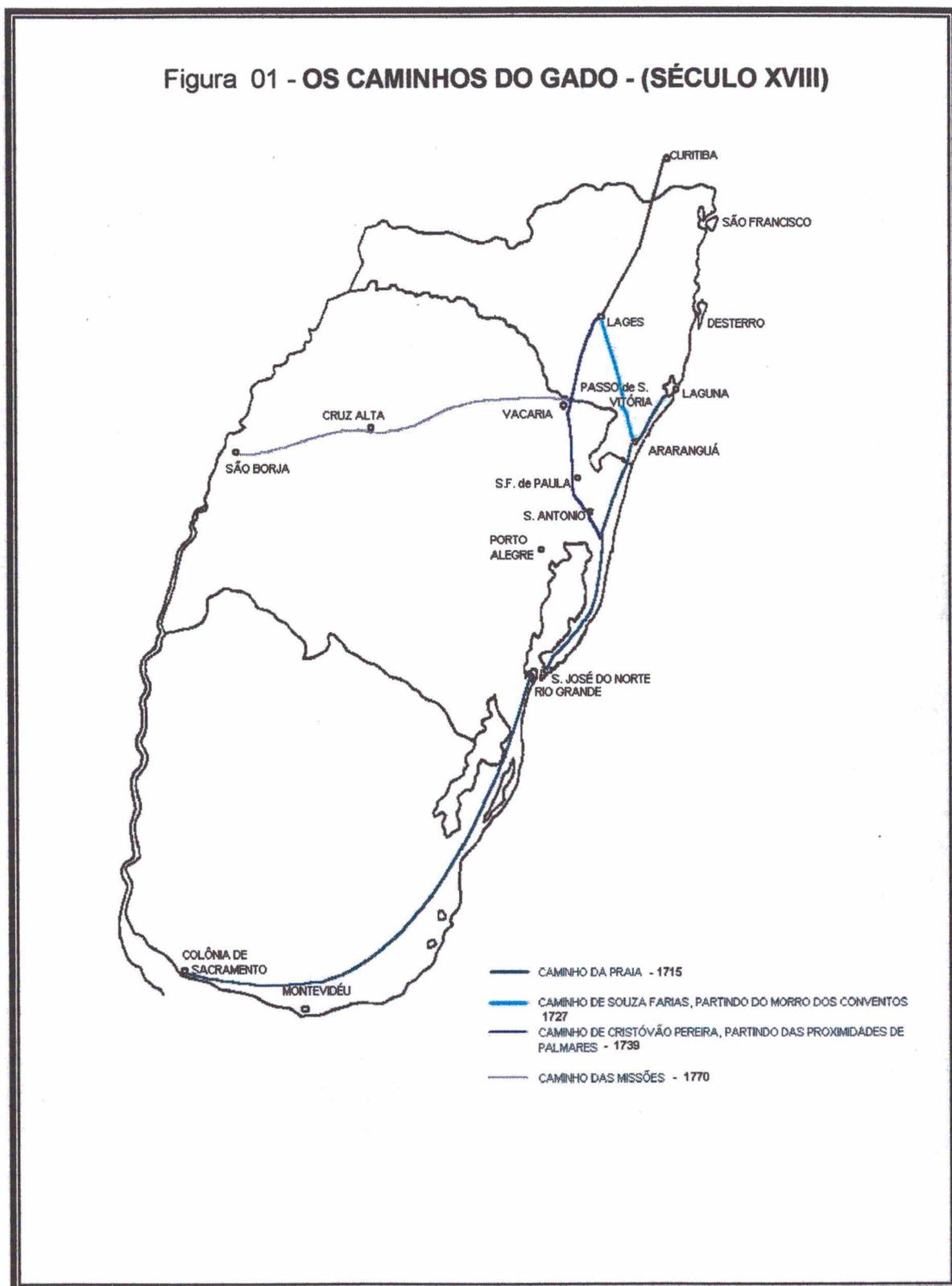
engenhos e quase o mesmo número de alambiques, só na região do extremo sul, delimitada por Araranguá. (HOBOLD, op.cit.: 128). Instala-se, pois, além da produção agrícola, uma atividade manufatureira baseada na produção do açúcar mascavo, acondicionado em caixas de madeira e a cachaça, em pipas, que eram comercializadas em três mercados: a maior parte, transportada por embarcações, chegando ao porto de Laguna, e exportada para outras províncias. Outra parcela destinava-se, via tropeiros, ao comércio com a região serrana e a menor parte, rumava ao sul, em especial para o suprimento das tropas militares destacadas no litoral do Rio Grande do Sul (HOBOLD, op, cit.: 129).

A farinha de mandioca, por sua vez, também foi produzida com sucesso no extremo sul de Santa Catarina, a espelho de todo o litoral catarinense. Cultivada em pequenas propriedades, tinha grande importância comercial, não só por abastecer o mercado da província do Rio de Janeiro, mas também por se constituir em prato principal de consumo das tropas militares. Conforme nos demonstra CAMPOS (1991:35-7), a farinha foi, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, um dos mais importantes produtos de exportação de Santa Catarina, que competia, no fornecimento ao Rio de Janeiro, com as produções do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Bahia. O comércio da farinha era internamente controlado pelo capital mercantil sediado em Desterro³⁸ e, para as áreas mais ao sul³⁹, por comerciantes de Laguna que impunham preços muito baixos ao pequeno produtor pois: "os habitantes daqui, por carência de meios de transporte, viam-se obrigados a vender os seus produtos [...] a preços miseráveis aos mestres de iates que ali navegavam [...]. Tais mestres por sua vez, como fornecedores de suprimentos de que a população local precisava, cobravam preços exorbitantes, quatro ou cinco vezes superiores aos que vigoravam no mercado de Laguna" (HOBOLD, op.cit.: 132).

³⁸ Conforme CAMPOS (1991), o comércio de farinha era controlado pelo Rio de Janeiro, pólo comercial do Império, que promovia uma concorrência entre as áreas produtoras, buscando manter os preços em baixa e auferindo lucros bastante favoráveis. Internamente, o comércio era controlado pelo capital comercial de Desterro e Laguna, que manipulavam os preços exercendo uma forte exploração sobre o pequeno produtor. As margens de ganho só eram maiores para este, nos momentos em que as exportações do produto alcançavam patamares muito expressivos, motivados por quebra na produção em outras regiões ou ainda por aumento do consumo pelas tropas militares.

³⁹ Em 1797 existia no Distrito de Laguna (que incluía Araranguá e Sombrio), um total de 384 engenhos de farinha.

Figura 01 - OS CAMINHOS DO GADO - (SÉCULO XVIII)



Fonte: Santos apud CEAG/SC (1980, p.52)

É dentro deste quadro que temos o registro da primeira concessão de terras⁴⁰ na área do atual Município de Sombrio. Em 1833, João José Guimarães, requereu terras de Sesmarias no "sertão de Sombrio", com uma extensão de 1.130 braças de frente por 3.000 de fundos, indo do litoral até o "travessão geral" (PEREIRA, 1972:21). Este pioneiro português, natural de Guimarães, imigrou para o Brasil chegando a Desterro onde se instalou. Entre o final do século XVIII e início do século XIX, requereu terras em São Pedro do Sul (atual Três Irmãos/RS). Os registros indicam ter construído casa, com a lavoura de cana, fabricação de açúcar e cachaça e a criação de gado. Atacado por índios e tendo conhecimento da existência de uma área plana, denominada pelos habitantes de Torres como "morro Sombrio", instalou-se na área até então desabitada pelo homem branco.

João José Guimarães era um homem de posses e com certa influência, o que o habilitou a receber a doação da área. Além disso, possuía escravos, cuja exploração do trabalho lhe permitiu cultivar a cana e a mandioca, instalar o engenho de açúcar e de farinha bem como o alambique. Assim, a produção tinha um caráter mercantil em suas relações externas, onde a produção de cachaça era transportada através da Lagoa de Sombrio, que após baldeação, seguia para Lagoa dos Patos e finalmente chegava a Porto Alegre, onde era comercializada.

Parece-nos claro, pois, que o papel do extremo sul de Santa Catarina, no decorrer da ocupação portuguesa e açoriana, **foi o de produzir um excedente comercial que servia para o abastecimento do mercado interno**, não obstante as propriedades possuíssem um marcante grau de auto-suficiência.

Apesar da presença do trabalho escravo, como acima exemplificado, a maior parte da produção realizava-se através do trabalho familiar, visto que a aquisição de escravos era um investimento caro se comparado ao retorno econômico da produção, bem como o seu número, no interior das propriedades, era reduzido.

⁴⁰ REITZ (op.cit.: 7) aponta como primeira propriedade realmente ocupada em Sombrio, a gleba de Manoel Rodrigues e Luciano Rodrigues, com cerca de 324 km², nas proximidades do Rio Mampituba. Segundo o autor, a mesma teria sido ocupada no ano de 1830. Para FARIAS (2000:38), as duas propriedades (Gleba Rodrigues e Gleba Guimarães), foram instaladas no mesmo ano, 1833. Adotamos a indicação de PEREIRA (op.cit.) por reconstituir de forma mais detalhada o processo de ocupação, já que não encontramos registros que indiquem a origem dos Rodrigues e as atividades que eram desenvolvidas na propriedade.

Assim, conforme nos aponta RANGEL (1981), a formação social brasileira articulava-se **externamente**, como fornecedora de produtos primários (obtidos em grandes propriedades, com o uso de mão-de-obra escrava) para as sociedades industriais emergentes no centro do capitalismo. **Internamente**, o abastecimento do mercado era realizado por pequenas unidades autônomas, baseadas no trabalho familiar. É neste segundo movimento que se enquadra o extremo sul de Santa Catarina e, por extensão, Sombrio.

A expressão da produção não conseguiu, contudo ainda, consolidar as bases para o desenvolvimento de um capital comercial na região. Tal impossibilidade era dada pelo controle comercial exercido por Laguna (no comércio do açúcar e da farinha), bem como pelas casas comerciais de Porto Alegre (com as quais comercializava-se, sobretudo a aguardente), que guardavam para si a maior parte dos lucros, impedindo uma acumulação por parte dos produtores. A inexistência ou precariedade de vias de acesso às propriedades, que se encontravam relativamente dispersas (à exceção das próximas à estrada do Morro dos Conventos, das lagoas e rios, ou da faixa litorânea, por onde se transportava a produção) impediam não só o escoamento dos produtos, como marcavam um certo isolamento entre as unidades produtivas.

O próprio sucesso da pequena produção mercantil açoriana na obtenção de seus excedentes, conforme nos aponta PAULILO (1996), era prejudicada sobremaneira pelo constante recrutamento militar (o que reduzia as possibilidades de produção, com a diminuição do número de braços disponíveis ao trabalho), o embargo de gêneros para alimentar tropas e o não pagamento dos gêneros fornecidos aos armazéns reais. Aliado a este fator, a sucessão da terra por herança, dividindo-a entre todos os filhos, gerou uma fragmentação da propriedade⁴¹, com seu uso intensivo e conseqüente queda da produtividade (CAMPOS, op.cit.). Tal condição pulverizava as possibilidades de acumulação entre um grande número de produtores, impedindo a transformação de alguns deles em empresários capazes de solidificar um capitalismo comercial na região.

⁴¹ As terras pertencentes aos pioneiros João José Guimarães, Manoel e Luciano Rodrigues foram ao longo das décadas fragmentadas por divisão entre os descendentes ou por venda. PEREIRA descreve que parte destas glebas foi vendida às famílias de origem luso-açoriana vindas do Rio Grande do Sul, sendo exemplos as famílias Coelho, Clezar, Barbosa e Barcelos.

Por outro lado, é importante destacar, ainda, que a capacidade de auto-suficiência, aliada à reduzida possibilidade de acumulação monetária pelo pequeno produtor açoriano, diminuía substancialmente suas necessidades/condições de consumo, não só de gêneros agrícolas, mas também de produtos manufaturados. Assim, além da produção dos engenhos, confeccionavam-se roupas com teares próprios, produziam-se móveis, louças de barro, ferramentas e utensílios caseiros dos mais variados. Tais fatores, além de desestimular o comércio, também impossibilitaram que algumas unidades artesanais⁴² evoluíssem para uma manufatura de maior porte, visto que não se impunham as condições para uma divisão social/espacial do trabalho, permanecendo o produtor também como artesão, no interior da pequena propriedade.

A ocupação luso-açoriana foi sucedida pela chegada de colonos italianos e alemães. Contudo, o destino original destas populações não foi a região do Extremo Sul de Santa Catarina, mas resultaram de uma nova migração, já interna, envolvendo centros coloniais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

No caso dos alemães, tanto REITZ (op.cit.) como HOBOLD (op.cit.) indicam que houve dupla procedência: do norte e do sul. A existência das primeiras áreas de fixação de imigrantes europeus no extremo sul de Santa Catarina resultaram da vinda de alemães que ocuparam, em 1826, a região do atual Município de Torres.

Nesta época, o Município de Torres tinha importância tanto como ponto de passagem de produtos agrícolas, manufaturados e tropas entre o norte e o sul, como também um ponto estratégico, pois sediava o presídio, "com as maiores e bem melhoradas instalações" do litoral da Província de São Pedro. (HOBOLD, op.cit.: 116). Visando uma ocupação efetiva de tais terras (onde já havia algumas famílias de açorianos e portugueses), fixaram-se 383 alemães vindos de São Leopoldo (núcleo original de colonização alemã).

Apesar do relativo sucesso produtivo da colônia, onde as pequenas propriedades cultivavam cana, banana, fumo, arroz, mandioca, café e algodão,

⁴² A presença dos teares introduzidos pela colonização açoriana em Santa Catarina, também foi comum em Sombrio. Atualmente existem catalogados mais de 100 teares no Município, muitos dos quais, em pleno uso, na produção de tapetes, mantas e roupas artesanais.

parte de seus ocupantes se retiraram para outras áreas gaúchas e para o extremo sul catarinense devido a falta de apoio do governo imperial e da administração da Província, associada à eclosão da Revolução Farroupilha. Assim, conforme REITZ (op.cit.: 8), as famílias Magnus e Lummertz fixaram-se na região de Passo Magnus (atual Passo de Torres/SC). Sucessivamente outras famílias, procedentes da mesma região, foram ocupando áreas, sobretudo as localizadas mais para oeste, "nas clareiras dos sertões, ao sul de Araranguá" (PEREIRA, op.cit.: 57), como os Stuart, Emerich (hoje, Emerim), May, Evaldt, Kreuzberg (hoje Krás Borges), Schaeffer, Raupp, Supp e outros.

Do norte, a vinda dos alemães foi posterior, em etapas sucessivas, para diversas colônias do sul de Santa Catarina, a partir das ocupações da região de Grã-Pará e Orleans (originalmente área de ocupação polonesa e russa), na segunda metade do século XIX. Famílias como os Hahn, Nagel, Stockler, Becker e Lucktemberg, conforme nos aponta HOBOLD (op.cit.) além da tradição agrícola, já traziam conhecimentos em atividades manufatureiras como a fabricação de tamancos, de carroças e a construção civil.

A ocupação italiana, por sua vez, foi uma extensão das ocupações originais da região de Urussanga, Criciúma e Nova Veneza que, em 1917, chegam na área dos atuais Municípios de Turvo e Meleiro, através da aquisição de glebas particulares e da ocupação de terras devolutas. Desta região, cujos pioneiros foram as famílias Rovaris e Nichele, a ocupação penetrou pelas comunidades rurais de Peroba, Tenente (Santa Rosa do Sul), Retiro da União, Garuva, Maracanã e Vista Alegre (Sombrio).

Tais colonos estabeleceram-se como pequenos produtores autônomos, dedicando-se não só à produção de subsistência, mas, sobretudo, à produção de excedentes. A comercialização seguia as praças tradicionais, já existentes anteriormente. Para Porto Alegre, o transporte era realizado:

entre a lagoa de Sombrio e lagoa Caverá, ligada pela Sanga da Madeira e pelo rio Mampituba, chegando a Torres de onde as mercadorias eram levadas ou trazidas de Porto Alegre [...]. A correnteza do referido sangradouro, em todos os tempos, foi maior que a do Rio Mampituba, o que muito dificultava a passagem das canoas que transportavam a água-ardente fabricada. Para isso, lançavam às águas das lagoas o barris e por meio das varas, em suas canoas, impeliam-nas para os varadouros, como faziam com as balsas de madeira e por esse meio iam ter no Mampituba, onde os carros de bois os transportavam para outras lagoas, de uma para outra, até alcançar a lagoa dos Patos e o rio Guaíba, em Porto Alegre, então Porto dos Casais, ponto final onde eram vendidos. (PEREIRA, 1972:60-1)

A circulação de mercadorias, pela via lacustre e fluvial, teve importância econômica até a década de 1960. Contudo, ainda no século passado, as dificuldades existentes, sobretudo na época de chuvas ou mesmo de seca, introduziram um comércio através de carretas de bois que "prescreviam caminhos litorâneos até atingir Viamão, no Rio Grande do Sul, de onde marchavam para Porto Alegre, onde tinham como ponto final para desembarque das cargas, o então chamado Campo da Redenção [...] Aí se faziam trocas, compras e vendas" (PEREIRA, op.cit.: 61-2)

Para as relações comerciais com o norte, que no século passado ainda eram comandadas por Laguna, também se utilizavam carretas que seguiam pelo litoral, ou eram embarcadas em "iates que subiam e desciam o rio Araranguá" comercializando os víveres e transportando-os até Laguna (HOBOLD, op.cit.).

Outra frente comercial importante era a realizada com os tropeiros, que não se movimentavam somente na estrada do Morro dos Conventos, mas abriram caminhos alternativos (estrada dos Faxinais, da Serra das Pedras, Timbé), o que permitia a permuta do charque, o queijo e o pinhão (da região serrana) com o açúcar, a rapadura, a aguardente e a farinha de mandioca produzidas na área. Tal atividade, mesmo que geralmente realizada na base da troca, foi muito importante por atingir os pequenos produtores localizados mais a oeste dos caminhos tradicionais e que por tal, tinham dificuldade de comercializar seus excedentes com Laguna ou Porto Alegre. Além deste fator, os tropeiros eram responsáveis também pelo comércio de bois e cavalos para as carretas e carroças, fundamentais em todas as rotas comerciais existentes na época.

A entrada de imigrantes na região, sobretudo na segunda metade do século XIX e o conseqüente aumento da produção de excedentes agrícolas

encontraram mercado porque estando a economia mundial em fase ascendente (1847-1873), - o que colocava a economia brasileira como fornecedora de gêneros tropicais (produzidos no interior do latifúndio escravista) -, ampliava-se o mercado interno para os gêneros de consumo que tais propriedades deixavam de produzir, já que orientavam toda sua capacidade produtiva para o atendimento do mercado internacional. Os pequenos produtores mercantis, presentes não só no Extremo Sul, mas em toda a faixa litorânea catarinense, têm a incumbência de produzir, não só para o espaço urbano de Desterro e Laguna⁴³, mas também para o mercado interno e, havendo excedentes, exportar para países platinos, especialmente os mercados de Montevideú e Buenos Aires.

Já na fase recessiva da economia mundial (1870 a 1896), ainda no 2º Ciclo de Kondratieff, o declínio das exportações gerou uma abertura na economia brasileira no sentido da substituição de importações onde as manufaturas localizavam-se na zona urbana e não mais no interior das unidades de produção. Tal divisão social do trabalho permitiu uma ampliação da produção na pequena propriedade mercantil, no sentido de abastecer um novo mercado de consumo "urbano". Em Santa Catarina, tal movimento fez-se sentir na ampliação e diversificação de suas exportações, que procediam, não somente da faixa litorânea e planalto, mas principalmente das áreas coloniais européias, como pode ser observado na Tabela 4.

⁴³ Conforme nos destaca SILVA (1992:91 e seguintes) o comércio em Santa Catarina era dominado, a época, por Desterro, sede de uma burguesia comercial local que aglutinava os excedentes e intermediava o comércio com o Rio de Janeiro (sob o comando do último). Laguna, neste período já era um porto secundário, para onde se drenava a produção do sul de Santa Catarina que, após abastecer as necessidades urbanas lagunenses, exportava gêneros para Desterro. Nota-se, portanto, que o papel de Laguna era de **intermediário** entre a pequena produção mercantil e a burguesia comercial desterrense, o que ampliava o grau de exploração do pequeno produtor da região, dificultando sua capacidade de acumulação. A presença deste capital mercantil de menor porte (os atravessadores) era denunciada como nociva à economia do sul catarinense, conforme os registros presentes em HOBOLD (op.cit.). Tal problema é também apontado por SILVA (op.cit.), no caso das comunidades pesqueiras de São Miguel e Tijuquinhas.

Tabela 04 - PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR SANTA CATARINA
1854-55/1880-86

PRODUTOS	1854-55 ¹		1880-86 ²		
	VALOR (em contos de réis)	%	VALOR (em contos de réis)	%	MÉDIA DO PERÍODO (1880-86)
MADEIRAS	8.051\$929	14,9	278.964\$276	20,83	46.494\$ 045
MINERAIS	12.797\$334	23,8	-	-	-
ERVA-MATE	-	-	251.146\$776	18,75	41.857\$795
FARINHA	26.069\$029	48,4	205.180\$858	15,32	34.196\$808
ARROZ	3.962\$650	7,4	172.788\$200	12,9	28.798\$033
COUROS	1.740\$160	3,2	104.992\$012	7,84	17.498\$668
AÇÚCAR	-	-	77.729\$330	5,8	12.954\$888
BANHA	-	-	71.041\$100	5,3	11.840\$183
MANTEIGA	-	-	67.035\$500	5,0	11.172\$583
CHARUTOS	-	-	20.335\$000	1,5	3.389\$166
AGUARDENTE	537\$390	1,0	12.697\$220	0,94	2.116\$203
TAPIOCA	-	-	10.314\$600	0,77	1.719\$100
CAFÉ	412\$000	0,8	8.091\$000	0,6	1.348\$500
FEIJÃO	-	-	8.074\$080	0,59	1.345\$680
MILHO	-	-	10.746\$760	0,76	1.791\$126
TOICINHO	-	-	8.918\$400	0,61	1.486\$400
FUMO	-	-	6.758\$190	0,50	1.126\$365
OUTROS	-	0,5	34.296\$640	2,54	5.716\$106
TOTAL	256\$880	100	1.339108\$942	100,0	224.851\$649

Fonte: ¹ HÜBNER (1981)

² Santa Catarina apud BOESSLE (1988:26).

Se as exportações catarinenses, sobretudo para o mercado do Rio de Janeiro, se ampliavam positivamente, é importante destacar que, internamente, também havia uma elevação do mercado de consumo, com o aprofundamento da divisão social do trabalho e do aumento populacional. Em Desterro, elevava-se paulatinamente o número de não-produtores, especializados em funções clericais, liberais, militares e comerciais que representam também, a ampliação da demanda para a pequena unidade. (SILVA, op.cit.: 106)

Assim, além da expansão nas exportações de produtos tradicionais da pequena produção açoriana, ou seja, a farinha de mandioca e a aguardente; o

comércio, beneficiamento e exportação da erva-mate⁴⁴ e o comércio do couro; os demais produtos eram basicamente originados da pequena produção colonial, ou incrementados por sua instalação, como é o caso da exploração da madeira⁴⁵.

O Sul de Santa Catarina, por sua vez, articula-se a este movimento através das novas áreas ocupadas com os imigrantes italianos, alemães, poloneses e russos, a partir das colônias de Grão-Pará e Orleans para o Sul, atingindo, conforme já explicitado, também Sombrio e municípios próximos. Se observarmos, neste momento, a **inserção econômica da pequena produção é mais intensa entre aquelas instaladas nos municípios litorâneos e menos nas áreas mais interioranas, onde se fixaram os núcleos originais de migrantes europeus.**

Na colônia de Urussanga, a mais próspera do Sul de Santa Catarina, o número de engenhos instalados em 1890 "era de 50 ou 60 engenhos de cana e alambique, 16 moinhos, 6 ferrarias, uma das quais movidas à água" conforme (Dall'Alba apud GOULARTI FILHO, 1995:18). Em termos comparativos a região de Araranguá, um século antes (1797), já contava, segundo HOBOLD (op. cit.:128) "com nada menos que 72 engenhos e quase número idêntico de alambiques". O transporte por via fluvial, por exemplo, era de tal expressividade, que nas duas últimas décadas do século XIX, durante um espaço de 17 meses, segundo o quadro estatístico citado por HOBOLD (op.cit.: 87), registrou-se na

⁴⁴ ROCHA (1994:28) e CEAG (1980:87) destacam que o comércio da erva-mate em Santa Catarina foi impulsionado pela construção da Estrada Dona Tereza Cristina (1873), que desviou para o porto de São Francisco a produção do norte catarinense e sul paranaense, em substituição ao porto de Paranaguá. Num primeiro momento, o controle da atividade ervateira foi exercido por luso-brasileiros provenientes do Paraná, o que gerou as primeiras grandes fortunas através de firmas especializadas na exportação do mate. O controle deste comércio pelos alemães, deu-se somente depois, através do sistema "colônia-venda", segundo o qual revendiam-se produtos como a farinha, o açúcar, tecidos e outros ao planalto, retornando os carroções com erva-mate para serem beneficiados em Joinville.

⁴⁵ A exploração da madeira acompanhou o processo de instalação das colônias, devido à necessidade de abertura das áreas de cultivo e por representar uma fonte econômica imediata durante a organização da família e da propriedade. A demanda por madeiras era alta, pois, além do autoconsumo, era importante no processo de instalação das áreas coloniais (construção de estradas, pontes, residências para imigrantes, etc.). Além deste fato, as exportações, notadamente para o Rio de Janeiro eram expressivas, considerando-se que, com o crescimento da atividade cafeeira, esta cidade se firmou como importante centro comercial e financeiro, aumentando a demanda de madeira para a construção civil e para a instalação de estradas de ferro ao redor da cidade. (SINGER, 1977:107).

barra do Rio Araranguá, "78 entradas e equivalentes saídas" de barcos. Ele registra:

lates de nomes Rocambole, Berlink 1º, Santa Rosa, Lola, Jovita, Oscar, ao todo 15, como vapores Araranguá, Meta e Max⁴⁶ perfizeram por muitos anos o percurso entre Araranguá, Laguna, Florianópolis, Santos, Rio de Janeiro, inclusive São Salvador na Bahia, transportando pessoas e cargas [...]. A exportação se compunha em larga escala, do milho, feijão, banha, farinha de mandioca, açúcar e aguardente, como madeiras de diferentes qualidades, pois o solo era coberto de extensas e espessas matas. (idem: 87)

As passagens acima nos indicam, portanto que a **importância econômica do extremo sul de Santa Catarina era maior que das áreas coloniais recém instaladas**, visto que o imigrante europeu que se fixou nesta região já tinha ao seu dispor um conjunto de vias de circulação há muito tempo estruturadas⁴⁷ e de grande movimento econômico. Por outro lado, o comércio de açúcar, aguardente e farinha⁴⁸ também tinham propiciado o aprofundamento da divisão social do trabalho, no sentido em que alguns indivíduos dedicavam-se a atividades artesanais como a tanoaria, fabrico e conserto de carroças e carros de boi, além do suporte ao transporte fluvial e lacustre com a produção de barcos e "lanchas".

Logo, na região do Extremo Sul capitaneada por Araranguá, estavam dadas as condições para a acumulação através da pequena produção mercantil, **antes mesmo que nas áreas coloniais européias do sul do Estado**. Se durante o processo de ocupação luso-açoriana, conforme já apontamos, a produção de excedentes não conseguia propiciar uma intensa divisão social do trabalho a ponto de fornecer as bases para o surgimento de pequenos capitalistas, ao final do século XIX, a produção de excedentes dava suporte a esta

⁴⁶ Pertencentes a Empresa de Navegação de Araranguá de propriedade de Carlos Hoepcke, de Florianópolis. Sobre a atuação dos Hoepcke no comércio import-export ao longo do litoral catarinense ver HÜBENER (1981).

⁴⁷ GOULARTI FILHO (op.cit.: 19-20) aponta-nos que o transporte das mercadorias da região colonial de Criciúma, Nova Veneza e arredores se fazia por via terrestre, utilizando-se carros de boi até Jaguaruna, seguindo para Laguna de canoa. Já a colônia de Urussanga se valia da via por Pedras Grandes até Tubarão, e de lá, ainda através de carroças, até Laguna. Tais caminhos são descritos como muito rudimentares, o que dificultava o transporte das mercadorias.

⁴⁸ HOBOLD (op.cit.: 62) registra que, no ano de 1850, a Província de Santa Catarina teve uma produção de farinha de mandioca da ordem de 204.166 arrobas, ampliando sua produção para 533.309 arrobas em 1859. O autor calcula que 10% desta produção provinha de Araranguá, mesmo ignorando-se o montante de produção desviada pelos atravessadores com destino à Província do Rio Grande do Sul.

acumulação. O que nos cabe perguntar é por que, mesmo estando a região de Araranguá em uma posição comercial privilegiada em relação às colônias de Criciúma, Urussanga, etc., o processo de industrialização ocorreu primeiro (e com maior expressão) nas áreas coloniais e não no extremo sul catarinense? Em outras palavras, por que o desenvolvimento industrial de Araranguá e Sombrio foi posterior e subordinado à industrialização na região de Criciúma?

Consideramos encontrar explicação na presença do carvão na região de Criciúma, o que **transformou a área em estratégica** durante o surto de industrialização que ocorreu no Brasil a partir da instalação da fase recessiva (1921-1948) da economia mundial durante o 3º Ciclo de Kondratieff, marcando também uma maior inserção de Santa Catarina na economia nacional.

O interesse pela exploração do carvão apesar de antigo, só se concretizou na "conjuntura favorável da Primeira Guerra Mundial [...] onde grandes armadores do Rio de Janeiro, como Henrique Lage, ficam muito vulneráveis à queda das importações de carvão-vapor europeu, necessário às caldeiras de seus navios, investindo maciçamente na abertura de minas, iniciando-se em 1917 a produção comercial" (MAMIGONIAN, 1986:104). Tal produção, por sua vez, já havia exigido expressivos investimentos, tanto na construção da ferrovia "E. F. Dona Thereza Cristina" como, depois, na abertura de novas minas, de lavadores e do porto de Imbituba.

Tais investimentos, financiados pelo Governo da Primeira República, darão um impulso muito forte à economia da antiga zona colonial que passou a ser reconhecida com região "carbonífera". Tais investimentos incrementaram as atividades comerciais, visto que: "uma das características da tecnologia aplicada a exploração do carvão foi o baixo grau de mecanização, o que, de um lado, gerou significativa demanda por mão-de-obra e, de outro, fácil acesso à produção e aumento substancial no número de estabelecimentos" (Cunha apud GOULARTI FILHO, 1995:36). Assim, os pequenos comerciantes que se caracterizavam, até o século passado, por manter relações "colônia-venda" com os pequenos produtores mercantis, viram ampliar significativamente os negócios. Tal incremento na atividade comercial foi acelerado pela introdução de novas vias de circulação (estrada de ferro, porto) fazendo declinar a função de pólo comercial de Laguna nas exportações do sul do Estado. Araranguá e o extremo sul, por sua

vez, passaram a uma posição secundária na economia da região mantendo-se subordinados em relação ao novo pólo, formado com a atividade carbonífera⁴⁹.

Assim, buscamos demonstrar que a economia do extremo sul de Santa Catarina **apresentou condições de acumulação semelhantes às áreas coloniais de Criciúma de arredores**, onde as pequenas produções mercantis produziam excedentes absorvidos não só pela economia local, mas também pelo mercado nacional e, em alguns momentos, o internacional. E que ainda, a economia do extremo sul apresentava, até o início deste século, **um maior dinamismo que a economia colonial do sul catarinense**, pois seu papel destacado de entroncamento das vias de circulação (Planalto - Laguna - Porto Alegre) lhe conferia uma posição privilegiada, o que ampliava suas condições de acumulação.

Contudo, a inserção de Araranguá e Sombrio ao modo de produção capitalista, enquanto municípios industriais, só ocorrerá quarenta anos depois da consolidação de Criciúma como um pólo industrial, e sob a égide deste. A importância do carvão durante a gênese da industrialização brasileira na fase descendente do 3º Ciclo de Kondratieff drenou recursos para a região carbonífera, inserindo-a na economia nacional já nas primeiras décadas deste século, impondo ao extremo sul um papel secundário e de subordinação ao centro regional emergente.

A economia do extremo sul catarinense continuou então, cumprindo o seu papel de economia agrícola, produtora de excedentes, permanecendo em compasso de espera para se inserir como economia industrial, a partir dos anos de 1970.

Tal compasso de espera, contudo, não deve ser interpretado como um momento de estagnação. A produção dos excedentes pela pequena propriedade

⁴⁹ É importante destacar que o município de Araranguá, fundado em 1880, abrangia toda a área ao sul do rio Urussanga, até a encosta da Serra Geral, sendo limitado ao sul, pelo rio Mampituba. Assim, os atuais municípios da região carbonífera (exceção feita a Siderópolis e Morro da Fumaça, desmembrados de Urussanga) pertenceram originalmente a Araranguá (SANTA CATARINA, 1991). A importância que Criciúma obteve com a atividade carbonífera (e toda a infraestrutura implantada para sua exploração) refletiu-se também em sua emancipação política em 1925. O município recém implantado incorporou a área dos futuros Municípios de Nova Veneza, Forquilha e Içara. Assim, o acesso aos troncos ferroviários da Estrada de Ferro "Dona Thereza Cristina" para o município de Araranguá só podiam ser realizados em Criciúma ou na estação de Içara. (NEU, 1999:135)

mercantil, seguida de um aprofundamento da divisão do trabalho, consolidava as bases de acumulação para o aparecimento e a expansão das atividades manufatureiras de caráter urbano. O surgimento de tais atividades marcaram então, a gênese do processo de industrialização do município de Sombrio.

2.2 - A GÊNESE DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM SOMBRIO

Em 1927, o então Distrito de Sombrio iniciou a sua primeira atividade manufatureira, de caráter marcadamente urbano, com a produção de tamancos realizada por Guilherme Tiscoski, o que representou o embrião da indústria calçadista no município (FARIAS, 2000:39).

A história de Guilherme e de seus pais, imigrantes alemães que se fixaram originalmente em Nova Veneza, resgata a importância da experiência artesanal dos colonos estrangeiros no processo de desenvolvimento da indústria no sul do Brasil, conforme apontado por MAMIGONIAN (1965) em seu trabalho sobre a Industrialização de Blumenau e por GOULARTI FILHO (1995), na gênese da industrialização do sul catarinense.

Os pais de Guilherme Tiscoski eram agricultores alemães que migraram para o Brasil, em 1891, instalando-se em uma propriedade de 32 hectares em Nova Veneza, onde se dedicaram à produção agrícola. Esta, inicialmente, era destinada à subsistência, já que as condições de acesso à nova colônia eram extremamente precárias. A técnica para o curtimento do couro e produção de artigos de selaria já era de domínio do Sr. Adolfo, pai de Guilherme, que produzia para o consumo próprio e da vizinhança. Tinha também conhecimentos no trabalho com a madeira (quando montou serraria, já na colônia de Forquilha) e na construção civil, participando da produção de tijolos e telhas na referida comunidade. Guilherme, oitavo numa sucessão de nove filhos, desde rapaz foi encaminhado ao trabalho fora da pequena propriedade rural, colocando-se como "aprendiz" em uma manufatura de artigos de couro para montaria de propriedade do "russo Steckert", em Araranguá (TISCOSKI, 1994:71). Foi com base nessa experiência, que resolveu se instalar em Sombrio em 1927, construindo um barracão onde começou a produção de tamancos. Estes eram transportados nas

balsas pela lagoa de Sombrio e comercializados em Torres/RS. Posteriormente, comprou terras no município construindo um curtume próprio, quando iniciou a produção de montaria e chinelos.

Com a elevação da produção, o trabalho deixou de ter um caráter estritamente familiar e deu início à contratação mão-de-obra (de 10 a 12 empregados), sem existir ainda, contudo, uma clara divisão do trabalho no interior da unidade de produção⁵⁰. O emprego dessa mão-de-obra foi fundamental para formação de vários artesãos no trabalho com o couro, fornecendo as condições técnicas para a abertura de várias empresas calçadistas no município, especialmente a partir do crescimento do setor de exportação, entre o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

O sucesso da produção e a demanda por artigos de montaria em toda a região permitiram a acumulação de capitais para a formação de três empresas calçadistas. Os irmãos Arnaldo e Osni resolvem permanecer juntos e abrir uma única empresa destinada à produção de botas, chinelos, tamancos e posteriormente, calçados femininos. As irmãs Zelma e Jurema e seus respectivos maridos, montaram cada uma, nova empresa atuando no mesmo setor. Em tais empresas, já de caráter capitalista, se introduzia uma clara divisão do trabalho, predominando as operações com uso da maquinaria frente às tarefas manuais, o que permitiu uma ampliação da produção e a penetração em mercados mais amplos: do litoral catarinense ao Rio Grande do Sul (até Porto Alegre) e para o norte até o Paraná, importante mercado consumidor da indústria calçadista então instalada.

A consolidação da família Tiscoski no ramo industrial de calçados acabou por gerar no município uma mão-de-obra especializada no setor, o que forneceu as bases para a expansão de novas empresas, propriedade de ex-empregados que, após obterem experiência, aventuram-se em iniciativas próprias. Assim, o setor calçadista local não abrigou iniciativas empresariais externas, se restringindo a investimentos internos, cujas bases se encontram ligadas direta ou indiretamente às primeiras empresas criadas no município.

⁵⁰ Informações obtidas em entrevista realizada com os filhos do senhor Guilherme, Osni e Arnaldo Tiscoski, em 10/02/2000.

Estes fatos vêm ao encontro da interpretação sobre a gênese da indústria no sul do Brasil de MAMIGONIAN (1965:73-4), que destaca:

uma das características mais notáveis do processo da industrialização de Blumenau é a grande maioria das iniciativas locais [...] (onde se pode distinguir 1) gentes que já eram industriais; 2) gentes ligadas ao comércio de importação e exportação do sistema colônia-venda; 3) representantes comerciais quadros e empregados de escritório e comerciantes varejistas; 4) a mão-de-obra qualificada: mestre, operários qualificados e artesãos.⁵¹

Em Sombrio, no setor calçadista pode-se detectar a presença de tais origens, muitas vezes amalgamadas gerando formas mistas. Tais formas resultam da associação entre capitais de origens diferentes em uma mesma iniciativa, resultantes, ao nosso ver, dos reduzidos capitais disponibilizados para a abertura da mesma. Assim, além do caso já destacado, onde se mesclam as formações de uma mão-de-obra qualificada com uma acumulação inicial gerada no interior da própria indústria calçadista (Guilherme Tiscoski e as três empresas decorrentes de sua iniciativa pioneira), ocorreram também as iniciativas que associavam capitais distintos, aglutinados através de sociedades. Tal é o caso da empresa Vudalfor⁵², que resultou da iniciativa de três famílias cujos capitais provieram: primeiro, da acumulação gerada na pequena produção agrícola mercantil (família Vuolo), segundo, do comércio de produtos de limpeza (família Dalolmo) e, por fim da representação comercial de calçados (família Formolo). Tal condição associava-se a uma farta mão-de-obra qualificada (apenas na família Vuolo, já havia oito irmãos trabalhando na indústria calçadista). Esta passou então, da condição operária para empresarial, não obstante, tais "empresários" representassem a quase totalidade da força de trabalho do novo empreendimento, já que a empresa iniciou suas atividades em 1975, empregando apenas quatro operários.

⁵¹ Tais origens foram posteriormente confirmadas através de estudos sobre a gênese da industrialização em municípios catarinenses. ROCHA (1994:41-2), ao analisar Joinville destaca que "a acumulação de capital originária do mate não foi aplicada diretamente em indústrias, nesta fase e mesmo nas posteriores, estas na maior parte, tem sua gênese ligada com as pessoas que já eram artesãos, com os empregados que abrem um negócio próprio (mão-de-obra qualificada) e eventualmente com os comerciantes do sistema colônia-venda". KAESEMODEL (1990), por sua vez, aponta que as iniciativas locais, os capitais modestos e as pequenas marcenarias representaram a origem da indústria moveleira de São Bento do Sul.

⁵² Conforme entrevista concedida pelo Diretor Executivo da Empresa, Romildo Vuolo, em 08/12/1999.

Quando nos detemos na gênese dos capitais dos demais ramos industriais presentes no município, vemos emergir as mesmas condições já apontadas. No setor cerâmico, por exemplo, a origem da maior empresa, a Cardoso e Cia Ltda, pode assim ser resumida⁵³: um artesão, construtor de pequenas embarcações, mudou-se para Sombrio, atraído pelo forte comércio lacustre então existente (Lagoa de Sombrio e canal do rio Mampituba), para o qual começou fornecer botes e "lanchões".⁵⁴ Ao mesmo tempo em que o volume de encomendas elevava-se, o artesão vislumbrava a possibilidade de prosperar ainda mais participando diretamente do transporte de mercadorias, transformando-se em comerciante atacadista e varejista. Paralelamente, adquiriu terras de encosta e iniciou o cultivo de bananas, as quais produzia, embarcava, transportava e comercializava com a praça de Torres. A decadência do transporte lacustre, substituído paulatinamente pelo transporte terrestre, marcou a busca por novas atividades econômicas. Aproveitando a existência de solos argilosos e apoiado tecnicamente pelos irmãos (que possuíam olaria no Rio Grande do Sul), o antigo artesão comprou uma gleba na comunidade de Morretinho, quando inicia a produção de tijolos, fundando a empresa em 1954.

O setor de madeiras e móveis, por sua vez, relaciona-se, de modo geral, à presença da propriedade agrícola e à exploração das matas nativas, ainda relativamente abundantes até os anos de 1960. Ao lado da indústria cerâmica este ramo manteve uma forte atividade de exploração madeireira, que aos poucos foi sendo reduzida pela diminuição na oferta de áreas com cobertura florestal, bem como o aumento da fiscalização ambiental. Assim, até os anos de 1970, as encostas de morros foram intensivamente exploradas, tanto no fornecimento de madeira para desdobramento como para alimentar os fornos das primeiras indústrias cerâmicas. Para ilustrar tal processo, destacamos as informações fornecidas pelo proprietário da Afonso Fontana e Filho Ltda, maior empresa do município no desdobramento e beneficiamento da madeira, no dia 30/11/1999. Nos destaca o Sr. Volnei Fontana:

⁵³ Conforme entrevista concedida pelo Diretor Presidente da Empresa, Valdeci Cardoso, em 17/11/1999.

⁵⁴ Segundo o entrevistado, os lanchões eram espécie de balsas, utilizadas para o transporte de mercadorias e pessoas, movimentadas através de varões que, ao se firmarem no fundo da lagoa, impulsionavam a embarcação.

Na verdade, o trabalho com madeiras começou com meu avô, Afonso Fontana. Ele era natural de Cocal do Sul e mudou-se para Garapuvu [comunidade rural do município de Sombrio], iniciando o corte da madeiras para a abrir a agricultura, isto lá pelos anos 40. Como a madeira era muita, montou uma pequena serraria que era tocada junto à atividade rural. Como somos descendentes de italianos, a madeira, naquela época, era uma atividade complementar a agricultura, onde se plantava de tudo. Assim, meu pai começou a conhecer o trabalho com madeira. Já feito homem, legalizou atividade em 1964, criando esta empresa. Na época, a exploração era na mata nativa que era rica em espécies de madeira de lei, de grande aceitação no mercado. A procura era grande, e a gente atendia além da região, o norte do Rio Grande do Sul até Porto Alegre. Na década de 70, a madeira já foi rareando e em 80, a fiscalização do IBAMA para proteção da mata terminou com a nossa exploração na região. Depois de 1986, quando a gente transferiu a madeireira para a cidade, já dependíamos da compra de madeira fora de Sombrio, para tocar a serraria.

A exploração da madeira, na gênese do ramo em Sombrio, dava-se na própria propriedade, em geral de pequenas dimensões (em torno de 30 hectares), ou através de arrendamento de parcelas de outras pequenas propriedades para exploração das áreas de encosta com mata nativa. Tal relação também foi apontada pelos proprietários de cerâmicas de menor porte no município que, ainda hoje, utilizam "lenha retirada das áreas rurais, além de pneus velhos e óleo diesel para manter os fornos" conforme nos destacou, Laurir Cardoso, proprietário da Cerâmica Sombrio, em 24/11/1999.

De atividade complementar, o corte e beneficiamento de madeiras, passou a se constituir em atividade principal, substituindo inclusive as áreas cultivadas, por coberturas de eucalipto e pinus destinadas ao corte. Da atividade de desdobramento e beneficiamento, se originaram as iniciativas industriais que exigiam maior conhecimento artesanal: as primeiras oficinas de produção de móveis e esquadrias, ainda sob medida, que evoluíram para a produção industrial em série, gerando também a especialização produtiva: móveis para banheiro (Móveis Moraes), linha de dormitórios (Fontana Móveis, Madesol), casas pré-fabricadas (Mariano Madeiras), portas e janelas standartizadas (Fontana e Filho, Mariano Madeiras, Esquadrias Roque), permanecendo ainda, contudo, um considerável número de oficinas destinadas à produção "sob medida".

A evolução do setor alimentos, na maior parte das iniciativas, teve uma vinculação direta com a produção agrícola da região, daí o maior número de empresas se destinarem ao beneficiamento de cultivos regionais: cerealistas e feculares, além de abatedouros de aves. Nessas iniciativas, a origem dos capitais

também adveio da acumulação gerada pela pequena produção agrícola, muitas vezes associada ao pequeno capital comercial local.

No que concerne este pequeno capital comercial, é interessante destacar a trajetória da Q-Mexe Sorvetes. A família Colares sempre teve tradição no comércio de secos e molhados, mantendo uma mercearia na avenida central de Sombrio, ao lado da Igreja Matriz. A localização privilegiada e a variedade de produtos colocavam o estabelecimento em posição de destaque, no fornecimento de gêneros para a população local, desde a década de 1960. O sucesso obtido com venda de picolés artesanais por um concorrente (cujo estabelecimento não existe mais), fez com que a mercearia adquirisse as primeiras máquinas, especialmente refrigeradores, para a produção de picolés (tal qual o concorrente) e sorvetes "de massa". Observando que a produção tinha um mercado promissor e, sobretudo, que a fabricação de sorvetes gerava lucros consideráveis, o Sr. Luiz Colares resolve dedicar-se exclusivamente à produção dos mesmos, desligando-se da sociedade na mercearia com o irmão, já em 1965.

A decisão foi sem dúvida, bastante acertada. Logo, a produção deixava de abastecer exclusivamente o mercado local, expandindo-se para a região, inclusive porque, "não havia concorrência desde Tubarão, passando por Criciúma, até Torres".⁵⁵ Até o início dos anos de 1990, a empresa cresce, mas permanece com o perfil semelhante ao das décadas anteriores: uma produção de penetração regional agravada com a abertura de concorrentes na região sul catarinense.

A abertura da Geloko em 1991 mudou o quadro. Visando a atuação em mercados mais amplos e dispondo-se a preencher o vácuo existente entre as empresas de caráter regional e as de penetração nacional, colocou a concorrência em um novo patamar competitivo, gerando assim a necessidade de crescimento da antiga sorveteria. Como nas palavras do proprietário da Q-Mexe, "ou a empresa saltava para uma produção de maior porte e expandia o seu mercado consumidor, ou apenas sobreviveria. Este foi um momento de dificuldades, pois para realizar este salto e aumentar o porte da empresa, necessitamos de um capital volumoso".

⁵⁵ Segundo informações fornecidas por Luiz Colares, proprietário do Q-Mexe Sorvetes, em 21 de novembro de 2000.

Não obstante a indústria de alimentos em Sombrio ter mudado o perfil de suas iniciativas migrando, como destacamos acima, do setor de beneficiamento para a produção de sorvetes em larga escala, este ramo ainda mantém importantes laços com o meio rural, através da exploração da pequena produção familiar do município e região.

Como as principais fontes de matéria-prima são o leite e as frutas, as empresas adquirem tais produtos nas pequenas propriedades próximas, mantendo-as sob uma relação de subordinação. Assim, como nos lembra SCHEIBE (1997:136)

a realidade rural [do município de Sombrio] contrapõe-se a um processo extremamente rápido de crescimento industrial (urbano), que em parte está relacionado com a produção local de matérias-primas - em especial a indústria de transformação de alimentos.

O que é completado por SILVA (1997:25) "[A indústria] produz sorvetes e picolés, subordinando para tanto, o trabalho de alguns pequenos produtores da região, que lhes fornecem leite e frutas em geral".

Ao contrário dos demais ramos, o vestuarista não apresentou vínculos, na gênese dos capitais, com pequena produção familiar. De consolidação mais recente, o ramo apresentou uma expressiva diversidade na origem do capital e do próprio empresariado, sempre de origem urbana. A pesquisa de campo apontou para a presença de iniciativas resultantes da experiência no trabalho em outras confecções, no conhecimento artesanal (geralmente feminino, no corte e costura), mas, sobretudo, na transformação de iniciativas comerciais na área de confecção em investimento de caráter industrial. Seu crescimento tem também atraído capitais industriais de outros ramos, por ora, menos lucrativos.

O quadro que segue ilustra, de forma esquematizada, os exemplos acima destacados e outros:

Quadro 01 - ORIGEM DO CAPITAL E DO EMPRESARIADO DE ALGUMAS
INDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO

RAMO	EMPRESA	FUNDAÇÃO	ORIGEM DO CAPITAL	ORIGEM/PERFIL DO EMPRESÁRIO
CALÇADISTA	VULDALFOR	1975	agricultura+comércio	mão-de-obra qualificada e representantes comerciais.
	DANI CALÇADOS PARAÍSO CALÇADOS	1983 1984	indústria calçadista	netos de empresário do setor, formação profissional na área de produção e administração na ind. calçadista.
	ITALIANINHO CALÇADOS	1992	reserva financeira (salário)	mão-de-obra qualificada, formação profissional prática como funcionário de outras empresas calçadistas.
VESTUÁRIO	C&C CONFECÇÕES	1979	venda de bens + reservas financeiras	venda de peças artesanais, de produção própria, para complementar renda familiar.
	RITMI CONFECÇÕES	1994	comércio varejista	família com comércio varejista de roupas ("sacoleira" em São Paulo) e de combustíveis.
ALIMENTOS	TERRE ALIMENTOS (GELOKO)	1991	indústria calçadista (Terre calçados)	ex-empresários do calçado, sem conhecimento no ramo de alimentos, opção pelo segmento a partir de pesquisa de mercado.
	Q-MEXE SORVETES	1965	comércio varejista (mercearia)	comércio e produção artesanal de sorvetes.
MADEIRA E MÓVEIS	MÓVEIS MORAES	1988	agricultura, artesanato de carroças, carrocerias e brinquedos de madeira	sociedade entre irmãos, aprendizado do ofício com ao pai, início das atividades com a produção de móveis sob medida.
	FONTANA E FILHO	1964	agricultura + extração de madeira	pequena serraria, no interior da prop. rural, com exploração da mata nativa.
	MARIANO MADEIRAS	1979	agricultura + herança familiar	resultado da divisão de capital entre pai, filhos e genro. A empresa original foi aberta com recursos da pequena propriedade.
CERÂMICO	CERÂMICA CARDOSO	1958	artesanato + agricultura + comércio atac. e varejista	produção artesanal de embarcações, inserção na produção e comércio de gêneros agrícolas, apoio técnico da família.
	MONTEIRO REVEST. CERÂMICOS	1980	agricultura + transporte de mercadorias	parte de produção agrícola, migrando para o setor de transporte rodoviário de cargas e diversificando no setor cerâmico.
	CERÂMICA SOMBRIO	1977	agricultura + artesanato cerâmico	o avô do proprietário iniciou a produção artesanal de telhas em 1914, aproveitando-se da argila abundante na propriedade rural, o atual proprietário representa a terceira geração de ceramistas.

Fonte: Pesquisa de campo.

Observando-se este quadro, podemos notar a presença expressiva de capitais originários da agricultura na gênese das iniciativas industriais, sobretudo

naquelas mais antigas, pioneiras. Tais dados nos confirmam a importância da pequena produção mercantil como base para a acumulação, se repetindo aqui as observações colocadas por MAMIGONIAN (1986:104) sobre as áreas de colonização européia no sul do Brasil:

o estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão do trabalho [...] foi fator fundamental para entender o êxito da industrialização de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Blumenau, Joinville.

É importante lembrar, contudo, que Sombrio apresenta algumas distinções, tanto no que se refere a sua ocupação original quanto ao momento em que a industrialização efetiva-se no município. Quanto à ocupação, não podemos esquecer que ela teve sua gênese caracterizada pela presença do luso-açoriano, baseada inicialmente em sesmarias, mas que no século passado e início deste, começa a receber a figura do imigrante europeu instalado originalmente na zona colonial do sul catarinense. Tal processo aumentou e diversificou a produção agrícola e deu origem a uma atividade artesanal que encontra, com o incremento do comércio, condições de se transformar, de artesanato para autoconsumo (já desenvolvido entre os açorianos, com os teares, por exemplo), em atividade artesanal mercantil, que evolui depois para manufaturas urbanas (produção de tamancos, arreios, embarcações, carroças, tanoaria, etc.).

Há que se fazer também a distinção temporal, pois a consolidação da indústria em Sombrio, a partir dos anos de 1970, dá-se sob o comando do capitalismo industrial nacional, que entre outras implicações impôs uma nova organização territorial redefinindo o papel dos espaços locais. É, portanto a emergência e a consolidação do modo capitalista de produção também em Sombrio. Por exemplo, no caso do setor calçadista, há uma nítida expansão do número de empresas de 1960 em diante, quando haviam 03 empresas registradas no ramo de vestuário, calçados e tecidos⁵⁶, número que se elevou

⁵⁶ Nos Censos Industriais do IBGE (fonte dos dados apresentados) a produção de calçados encontra-se agrupada com a de vestuário e tecidos, nos impossibilitando mensurar especificamente o ramo calçadista. Contudo, não há registro (Prefeitura Municipal, entrevistas realizadas) de existência de indústrias de tecidos e vestuário antes da década de 90, o que nos leva a considerar os dados como referentes exclusivamente ao ramo calçadista. IBGE. Pesquisa Industrial - Região Sul, 1960 e Censo Industrial - Santa Catarina, 1970, 1980 e 1984.

para 13 em 1970 (crescimento de 333%), 17 para 1980 (30,76%) e 24 para 1984 (41,1%). O total de pessoal ocupado passou de 121 trabalhadores no setor em 1970 para 237 em 1980, ou seja, uma expansão de 96%. Tal crescimento encontrou condições para se efetivar não só pela ampliação da demanda por calçados no mercado interno (o que consolidou de forma definitiva os pólos calçadistas de Novo Hamburgo, Franca e Birigui), como pela integração de Sombrio ao mercado nacional via asfaltamento da BR-101, na década de 70, obra que mobilizou o empresariado e as lideranças locais, no sentido de modificar o traçado original da rodovia (que localizar-se-ia mais a oeste, na comunidade de Retiro da União), trazendo-a para as proximidades do centro urbano do município (REITZ, 1988b:534).

Assim, operavam-se paralelamente transformações de caráter ideológico com um discurso de incentivo ao processo industrial como "mola propulsora" do desenvolvimento, fato que pode ser observado no depoimento sobre a atuação do líder eclesial Padre João Reitz⁵⁷:

⁵⁷ Padre João Reitz foi vigário geral da paróquia de Sombrio entre 1937 e 1984 onde desempenhou papel destacado, tanto no que se refere aos aspectos econômicos quanto políticos do município. Podemos afirmar que o mesmo personificou a introdução de uma ideologia do trabalho, do progresso econômico e do respeito à ordem. Descendente de alemães, padre Reitz teve atuação política ligada ao movimento integralista (1937), a UDN (1945) e a ARENA (período militar) e ideologicamente postulava "a harmonia da vida em sociedade, com vistas ao progresso e o trabalho", seguindo a filosofia de um "humanismo espiritualista" (VALERIM, 1996). Tal vida harmônica, para ele, só poderia concretizar-se através do respeito a uma organização hierárquica centralizadora, tanto do Estado como da Igreja. Em Sombrio, sua atuação ultrapassou, em muito, a função eclesial, mesclando-se com a de liderança política quando, por diversas vezes, organizou a sociedade local para reivindicar mudanças como a do traçado da BR-101, a criação da empresa privada de energia elétrica e a instalação da agência do Banco do Brasil, da ACARESC e da CASAN.

Logo após sua chegada em Sombrio, nos idos de 1937, conseguiu trazer algumas indústrias como serraria, fecularia, engenho de arroz e oficinas. Mas foi o complexo de indústrias de calçados, que emancipou economicamente o Sombrio, consolidando-se como um pólo industrial do Extremo-Sul catarinense. Lograva convencer paroquianos a trocar a atividade, para iniciarem uma indústria. Santelmo Borba, comerciante sediado em São João do Sul, animado pelos planos do vigário, implantou um engenho de arroz em Sombrio e atribui a seu conselho e amizade o desenvolvimento de sua nova e bem sucedida atividade. Nesta trilha muitos cidadãos sombrienses evoluíram para níveis empresariais, transformando a vilazinha residencial em um complexo industrial, especializado em calçados, onde hoje uma só indústria emprega mais de duas mil pessoas na produção de calçados de exportação. REITZ (op.cit.: 539)

Este momento de consolidação industrial nos remete, ainda, às transformações pelas quais está passando o meio rural. Se na gênese da industrialização a acumulação da pequena produção mercantil foi essencial, conforme já destacamos, esta passa também por transformações que modificam suas relações de produção, pois há "uma industrialização muita avançada da própria agricultura" (RANGEL, 1981:31), o que exclui muitos pequenos produtores transformando-os em mão-de-obra excedente urbana e modifica os colonos em produtores que, em suas relações externas à propriedade, incorporam-se ao modo capitalista de produção.

Tal inserção em Sombrio foi dada, sobretudo, pela subordinação do pequeno produtor familiar às grandes empresas fumageiras, visto que 90% dos agricultores do município dedicam-se à cultura do fumo (HADLICH, 1997:77), realizada em propriedades de menos de 20 hectares, em média, e com uso intensivo da mão-de-obra familiar. A transformação das relações de produção, "onde parte dos camponeses acompanha a modernização da agricultura, firmando-se com pequeno produtor moderno e a outra é expropriada e expulsa da terra" (MOREIRA, 1990:66-7) gerou, também em Sombrio (como em todo o extremo sul catarinense), uma transferência da população rural para o meio urbano que, associado ao crescimento industrial, atraiu, sobretudo a parcela de população mais jovem.

No contexto da industrialização brasileira, tal transferência acompanhou o acelerado crescimento industrial a partir de 4º Kondratieff (1948-1973), especificamente no período expansivo do ciclo médio (1965-1970), com a

consolidação do último degrau do nosso parque industrial porque, como nos lembra RANGEL (1982), as atividades industriais que se instalavam eram de trabalho intensivo (o que prescindiu uma reforma agrária), gerando uma alteração profunda na distribuição espacial da população.

Tabela 05 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM SOMBRIO, NA AMESC E EM SANTA CATARINA - 1970/2000

UNIDADE	POP. RESIDENTE	1970 ¹		1980 ¹		1991 ²		2000	
		P.A.	%	P.A.	%	P.A.	%	P.A.	%
SOMBRIO	URBANA	3.743	20,9	7.040	40,7	15.065	67,7	15.920	69,4
	RURAL	14.170	79,1	10.254	59,3	7.188	32,3	7.034	30,6
AMESC	URBANA	25.117	24,0	45.857	41,2	75.803	57,7	101.309	63,3
	RURAL	79.574	76,0	65.421	58,8	55.539	42,3	58.769	36,7
SANTA CATARINA	URBANA	1296472	44,2	2154238	59,4	3208537	70,6	4197287	78,7
	RURAL	1663702	56,8	1473695	40,6	1333457	29,4	1135997	21,3

Fonte: IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico. 1970-1980.**

_____. **Características gerais da população. 1991.**

_____. **Censo 2000 - resultados preliminares. 2000.**

Notas: ¹ Inclui os Municípios de Santa Rosa do Sul e Balneário Gaivota.

² Inclui o Município de Balneário Gaivota.

Em Santa Catarina, como podemos observar na tabela 5, a redução da população rural ocorreu mais precocemente, e de forma mais intensa, que a verificada na região da AMESC e em Sombrio, pois, como já apontamos, a industrialização consolidou-se nas três regiões industriais (apontadas por MAMIGONIAN, 1986) antes do extremo sul catarinense. Os municípios da AMESC observaram a transferência populacional em seguida, não obstante tal comportamento ser representativo da consolidação de Araranguá como uma cidade industrial (o que ocorreu antes de Sombrio), mesmo permanecendo os demais municípios com um índice de crescimento da população urbana ainda reduzido.

Sombrio por sua vez, viveu as transformações decorrentes da expansão da atividade industrial e da introdução de novas relações de produção no seio da pequena propriedade depois, sobretudo a partir dos anos de 1980, quando a

cidade integra-se na divisão do trabalho como centro exportador da indústria do calçado. Assim, entre 1970 e 2000 houve um decréscimo da população rural da ordem de 50,8%, contra 31,7% em Santa Catarina e 39,3% na região da AMESC. Neste sentido, o campo dominado pela pequena propriedade perde importância relativa frente a emergência de um novo centro econômico sediado no espaço urbano.

Esta perda de importância das atividades agrárias frente às urbanas expressa-se também pelos baixos índices de crescimento anual da população, nos pequenos municípios onde predominam as atividades agrárias. Retornando a tabela dois (apresentada no início deste capítulo), podemos verificar que vários deles apresentaram redução de sua população absoluta ou um crescimento inferior a 1%. Nos municípios onde se destacam as atividades industriais (Araranguá e Sombrio) ou as atividades terciárias (municípios litorâneos como Passo de Torres, Balneário Gaivota e Balneário Arroio do Silva), o crescimento foi mais expressivo, acompanhando a média catarinense.

3- A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA EM SOMBRIO

No capítulo anterior apontamos elementos sobre a gênese da indústria em Sombrio e suas relações com a pequena produção mercantil, tanto como base para a acumulação inicial como, posteriormente, fornecedora de mão-de-obra, a partir das transformações decorrentes da penetração das relações capitalistas na face externa das unidades de produção familiar.

A perda de importância relativa das atividades agrárias frente às urbanas de caráter industrial pode ser observada pela tabela abaixo.

Tabela 06 - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) POR SETORES ECONÔMICOS EM SOMBRIO, MUNICÍPIOS DA AMESC E SANTA CATARINA - 1970 a 1991 (em %)

	SOMBRIO			AMESC			SANTA CATARINA		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
PRIMÁRIO	68,3	50,1	24,1	71,0	49,1	34,6	51,2	30,8	26,3
SECUNDÁRIO	12,0	21,5	42,7	8,1	17,6	26,0	19,7	31,6	30,2
TERCIÁRIO	19,7	28,4	33,2	20,8	33,2	39,3	29,1	37,6	43,5
TOTAL ¹	45,0	47,8	52,5	45,5	48,5	50,6	44,2	49,9	56,1

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico. Mão-de-obra. 1970, 1980, 1991.

¹ Em relação ao total da população residente.

Entre 1970 e 1991 houve uma forte redução da participação do setor primário em Sombrio (na ordem de 44,2%), queda esta mais intensa que a verificada na Amesc (36,4%) e no próprio Estado (24,9%). Tal redução não foi sentida apenas no que se refere aos dados relativos, pois em 1970 o setor abrigava 3571 indivíduos com 10 anos ou mais, decaindo para 2173 em 1991.

Observa-se que em 1991, Sombrio já apresentava o setor secundário como o maior empregador de PEA, com índices mais elevados que sua microrregião e do que o próprio estado de Santa Catarina. Na região, somente os municípios de

Araranguá e Maracajá, apresentaram em 1991, um setor secundário com participação mais expressiva que o setor primário (respectivamente 31% e 32,5%), sem, contudo aproximar-se do desempenho do setor em Sombrio. Se ampliarmos a análise, englobando o sul catarinense (a partir de Tubarão), vamos verificar que Sombrio apresentou um desempenho do setor secundário bastante expressivo, inferior somente ao apresentado por Criciúma (43,1%), Siderópolis (44,6%) e Urussanga (50%), ou seja, municípios já consolidados como centros industriais. Assim o setor secundário cresceu e se posicionou como o mais expressivo a partir de 1991, acumulando índices de crescimento de 7,91% a.a. entre 1970-1980 e de 8,96% a.a. entre 1980-1991.

Este comportamento acompanha, de modo geral, o crescimento do setor industrial de Santa Catarina, conforme nos é apontado por MAMIGONIAN (2000:05):

em 1950, a indústria da transformação de Santa Catarina havia alcançado 2,0% da produção nacional (3,0% da população); em 1960 havia subido a 2,1% (3,0% da população), após o período Juscelino Kubitschek que beneficiou o Brasil-Sudeste; em 1970 atingiu 2,6% (3,1% da população) e 3,9% em 1980 (3,0% da população), o que representou um extraordinário crescimento no período 1970/80, acima da média nacional.

Tal elevação é importante destacar, revela, sobretudo a expansão dos centros que comandam cada uma das regiões industriais do Estado, que se consolidaram como áreas especializadas e de forte dinamismo nas quatro últimas décadas. Contudo, contribuíram também, sem dúvida, a expansão industrial nos municípios de menor porte populacional e de estrutura mais modesta⁵⁸. Tal é o caso de Sombrio.

⁵⁸ Em 1997, Sombrio contava com 269 indústrias de transformação, assim distribuídas: 241 empresas com menos de 10 pessoas ocupadas (microempresas), 27 pequenas empresas (de 10 a 99 pessoas ocupadas) e apenas 1 empresa de médio porte com mais de 100 funcionários (IBGE. **Cadastro Geral de Municípios**, 1997). Segundo a classificação utilizada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, com base na receita bruta anual declarada pelas empresas, encontramos para Sombrio (dados de 1998): 136 Microempresas (com receita bruta igual ou inferior a 90 mil reais), 10 Empresas de Pequeno Porte (com receita bruta maior que 90 mil reais até 1,2 milhão de reais) e 80 Empresas (com receita bruta superior a 1,2 milhão de reais).

Tabela 07- ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS E POPULAÇÃO RESIDENTE EM SANTA CATARINA E SOMBRIO - 1960 A 1985 (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAL DE SOMBRIO SOBRE O TOTAL CATARINENSE)

	1960			1970			1980			1985		
	SC	SOM	%									
Minerais não metálicos	781	09	1,1	1003	12	1,2	1373	45	3,3	1143	14	1,2
Materiais elétricos e comunicações	13	-	-	81	-	-	134	1	0,7	116	-	-
Madeira e mobiliário	2622	17	0,6	3705	11	0,3	4000	24	0,6	3337	16	0,5
Papel e papelão	68	-	-	97	-	-	147	2	1,3	69	-	-
Couros, peles e similares	62	4	6,5	72	1	1,4	40	-	-	47	1	2,1
Vestuário e calçados	112	3	2,7	232	13	5,6	782	17	2,2	1038	24	2,3
Produtos Alimentares	1244	11	0,9	1905	21	1,1	1734	55	3,2	1723	9	0,5
Bebidas	172	2	1,2	231	3	1,4	132	7	5,3	114	-	-
Fumo	13	-	-	14	-	-	50	-	-	58	1	1,7
Indústria Química	151	3	2,0	192	-	-	129	-	-	70	-	-
Perfumaria, sabão e velas	37	-	-	36	-	-	25	-	-	24	-	-
Diversos	53	-	-	98	1	1,0	243	1	0,4	250	1	0,4
Total	5328	49	0,9	7666	62	0,8	8789	152	1,7	7989	66	0,8
População residente	2146309	14647	0,68	2930411	17943	0,61	3627933	17294	0,48	4541994	22253	0,49
										(1)	(1)	(1)

Fonte: IBGE. Censo Industrial. Santa Catarina. Rio de Janeiro: 1960, 1970, 1980, 1985.
 _____ Sinopse Preliminar do Censo demográfico. Rio de Janeiro: 1970, 1980, 1991.

Notas: (1) Dados de 1991.

Se a participação industrial catarinense se tornou mais expressiva que a populacional no conjunto do país, observando a Tabela 07, vemos que o mesmo aconteceu em Sombrio em relação ao Estado catarinense. Todos os ramos industriais presentes no Município têm expressão percentual igual ou superior àquela representada pela população residente e, em alguns setores, o crescimento foi bem mais expressivo que a média geral, como o de minerais não-metálicos, vestuário e calçados, alimentos e bebidas.

Antes de nos determos na análise mais detalhada da indústria sombriense, é importante lembrar as condições existentes para que houvesse tal expansão. Além das bases para uma acumulação inicial que como vimos, contou com presença da pequena produção mercantil, formando uma base pulverizada de pequenos capitais, o sul catarinense havia acumulado grandes investimentos estatais em função da exploração carbonífera, investimentos estes que se ampliam a partir de 1973 com a crise do petróleo e a conseqüente elevação do consumo de carvão energético e metalúrgico. Assim, em pleno momento de colapso da economia mundial (fase depressiva do 4º Ciclo de Kondratieff), a indústria brasileira continua a crescer, fomentada por uma política de vultosos investimentos estatais orientados através do II PNB. Nesse contexto, o sul catarinense foi bastante privilegiado, não só no que se refere ao carvão, mas através da implantação de uma política favorável à indústria da construção civil, beneficiando a indústria cerâmica, pois houve aumento do consumo, através de financiamentos em longo prazo para aquisição da casa própria (BNH)⁵⁹.

Como nos destaca GOULARTI FILHO (1997:70) "a história do setor cerâmico (catarinense) se confunde com a própria história do BRDE e do BADESC: das contratações realizadas pelo BRDE (1963/1981), o setor absorveu

⁵⁹ RANGEL (1982) nos aponta que as rupturas para a mudança nos ciclos longos de Kondratieff se fazem a partir de inovações tecnológicas gestadas no centro do sistema. As mudanças nos ciclos médios, internos à economia brasileira, dependem muito mais das inovações institucionais que se seguem a cada crise, e "que sensibilizam certos grupos de atividades, suscitando afinal, investimentos que elevam a conjuntura e permitem melhor utilização da capacidade excedente deixada pelos ciclos anteriores" [grifo do autor] (p.39). Os setores impulsionados se definem segundo a forma como reagem as mudanças institucionais adotadas: mudanças no câmbio, na moeda, no fisco, no crédito, na estruturação jurídica das empresas, etc. Assim como já apontado, o ramo da construção civil foi um dos mais incentivados, pois seu crescimento representou a ampliação da demanda para as indústrias do Departamento I, que são supridoras de meios de produção.

12% (...). Os recursos liberados pelo BADESC ao setor minerais não-metálicos basicamente se destinaram às cerâmicas do sul do Estado".

É assim que podemos compreender a expansão da indústria de Sombrio. O ramo de minerais não-metálicos foi o que vai vivenciar um dos mais expressivos crescimentos: de 9 para 45 empresas entre 1960/80. Contudo, tais empresas eram de pequeno porte, basicamente de trabalho familiar, destinadas à produção de tijolos e telhas de barro para o mercado regional. Assim, apresentaram expressão em número de estabelecimentos (3,3% em relação ao total catarinense), mas pouco destaque no emprego de mão-de-obra (1,0% em relação ao Estado, em 1980). Arelada ao apoio a construção civil cresceu também o número de iniciativas industriais no ramo de madeira e mobiliário, com as mesmas características acima apontadas, pois em 1980, representaram apenas 0,1% do total de empregos do setor em Santa Catarina.

O ramo de alimentos e bebidas, muito expressivo em 1980, representando respectivamente 3,2 e 5,3% em relação ao total de estabelecimentos catarinenses do ramo, apresentou, contudo, um comportamento muito contraditório quanto aos dados do número de pessoal ocupado (obtidos na mesma fonte, ou seja, IBGE). Para o ramo de alimentos, houve uma expansão do número de estabelecimentos na ordem de 500% entre 60 e 80 e, paradoxalmente, uma redução do total de pessoal ocupado que passou de 44 para 43 trabalhadores entre 1970 e 1980. O ramo de bebidas, por sua vez, sofreu expansão de 350% em número de estabelecimentos (1960-1980), mas não registrou, em 1980, nenhum pessoal ocupado neste ramo industrial. Estas comparações nos levam a questionar a validade dos dados referentes ao número de estabelecimentos para estes ramos.

Ainda analisando a tabela, observamos que, entre 1980 e 1985, houve uma redução no número total de estabelecimentos industriais, tanto em Santa Catarina como em Sombrio.

Tal redução reflete a instalação de um momento recessivo na economia nacional. Na verdade, como nos destaca MAMIGONIAN (2000b), durante a adoção da política do II PNB, no governo Geisel, a economia brasileira havia sido colocada em "marcha forçada", prolongando a duração do ciclo médio ascendente e sustentando o crescimento industrial através de pesados investimentos estatais, financiados por recursos externos captados via endividamento, sobretudo com os

Estados Unidos. Finalizada a política de recursos abundantes e iniciada a cobrança da dívida externa, a economia brasileira mergulha em uma fase recessiva. Tal crise atingiu fortemente a indústria catarinense (como todo o conjunto nacional), provocando desemprego, queda de salários reais, concordatas, falências e fusões (MAMIGONIAN, 2000:05).

Neste contexto, as pequenas empresas foram as primeiras a sofrer os efeitos negativos, ocasionando o desaparecimento das menos competitivas e de menor capacidade de adaptação à nova conjuntura.

Assim, podemos perceber que Sombrio, dotada de um setor industrial de pequenas empresas sofreu mais intensamente que o estado de Santa Catarina a crise que se instalou, pois se em Santa Catarina a queda no número total de estabelecimentos entre 80-85 foi de 9,1%, em Sombrio o decréscimo atingiu 56,5%, diminuindo sua participação relativa no total de empresas de 1,7% em 1980 para 0,8 em 1985.

O ramo cerâmico, por exemplo, foi um dos que perdeu um grande número de empresas, registrando, contudo, elevação do número de empregados. Tal fenômeno se relaciona com o fato de que as empresas mais consolidadas conseguiram obter empréstimos estatais para modernização do parque industrial, tornando-se mais competitivas. As três maiores empresas do ramo cerâmico do município na atualidade, em suas entrevistas⁶⁰ indicaram ter obtido, no início dos anos 80, recursos do FINAME para ampliação da área e renovação tecnológica (o que lhes permitiu entrar, por exemplo, no mercado das lajotas cruas e esmaltadas e diversificar a produção de telhas). Apesar dos recursos do FINAME se destinarem também às pequenas empresas, como nos lembra um dos entrevistados, eles dependiam de projetos detalhados (para os quais existiam escritórios especializados em Criciúma) e "uma certa influência política", o que dificultava o acesso aos recursos por parte das empresas muito pequenas e de inserção restrita na política local e regional. Assim, se o número de empresas

⁶⁰ Entrevistas realizadas com os proprietários das Cerâmicas Cardoso, Monteiro e Sombrio.

diminuiu de 45 para 14 entre 1980-85, houve ampliação do pessoal ocupado, passando de 297 para 350 entre 1980-1983⁶¹.

A indústria de alimentos, pouco expressiva na Região Sul catarinense - quando comparada à Região Oeste e ao vale do Rio Itajaí - apresentou em Santa Catarina em 1980 (segundo o IBGE) um total de 1734 empresas e 31.504 trabalhadores, representando 3,71% dos estabelecimentos e 4,4% dos trabalhadores frente a indústria brasileira. Sombrio, por sua vez, contava no mesmo ano com um total de 55 empresas de alimentos, representando 3,17% do setor em Santa Catarina. Parece pouco, porém se observarmos que no mesmo ano, a população de Sombrio representava apenas 0,47% do total da população catarinense e 0,46% da população economicamente ativa (PEA) do Estado, observaremos que os números da indústria de alimentos são representativos. O ramo de alimentos (excluindo-se os dados de 1980, pelo já exposto), reduziu sua participação quando comparamos os anos de 1970 com os dados de 1983. Assim, houve uma redução de 21 para 16 empresas. Neste período, o setor se caracterizava pelo predomínio de pequenas unidades destinadas a produção de farinha de mandioca (2), produção de polvilho (11) e beneficiamento de arroz (3). Com a crise e a concorrência⁶², muitas delas desapareceram.

Na década de 90, contudo, podemos notar uma redução no número de empresas do ramo tanto em Santa Catarina como em Sombrio. Em 1993, o número de empresas do setor de alimentos decaiu para 1.319, o que representou uma queda de 24% em relação aos dados de 1980 e uma leve ampliação no volume de pessoal ocupado, que passou para 35.190 trabalhadores, ou seja, um crescimento na ordem de 10,4%. O município, por sua vez, teve uma redução no número de empresas muito mais intenso. Segundo a Secretaria da Fazenda do

⁶¹ Como os dados sobre o número de pessoas ocupadas em cada ramo industrial de Sombrio não estão disponíveis nas publicações do IBGE para o ano de 1985, comparamos com os dados fornecidos pela AMESC (1994:74), para o ano de 1983.

⁶² A concorrência na fabricação de polvilho e farinha de mandioca é dada pela existência de um número muito grande de unidades produtoras na região, visto que a transformação da mandioca é realizada com técnicas tradicionais, uso intensivo de mão-de-obra, reduzidos maquinários e pouco capital, o que lhes faz competir com produções artesanais de caráter rural. O beneficiamento do arroz, por outro lado, apesar do aumento significativo da produção do cereal no sul catarinense, começou a enfrentar forte concorrência, sobretudo a partir do fortalecimento das grandes Cooperativas (COOPERSULCA, COOPERJA, COOPEME) que realizam uma política agressiva no mercado. Tal atuação tem restringido as possibilidades de expansão das beneficiadoras particulares, de menor fôlego.

Estado de Santa Catarina, no ano de 1996, o número de empresas do setor de alimentos foi de 16 (redução da ordem de 75% em relação a 1980). Contudo o ramo apresentou um movimento financeiro de R\$ 3.202.114,00, o suficiente para colocar em primeiro lugar dentre os demais, em Sombrio.

Tal expressão econômica justifica-se pela presença da mais importante empresa do município, tanto no que tange ao valor adicionado declarado, como ao número de funcionários. A capacidade produtiva (em 1999) da Terre Alimentos Ltda. (detentora da marca Geloko Sorvetes) foi de 200 mil picolés e 60 mil litros de sorvete/mês empregando, no período de elevação da produção, 310 funcionários. A Terre Alimentos coloca-se hoje como a terceira maior empresa produtora de sorvetes do Brasil, atrás apenas das tradicionais Kibon, hoje pertencente ao grupo Anderson-Clayton e a Yopa, do grupo Nestlé.⁶³

Se, como vimos, a indústria de Sombrio acompanhou o movimento da industrialização catarinense, com crescimento entre as décadas de 1960 e 1980 e sofrendo os impactos negativos da crise que se instala no país na entrada do ciclo médio recessivo, no início dos anos de 1980, o ramo de vestuário e calçados continuou a crescer, mesmo depois de instalada a crise no cenário nacional.

Os dados da Tabela 06 nos mostram que o salto neste ramo industrial em Sombrio foi entre a década de 1960 e 1970, quando houve um crescimento da ordem de 33,3% a.a., enquanto em Santa Catarina este crescimento foi de 10,7% a.a. Tal aumento refere-se, em Sombrio, exclusivamente à expressão da indústria do calçado⁶⁴, que continuou a registrar crescimento na década de 1970-80 (30,8%) e entre 1980-85 (41,1%), momento no qual os demais ramos sofriam os efeitos negativos do período recessivo. Para tentar compreender tal comportamento, precisamos compreender como se deu a evolução do ramo calçadista em Sombrio, suas especificidades internas e suas vinculações às condições estruturais impostas no nível global e nacional.

⁶³ Conforme entrevista fornecida pelo diretor administrativo-financeiro da empresa, em 30/03/2000.

⁶⁴ O Cadastro Industrial de 1965 do IBGE apontou a presença de 16 empresas do ramo coureiro-calçadista e nenhuma empresa o ramo vestuarista. Sobre a dimensão das vendas e volume de pessoal ocupado, ver Mapa 02.

3.1 A INDÚSTRIA CALÇADISTA: EXPANSÃO, VINCULAÇÕES, CRISES E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Como vimos no capítulo anterior, a indústria do calçado em Sombrio teve sua origem ligada à introdução do artesanato do couro a partir de 1929. Nesta evolução, como apontamos, criaram-se as condições para a instalação de várias iniciativas que direta ou indiretamente, derivaram da atividade pioneira de Guilherme Tiscoski. Entre os anos 30 e o final dos anos de 1950, o pequeno ateliê produtor de tamancos e artigos de montaria foi evoluindo até instalar-se em um galpão maior e iniciar a produção de botas de couro, com a ajuda dos filhos e de trabalhadores assalariados, onde já se esboçava uma divisão do trabalho e uma produção mais volumosa. Como já destacamos, este período foi fundamental para a formação de novos artesãos e trabalhadores no ramo de calçados.

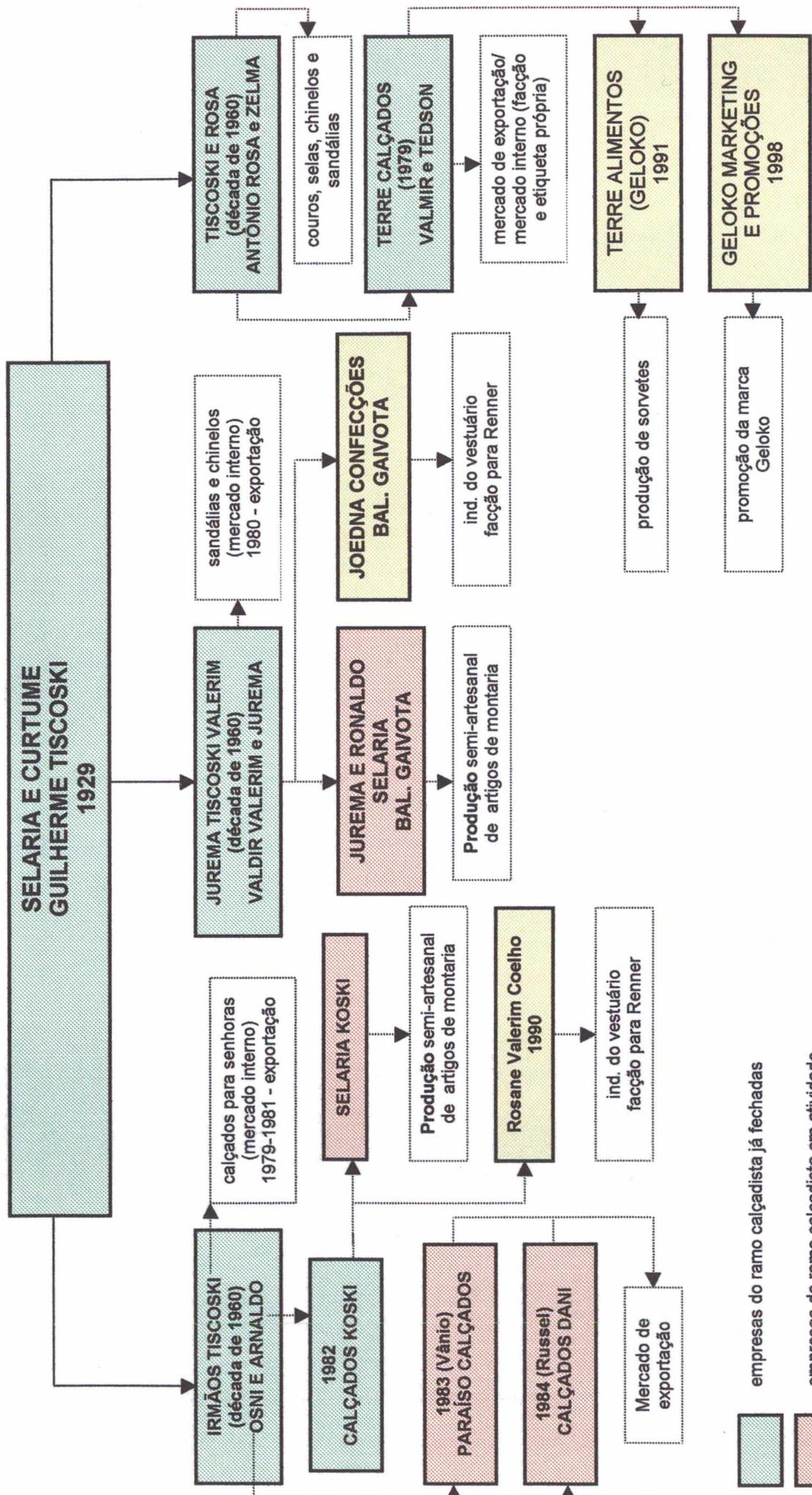
A entrada da segunda geração dos Tiscoski no ramo calçadista (ver Quadro 2) marcou a transformação do antigo artesanato em atividade industrial, com uma clara divisão do trabalho e com a utilização de vários maquinários no processo produtivo. Estas empresas serão as responsáveis pela consolidação de uma tradição de produção calçadista que, mais tarde, tornariam a cidade de Sombrio um ponto atraente para a expansão do setor de exportações. Ao longo do final dos anos de 1950 e 1960, a selaria e o curtume de Guilherme Tiscoski geraram quatro empresas de porte para os padrões locais e regionais, englobando vendas para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Paralelamente às atividades diretamente ligadas à família, várias outras iniciativas similares vão se consolidando, normalmente ligadas a antigos artesãos e funcionários.

Esta produção voltada a um mercado interno de abrangência regional, vai sofrer uma profunda alteração a partir dos anos de 1970. É neste momento que o Brasil começa a despontar como exportador de calçados, penetrando nos mercados do Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França e Finlândia. Tais contratos geraram a instalação de *traddings* (normalmente americanas) que intermediavam os negócios, captando contratos no exterior e repassando-os a empresas calçadistas brasileiras capazes de produzir dentro das especificações, prazos e custos exigidos pelas importadoras. Inicialmente, tais contratos recaíram

sobre as empresas de Novo Hamburgo, dispostas a reorganizar suas linhas de produção para as exigências do mercado de exportação. Com tal impulso, novas empresas foram abertas na região do vale dos Sinos e se iniciou também, a procura por outras áreas aptas a produzir para este mercado emergente, ou seja, **áreas com parque industrial já instalado, abundância de mão-de-obra barata, proximidade e facilidade de acesso e, sobretudo, alguma tradição no trabalho com o calçado**, que lhes permitissem iniciar a produção de forma imediata. Tais condições foram encontradas em Sombrio e também em Araranguá, gerando o chamado "boom" da indústria calçadista, que se refletiu em toda a região, chegando a comportar iniciativas também em Criciúma.

As transformações são profundas no município. De empresas produtoras de chinelos, botas, sandálias e sapatos femininos, com um mercado de abrangência regional, viu-se elevar, a partir de 1979, o número de contratos fechados com as empresas de exportação sediadas em Novo Hamburgo. A atração pelo segmento é imediata, transformando empresas de mercado interno em unidades de exportação visto que, na época, eram oferecidos incentivos para a exportação como isenção total do imposto de renda. Além disso, o volume dos contratos (em torno de 100 mil calçados por lote) garantia um retorno tranquilo e seguro, livre das oscilações comuns do mercado consumidor interno.

Outro fator facilitador para a inserção no novo segmento é que a organização da produção para o mercado de exportação é mais simplificada que a voltada para o mercado interno. De início, não houve gastos com pesquisa sobre tendências de moda ou *design*, pois os modelos são fornecidos pelo importador, o que anula um componente importante no custo final do produto. Trabalha-se com um número reduzido de modelos, evitando custos gerados pela manutenção de muitas linhas de produção diferentes (por exemplo, na empresa Vudalfor, voltada ao mercado interno, há uma média de 7 linhas de produção, envolvendo 60 modelos diferentes a cada estação), enquanto em empresas exportadoras, como a Calçados Dani, trabalha-se a cada contrato, com 2 linhas de produção, (envolvendo cerca de 5 modelos diferentes). Com um processo de produção mais simplificado, reduzem-se os custos com mão-de-obra já que o grau de especialização necessário para a produção é menor. Aliás, como nos lembra GOULARTI FILHO (1995:60), a abertura dos mercados para países como



- empresas do ramo calçadista já fechadas
- empresas do ramo calçadista em atividade
- mudança de ramo econômico

o Brasil e, posteriormente, para a China e Taiwan, decorre "do fato de os países do centro expurgarem de seus parques as indústrias produtoras de mercadorias com alto valor agregado e uma baixa composição orgânica do capital" permitindo aos países periféricos, com custos de mão-de-obra mais rebaixados, atuarem em escala global.

Tal movimento, como nos destaca MAMIGONIAN (1999:155-6), resulta de reestruturações que ocorrem em períodos recessivos. Assim, em decorrência da instalação da fase "b" do 4º Ciclo de Kondratieff (1973-1996), houve uma reestruturação espacial, resultante da transferência de várias produções industriais, em nível global e nacional. Neste sentido, foi possível ao Brasil, como a China e Taiwan (no caso dos calçados), manter uma competição bem sucedida nos mercados do centro dinâmico, visto que, como destaca RANGEL (1982:56), a tecnologia presente (para segmentos da indústria leve) no centro do sistema era ainda não renovada, ou seja, comparável a existente nos países periféricos, que contavam ainda, com a vantagem adicional dos baixos salários vigentes.

Em complemento, é importante ressaltar que o período recessivo então instalado levou os países centrais a adotarem medidas protecionistas, sobretudo no que se refere aos segmentos industriais de capital intensivo. Paradoxalmente a indústria de bens de consumo simples foi beneficiada, pois a abertura deste segmento para as empresas sediadas em países periféricos contribuía para reduzir a pressão sobre salários nos países centrais, já que tais produtos (que entravam nestes países a preços muito convidativos) ajudavam a manter o padrão de consumo da classe trabalhadora, sem exercer pressão sobre sua remuneração média.

A nível interno, a tradição brasileira na produção de calçados, a presença de um parque industrial já instalado (Novo Hamburgo/RS e Franca/SP) e as duas desvalorizações cambiais promovidas pelo então ministro Delfim Neto durante o governo João Figueiredo, tornaram o produto brasileiro altamente competitivo no mercado externo. O reflexo deste movimento atingiu então Sombrio.

O aumento na oferta de contratos tornou a cidade um centro com disponibilidade de vagas. O trabalho mais especializado, sobretudo no que se referia à organização da produção, dependia da vinda de trabalhadores qualificados e experientes da região de Novo Hamburgo, formando uma certa

"classe média" assalariada, até então inexistente no município. A mão-de-obra sem qualificação é em grande parte, como já assinalamos, composta por pequenos produtores expropriados, o que foi confirmado pelos senhores Osni e Guilherme Tiscoski em entrevista, pois "o operário do chão da fábrica era, sobretudo a colonada, que vende suas terras, compra um lote na cidade e passa a trabalhar com calçados".

Introduzidas as primeiras empresas exportadoras, novas iniciativas surgiam rapidamente, associando capitais de diversas origens, com experiência no setor e observação ("cópia") da organização produtiva das empresas já instaladas. O aumento da demanda por mão-de-obra foi facilmente suprido, pois o setor calçadista de exportação, devido às peculiaridades já observadas, exige pouca qualificação, tendo um período de aprendizado do ofício relativamente rápido, a espelho do que ocorre na própria indústria do vestuário. Outro ponto importante: os contratos que envolviam calçados mais elaborados foram absorvidos pelos centros produtores mais tradicionais como Novo Hamburgo e, no setor de calçados masculinos, o interior de São Paulo, especialmente Franca. Sombrio caracterizou-se por produzir modelos mais simples, em geral sandálias, calçados femininos e calçados infantis em couro ou até sintéticos.

Assim, voltando aos dados da tabela 06, observamos um incremento no número de empresas do setor de vestuário e calçados de 17 para 24 entre 1980 e 1985 em Sombrio (crescimento de 41,1%), enquanto em Santa Catarina o crescimento registrado é de 32,7% (incluindo nesse total a expansão do setor vestuarista). A expressão que a indústria de calçados adquiriu na região pode ser avaliada pelos dados da Secretaria da Indústria e do Comércio de SC⁶⁵: em 1984, das 30 maiores empresas do sul do Estado (incluindo aí as gigantes como ICC, Carbonífera Próspera, Cecrisa/Eliane, etc.) a Calçados Tiscoski e Rosa Ltda (antecessora da Terre Calçados) ocupava a 23ª posição entre as empresas de maior receita operacional, seguida pela Calçados Crisul Ltda (Criciúma) em 24º e a Irmãos Tiscoski & Cia Ltda em 29º lugar. Em Santa Catarina, apenas a Sulca S.A. - Indústria Sulbrasileira da Calçados, sediada em Caçador, apresentava receita operacional superior às acima citadas, demonstrando o domínio da região

⁶⁵ Em SANTA CATARINA. Secretaria da Indústria e do Comércio. **Posição - A grandeza da indústria catarinense**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, [s.d.].

sul catarinense no que se refere à produção de calçados. Sombrio, nessa fase, contava com 22 empresas de calçados, empregando 1.401 trabalhadores no setor de exportação e 202 nas empresas voltadas ao mercado interno⁶⁶. Centros como São João Batista e Nova Trento, neste momento, tiveram papel secundário, pois se estruturaram com base na produção de calçados femininos para o mercado interno.

Nesse processo o Estado esteve presente⁶⁷, não só concedendo subsídios (redução da carga tributária) e adiantamento dos contratos de câmbio, como na disponibilidade de recursos, via financiamentos, para o fomento da produção (instalação/expansão do parque industrial, renovação tecnológica, composição e ampliação do capital de giro). Tais recursos foram fundamentais para a transformação do pequeno parque calçadista em centro de exportação. Como nos destacam Osni e Guilherme Tiscoski: "os recursos eram muito fartos, nós [os calçadistas] nos reunimos em associação e eram freqüentes as reuniões com o Banco do Brasil, a CACEX e o BRDE, quando os recursos eram ofertados, isto entre os anos 80 e 90. Não houve empresa de exportação aqui que ficasse de fora"; e também Henrique de Souza (gerente das Empresas Dani e Paraíso):

a maior parte dos recursos que vieram, era referente a uma linha de crédito aberto com recursos do PASEP só para as exportadoras, emprestados via Banco do Brasil. A Dani Calçados, por exemplo, pegou em 1985, 16 mil cruzeiros para melhoria das máquinas. O empréstimo valia a pena, pois a taxa de juros era muito baixa.

Tais incentivos fornecidos ao ramo calçadista de exportação na década de 1980 ajudaram então a consolidação do Brasil no mercado de exportação de calçados. Em 1989 éramos o 4º produtor de calçados do mundo (atrás da China, URSS e Taiwan) e as exportações atingiram seu valor máximo com 1 bilhão e 312 milhões de dólares, destinadas, sobretudo ao mercado americano (72%), seguido

⁶⁶ Segundo AMESC, 1984:74.

⁶⁷ Já nos referimos anteriormente às colocações de RANGEL (1982) ao destacar que, nos países periféricos do sistema, as mudanças engendradas para a passagem dos ciclos médios recessivos para os expansivos realizam-se através da adoção de medidas institucionais que abrem perspectivas positivas para os diversos ramos econômicos.

pela Inglaterra (6,8%), Canadá (3,5%), França (3,4%) e Alemanha (3,3%)⁶⁸. Em Santa Catarina, no ano de 1987, os calçados já representavam o 6^o produto na pauta de exportações, atingindo o valor de mais de 49 milhões de dólares (FIESC, 1989). Este quadro muda a seguir, a partir de variações na política cambial, trazendo pequenas defasagens do cruzeiro novo frente ao dólar (Leme, 1994), reorientaram investimentos para o mercado interno, sobretudo em Franca e Novo Hamburgo, refletindo-se também no centro secundário: Sombrio.

Assim, na busca de redução de custos, introduziram-se as terceirizações no ramo de calçados, nas quais as empresas do município começaram a operar na forma de subcontratadas.

Tal processo de terceirização surgiu como uma nova forma de organização da produção, verticalmente descentralizada, em oposição às formas rígidas impostas pelo fordismo. Nesse novo modelo, busca-se reduzir custos e manter uma capacidade produtiva mais flexível, capaz de respostas imediatas às flutuações do mercado. (PINHEIRO, 1993)

Tal reorganização produtiva faz-se presente, na indústria do vestuário, calçados, artefatos de tecidos, que apresentam significativa desintegração da produção e se utilizam amplamente da subcontratação para atingir os objetivos da produção e reduzir os custos do fator trabalho.

Um dos casos pioneiros de subcontratação em Sombrio foi uma facção realizada pela Terre Calçados para a Alpargatas S/A. A Terre (rever Quadro 2), foi a maior empresa calçadista de Sombrio, iniciando suas atividades em 1979 com uma produção de 500 pares/dia para o mercado de exportação. Ao final dos anos de 1980 inicia a produção faccionada das linhas de tênis Rainha, Topper e Nike, bem como mantinha a produção de tênis de griffe própria, voltada ao mercado regional. Assim, apoiada por empréstimos estatais⁶⁹, a empresa cresceu rapidamente atingindo em 1994 uma produção de 120.000 pares de calçados por mês, empregando mil funcionários. (SILVA, 1997:25)

⁶⁸ Segundo dados da Folha de São Paulo obtidos junto a Abicalçados (Associação Brasileira de Indústrias de Calçados), citados por Leme (1994:113-4)

⁶⁹ É importante destacar que atua politicamente a favor dos interesses da família Tiscoski, o político Leodegar Tiscoski, filho do José Tiscoski (prefeito municipal por duas legislaturas entre os anos de 1950 e 1970). Leodegar, por sua vez foi deputado estadual em duas legislaturas e nas últimas eleições foi o candidato mais votado da região para deputado federal, elegendo-se com ampla margem de votos. Atualmente é Secretário de Transportes e Obras do governo Esperidião Amin.

Logo, podemos observar que a transformação de Sombrio em um centro calçadista ao longo dos anos 80, teve como base sua subordinação/dependência em relação aos centros calçadistas mais consolidados, como no caso específico do centro calçadista de Novo Hamburgo. Como se expressou tal subordinação? Podemos afirmar que os laços de dependência estiveram presentes desde a obtenção dos contratos (trading e companhias de exportação sempre sediadas no Vale dos Sinos), na aquisição de matérias-primas (couros, linhas, solados, colas), na aquisição e manutenção de peças e maquinários e na obtenção de mão-de-obra especializada. Mas, sobretudo, no encaminhamento para Sombrio dos contratos de calçados mais rústicos e, portanto, de menor valor⁷⁰. Tal dependência fica clara também com a introdução dos contratos de terceirização produtiva, tornando Sombrio um centro vulnerável a qualquer oscilação, tanto no mercado interno, quanto no mercado externo.

Logo, é por estar estruturada a partir das características acima descritas que a indústria de calçados de Sombrio sofreu intensamente com a crise do ramo calçadista de exportação, a partir de 1990. O setor sofreu diretamente com a crise econômica do período 1990/92, quando a defasagem cambial atingiu (ao final de 1990) 30%, o que tornou o produto brasileiro muito caro, sem competitividade no mercado internacional. Aliado a esse fator, a alta do couro no mercado interno elevou os custos de produção a níveis impraticáveis. Se no início de 1990, a previsão era de aumento das exportações brasileiras em torno de 20% houve, na verdade, uma queda de 23% entre 1989 e 1990 (LEME, op.cit.: 122). Em Santa Catarina, em 1992, os calçados decaem para 19ª posição entre os principais produtos exportados, atingindo o valor de 14 milhões de dólares. A partir de 1994, não figura mais entre os vinte principais produtos da exportação catarinense. (FIESC, 1994)

Assim, o Brasil perde em competitividade, abrindo espaço para países com baixo custo de mão-de-obra, aliado à elevação da produtividade por trabalhador

⁷⁰ Conforme destaca GOULARTI FILHO (1995:60), o setor calçadista do sul catarinense caracteriza-se por possuir uma mão-de-obra pouco qualificada, o que tornou a região menos competitiva dentro do mercado nacional na busca pelos melhores contratos de exportação, que eram então drenados para o Vale do Rio do Sinos e para o interior de São Paulo. Ainda, Osni e Guilherme Tiscoski ressaltaram em suas entrevistas, que os calçados femininos e infantis produzidos em Sombrio, no final dos anos de 1980, eram vendidos no mercado de exportação a uma média de US\$ 1,50 a US\$ 4,00, ao passo que um mocassim masculino, de padrão médio a popular, atingia um valor comercial de US\$ 12,00.

(como a China) ou com um parque industrial calçadista mais modernizado tecnologicamente (caso de Taiwan), que passam a absorver os contratos de exportação para os países centrais do sistema.

Os reflexos são muito negativos em Sombrio, visto sua dependência em relação às encomendas estrangeiras. Assim, o município que, no final dos anos 80, produzia uma média de 5000 pares de calçados/dia começou ver suas empresas fechando por perda de competitividade. Se o IBGE apontava a existência de 24 empresas do setor de calçados em Sombrio em 1985, em 1992 elas eram apenas 16, segundo os dados da FIESC⁷¹. Além de muitas falências, as empresas que conseguem manter-se no mercado necessitaram reduzir seus custos de produção, o que diminuiu a oferta de empregos. Assim destacamos o depoimento do Sr. Henrique de Souza, gerente das empresas Dani e Paraíso Calçados, em 09/02/2000:

Após a crise de 1990, todas as empresas que trabalham com exportação tiveram que reduzir consideravelmente seus custos para tentar manter a competitividade. Há alguns anos atrás, um sapato que hoje é vendido a US\$ 9,00 era produzido por US\$ 14,00. Esta queda nos custos de produção tem relação direta com a redução do volume de mão-de-obra, num trabalho que busca incessantemente ampliar a produtividade de cada trabalhador. Não posso negar que houve também a redução média dos salários, porque hoje o desemprego no município é muito grande.

Outra estratégia utilizada pelas empresas exportadoras do município foi o repasse de parcelas da produção para empresas menores, chegando a uma completa desintegração produtiva: "neste caso, a empresa-mãe (contratante líder ou doadora de ordens) não mais procura fabricar seus componentes, mas sim transfere estas tarefas para empresas menores, apenas supervisionando o artigo final, objetivo específico de sua atividade" (PINHEIRO, 1993:19)

Tal é o caso das empresas Paraíso e Dani. Fundadas, respectivamente em 1983 e 1984, são de propriedade dos filhos de Osni Tiscoski (Irmãos Tiscoski e Cia. Ltda. - rever o Quadro 2) destinadas somente à produção de calçados para exportação mantendo, na época, 150 empregados, com uma produção de 2.000 pares/dia. Até o início dos anos de 1990, conseguiram consolidar seus parques

⁷¹ FIESC. Guia da Indústria de Santa Catarina. Florianópolis, 1992.

industriais, quando começaram as reduções na oferta de contratos de exportação. Em 1997, a crise chegou em seu ponto mais alto e as empresas correram o risco de fechar suas portas. Foi nesse momento que se fez uma opção pela locação do parque industrial (máquinas e estrutura física) para indústrias menores, que se tornaram responsáveis por 100% da produção dos contratos de exportação captados pela Dani e Paraíso. Assim, hoje, a Dani e Paraíso não produzem diretamente nenhum par de calçados, mantendo apenas 5 funcionários do setor administrativo. Os contratos que estas empresas conseguem captar são terceirizados para 5 indústrias: Rimôn e Clemar (que locam máquinas e galpão da Dani e Paraíso), MTG e Rishiana (todas em Sombrio) e Cincal (em Araranguá). O processo de produção dos calçados foi fragmentado entre as cinco empresas, ficando cada uma delas responsável por parte do processo produtivo. A aquisição de matérias-primas e sua distribuição são atribuições da Dani e Paraíso Calçados. Assim, uma simples sandália infantil, percorre, ao longo do processo de produção, cinco empresas diferentes (entre duas cidades) gerando novos fluxos da produção no espaço. Os custos de transporte decorrentes de toda esta movimentação são de responsabilidade das empresas contratadas, o que diminui as margens de lucro, já bastante reduzidas. A vantagem em se manter esta desintegração vertical da produção reside na possibilidade de redução da carga tributária, pois as cinco unidades industriais são classificadas como empresas de pequeno porte, pagando os tributos federais através de alíquota única denominada "Simples".

Esse exemplo demonstra que, apesar da indústria calçadista de Sombrio ter alimentado seu crescimento a partir de uma posição dependente e periférica, em relação ao pólo de Novo Hamburgo, as iniciativas locais têm buscado formas alternativas de sobrevivência e, em alguns casos de expansão, contrariando as expectativas de redução vertiginosa ou desaparecimento do ramo no município. Pelo contrário, os dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, indicam uma ampliação do número de empresas calçadistas, registrando-se 36 empresas em 1996, 40 em 1997 e 51 em 1998. No que se refere ao valor adicionado declarado, houve uma expansão de 12% passando de R\$2.614.774,00, em 1996, para R\$3.969.863,00 em 1998.

Tais afirmações nos levam a uma reflexão sobre o papel de um pequeno centro industrial como Sombrio. Se seu crescimento foi decorrente de uma reorganização da divisão espacial do trabalho, comandado pelos interesses do capital externo à cidade (seja ele internacional ou nacional), o capital local teve condições de crescer, aproveitar tais determinações externas para se consolidar e, sobretudo, sobreviver a partir do momento em que a conjuntura já não se demonstra favorável à sua manutenção.

Neste contexto a pergunta que se coloca é: quais são as estratégias que serão lançadas pelos empresários do setor calçadista local para sobreviver ou se expandir nessa conjuntura de adversidades, imposta a partir do início dos anos 90 e aprofundada a partir de 1995?⁷² Nosso trabalho de campo encontrou a seguintes respostas:

1. Para se manter junto ao mercado de exportação, a introdução da desintegração produtiva já destacada anteriormente.

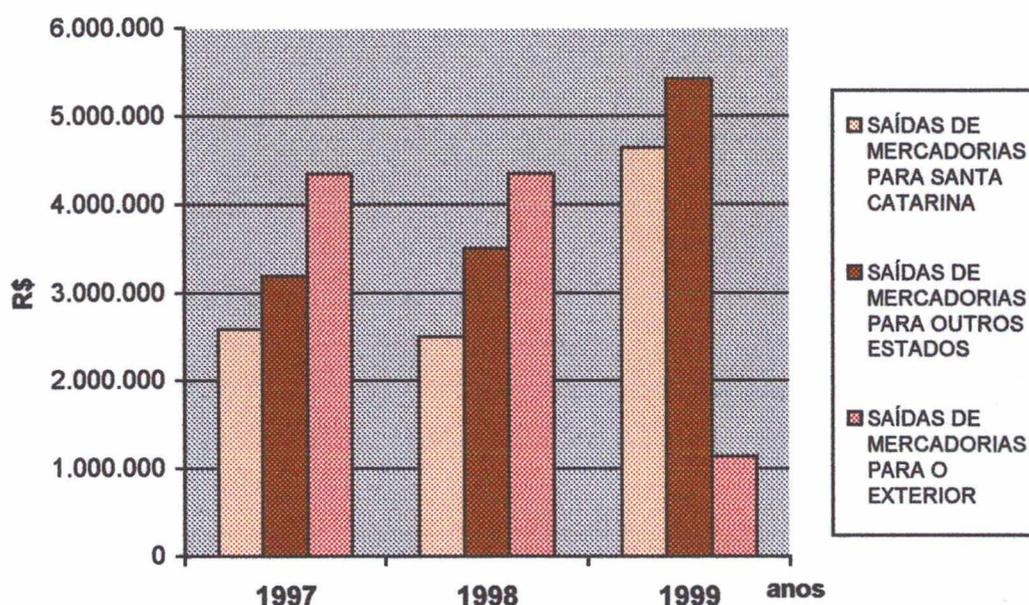
Buscando permanecer com alguma competitividade no mercado internacional (dadas às características das empresas exportadoras de Sombrio, ou seja, pequeno capital e maquinários tecnologicamente simples) a estratégia tem sido a redução dos custos, a partir da compressão média dos salários (fator trabalho) ou com a diminuição da carga tributária. Mesmo adotando tais estratégias, houve uma diminuição expressiva do volume de exportações da indústria de calçados sombriense (ver Gráfico 01). Segundo os dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, somente permaneceram como empresas exportadoras de calçados no ano de 1999, a Dani Calçados e a Paraíso Calçados (com 100% da "produção"⁷³ para o mercado externo), e a Calçados Italianinho (com menos de 2% das vendas). Se em 1997 e 1998 o setor de

⁷² A abertura às importações inaugurada em 1995, durante o governo Collor, foi um adicional à crise do ramo calçadista, pela invasão de similares estrangeiros no mercado nacional. Esta medida causou impacto, sobretudo nas empresas produtoras de calçados sintéticos de uso popular (bastante numerosas em Sombrio) que começaram a sofrer a concorrência dos calçados chineses, sobretudo os tênis de lona e borracha e as sandálias de plástico.

⁷³ Lembrando que tais empresas não produzem mais seus calçados, trabalhando com terceirização total da produção o que envolve, no mercado de exportação, no mínimo, cinco empresas produtoras de calçados.

exportações era o responsável pelo maior volume declarado de saída de mercadorias, em 1999 ele passa representar apenas 11,2%. Logo, podemos afirmar que atualmente, Sombrio não se caracteriza mais como um centro exportador de calçados.⁷⁴

Gráfico 01 - SAÍDA DE MERCADORIAS DA INDÚSTRIA CALÇADISTA EM SOMBRIO - 1997/1999 (em R\$)



Fonte: Organizado com base nos dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. **Declarações econômico-fiscais das indústrias de Sombrio.** Florianópolis, [s.n.], 1997,1998,1999.

2. Na ampliação do mercado interno, tanto no que se refere ao aumento de saídas de mercadorias para Santa Catarina como para outros Estados, é importante destacar a **ampliação do número de pequenas empresas destinadas à facção de calçados**, tanto para empresas da região do Vale

⁷⁴ Sobre este aspecto, é importante ressaltar que se a crise das exportações de calçados trouxe prejuízos para todo o setor no Brasil, em Sombrio os reflexos desta crise puderam ser mais intensamente sentidos, pois a concorrência com a indústria asiática tem sido mais feroz no segmento de calçados populares, especialidade da indústria calçadista local. Já no segmento calçados sofisticados com acabamento mais elaborado (tipo mocassim, com costuras aparentes, feitas manualmente) a indústria brasileira consegue se destacar, devido à qualificação de sua mão-de-obra. Lembramos, mais uma vez, que as exportações de calçados deste segmento partem de empresas da região de Novo Hamburgo e Franca.

do Rio dos Sinos, como para o centro calçadista de São João Batista. São comuns ainda as facções para empresas maiores do próprio município.

3. Detectamos também em nossa pesquisa de campo, que **indústrias que iniciaram suas atividades no mercado de exportação ou facção para grandes empresas, têm buscado desenvolver marcas próprias**, visando à penetração e/ou consolidação no mercado interno, reorientando o segmento de atuação. É o caso da D'Mellos (vendas para RS, SC, SP, PR, MG, PB e MS) e Indústria de calçados Greicy (SC, PR, RS).

4. Por outro lado, as indústrias que sempre estiveram orientadas para o mercado interno, têm buscado **eleva**r seu poder de competitividade. Nesse sentido, os esforços têm buscado baixar custos e elevar o padrão de qualidade (sobretudo no que se refere aos setores de pesquisa e criação de modelos) visando disputar mercado com empresas conceituadas, situadas nos pólos mais dinâmicos. Como exemplo, a Vudalfor Calçados (calçados masculinos de couro, sem similar em Santa Catarina), que disputa mercados com marcas tradicionais (Pé-de-ferro, Ferracini e outras), com vendas para toda região Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Sergipe e Alagoas e Calçados Italianinho, que atua no segmento de sandálias de couro masculinas, cuja expansão a tem colocado como competidora da tradicional marca Itapuã Calçados. Tal esforço contribui para ampliar a atuação da indústria de calçados de Sombrio no mercado interno.

As estratégias de "sobrevivência" do setor calçadista acima destacadas têm seus reflexos mais intensos no que se refere às mudanças nas relações de trabalho impostas com a crise do setor e com a busca da redução dos custos de produção.

3.1.1 As Relações de Trabalho e a Crise do Ramo Calçadista

Podemos afirmar que os reflexos da crise do ramo calçadista e as estratégias para sua sobrevivência em Sombrio puderam ser sentidos mais profundamente no que se refere à força de trabalho. Três fatores básicos geraram transformações nas relações capital X trabalho, propiciando uma precarização das condições dos trabalhadores: a criação da Cooperativa dos Trabalhadores do Calçado (COOPERCAL), o aumento do volume de subcontratação de mão-de-obra e o enfraquecimento do movimento sindical.

A COOPERCAL foi criada em 1996, após o fechamento definitivo da Terre Calçados, a partir da iniciativa de um grupo de 12 ex-funcionários qualificados da empresa (chefes dos diversos setores de produção), com o intuito de captar contratos de facção com empresas calçadistas. Funcionando através da locação do espaço físico e de máquinas da antiga Terre, constitui-se hoje na maior absorvedora de mão-de-obra do ramo, contando com um total de 157 cooperados⁷⁵.

Respalhada ideologicamente no princípio de igualdade que reveste o ideário do cooperativismo, a cooperativa de trabalho local encobre um processo de intensa exploração da massa trabalhadora. A mudança de condição social mascara, na realidade, o aumento da espoliação dos trabalhadores, pois na condição de "cooperado", o profissional do ramo calçadista perdeu vários dos benefícios que possuía como trabalhador assalariado (pagamento de horas extras, 13^o salário, férias, etc.) tendo uma remuneração mensal média de R\$180,00 (serviços gerais) para jornadas, em média, superiores a oito horas diárias, incluindo trabalho aos sábados. Com o enorme desemprego no setor, não faltam candidatos para adquirir sua "cota-parte" e trabalhar na Cooperativa. O reflexo desse processo é que houve uma queda na média dos salários pagos

⁷⁵ A Coopercal vende para outras empresas a capacidade de trabalho de seus associados, visto que nos contratos de facção que mantém, recebe toda a matéria-prima, responsabilizando-se somente pela confecção do calçado. Atualmente ela facciona para as empresas gaúchas Dal Ponte (na produção de tênis e chuteiras de couro) e Catan responsável pela produção dos tênis da marca Diadora. A produção mensal média da Coopercal é de 2.500 pares/dia. Os valores cobrados das empresas contratantes para confecção de um calçado variam de R\$1,60 (somente montagem do cabedal) a R\$ 5,80 (tênis completo entregue embalado e com diversas costuras entrelaçadas). Tais calçados, normalmente chegam ao mercado consumidor com valores superiores a R\$50,00.

pelas indústrias calçadistas, de 2 para 1,5 salários mínimos, para a função de serviços gerais.

Os conflitos decorrentes da existência de um ideário de igualdade e a prática de remunerações médias, inferiores ao do mercado de trabalho tradicional não tardaram a aparecer na Cooperativa. O problema principal apontado pelos cooperados ligados diretamente à produção é em relação ao aspecto democrático da tomada de decisões coletivas nas assembleias. Para os entrevistados⁷⁶ há uma pressão para que as decisões sobre os investimentos, política de contratos, divisão de sobras, etc. estejam em consonância com os interesses do corpo diretivo da Cooperativa. Em acréscimo, apontam também que praticamente não há alteração na estrutura de poder, pois o mesmo tem se mantido sempre nas mãos dos membros da diretoria e do conselho fiscal que permanecem, através da rotatividade, nos mesmos nos cargos. As entrevistas nos apontaram que, na prática, reproduz-se a mesma estrutura de poder e relações de subordinação que caracterizam uma empresa tradicional⁷⁷.

Outra forma tradicionalmente utilizada para redução dos custos de produção e aumento da competitividade, na perspectiva já apontada de flexibilização das relações de produção e sem o investimento em renovação tecnológica, é o **uso da subcontratação da mão-de-obra a domicílio**⁷⁸. Esta é uma relação de trabalho utilizada largamente tanto pela indústria calçadista -como nos apontam PINHEIRO (1993), LEME (1994) e CASAGRANDE (1999), como pelo segmento vestuarista (conforme GOULARTI FILHO, 1993) - e que tem sido intensivamente ampliada nas últimas décadas, como estratégia de flexibilização organizacional e produtiva. Em Sombrio, todas as empresas entrevistadas⁷⁹

⁷⁶ Que, a pedido, não serão identificados neste trabalho.

⁷⁷ Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), a Coopercal é a única cooperativa de trabalho no ramo calçadista no Estado. Contudo a experiência na montagem de cooperativas para atender o sistema de facções é comum na região do vale do Rio dos Sinos.

⁷⁸ A mão-de-obra contratada a domicílio executa, normalmente, as atividades que exigem maior destreza manual e menor volume de maquinários. Os trabalhadores apontaram como suas atividades principais a costura manual, a elaboração e colocação de acabamentos (trancinhas, tressê) e a preparação da sola para receber o cabedal.

⁷⁹ Das 10 empresas do ramo calçadista entrevistadas duas dedicam-se exclusivamente ao mercado de exportação, quatro são faccionistas para o mesmo mercado, uma empresa dedica-se ao mercado de exportação e mercado interno com marca própria, uma somente facciona para

(excetuando-se as dedicadas ao mercado de exportação), indicaram utilizarem-se esporadicamente deste tipo de relação de trabalho.

O que se busca nesta flexibilização é, obviamente, é o menor custo do fator trabalho. O valor da remuneração é, também em Sombrio, imposto pelo contratante e se dá a partir do número de peças produzidas. Assim, ao utilizar-se do trabalho a domicílio, a empresa, ao mesmo tempo em que se desobriga das responsabilidades inerentes ao emprego de trabalho fixo e regular na fábrica, também deixa de se responsabilizar por certos custos que são repassados ao trabalhador subcontratado (compra e manutenção das máquinas, energia elétrica, aluguel de casas, etc.). Além disso, o isolamento do trabalho doméstico e a sua dispersão espacial dificultam a organização sindical dos contratados, ao mesmo tempo em que a existência de uma mão-de-obra alternativa confere ao empresário maior poder de barganha nas disputas com os empregados regulares.

Outro aspecto importante que deve ser lembrado é que este tipo de produção domiciliar permite a exploração da mão-de-obra infantil. Se, com a fiscalização do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o trabalho infantil no interior das unidades fabris é quase inexistente, esta mão-de-obra é facilmente recrutada no interior da residência, onde auxiliam os pais, na elevação da produtividade. Este trabalho é encarado pelos pais como fundamental para o sustento da família e muitos consideram como negativo o fato de seus filhos não poderem ingressar diretamente nas fábricas. O trabalho precoce, além de fundamental para o reforço da renda familiar, é encarado como positivo, pois é uma forma de "dar ocupação" para o menor, ao "invés de ficar na rua fazendo bobagem", como nos declarou uma trabalhadora domiciliar entrevistada. Neste contexto, inserir os filhos no trabalho domiciliar é para a indústria calçadista, além de uma necessidade econômica, é percebida como positiva, no sentido em que já se prepara a criança no conhecimento das tarefas ligadas à profissão.

As duas estratégias para redução dos custos médios do fator trabalho, que emergiram em Sombrio após a dura crise do ramo calçadista no início dos anos de 1990, tem implicações com o terceiro e último aspecto que gostaríamos de destacar: o enfraquecimento do movimento sindical local.

empresas do Rio Grande do Sul e duas dedicam-se exclusivamente para o mercado interno, produzindo suas próprias marcas. No conjunto, as dez empresas selecionadas representam mais de 85% do faturamento do ramo em Sombrio.

O movimento sindical dos trabalhadores do ramo calçadista no Sul de Santa Catarina surgiu em 1979, em pleno auge da produção de calçados para a exportação, com base em Criciúma, município tradicional pela poder combativo e de organização dos trabalhadores, desde os movimentos pioneiros ligados ao ramo da mineração. Desde sua fundação, o sindicato englobava as categorias de trabalhadores do ramo vestuarista e calçadista. Como a cidade de Sombrio sempre foi o principal pólo de indústrias de calçados, a partir de 1984, a cidade passou a contar com uma subsede, ainda atrelada ao sindicato de Criciúma. A partir de 1985, influenciados pela posição progressista do sindicato dos mineiros, assume em Criciúma uma diretoria mais combativa, o que torna os empresários locais preocupados com os rumos do movimento sindical. Assim em 1986, inicia-se um movimento para o desligamento do sindicato central com a formação de um novo sindicato local, independente. Contudo, venceu a chapa ligada ao sindicato cricumense que, posteriormente, reviu suas posições⁸⁰ e viu que "este modelo de sindicato de Criciúma, que jogam os trabalhadores contra os patrões e só pensam em fazer greve, estava errado". Inicia-se, a partir de então um sindicalismo definido pelos entrevistados como de "modelo europeu, social-democrata, que carrega a bandeira do getulismo, do trabalhismo brasileiro".

A partir deste momento, a postura dos dois sindicatos torna-se bastante diferenciada. Enquanto o sindicato de Criciúma colocava-se cada vez mais em uma posição de sindicato combativo e voltado às preocupações da classe vestuarista (já que a produção calçadista em Criciúma diminuiu drasticamente com a redução das exportações), o sindicato local foi adotando posturas cada vez mais conciliatórias, o que, associado com a falência de várias empresas e o aumento do desemprego, impôs uma tradição de "negociação não conflituosa" entre patrões e empregados.

Neste contexto, para a negociação salarial da data base em março de 2001, o sindicato defenderá a criação de pisos salariais diferenciados para os trabalhadores da indústria de exportação e para os voltados ao mercado interno porque, segundo o presidente e o tesoureiro do sindicato, "a indústria de

⁸⁰ Estas informações foram fornecidas pelo presidente Neoli Zanellato e tesoureiro Moacir Martins do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Sombrio, em 10/01/2001. É importante destacar que ambos fizeram parte da primeira diretoria do sindicato sombriense e foram os protagonistas da mudança de sua orientação ideológica.

exportação não conseguirá sobreviver". Por isso o sindicato tem "conscientizado" o trabalhador da exportação que, para segurar o emprego, terão que receber reajustes menores, com um piso mais reduzido. Outro aspecto que demonstra a linha de atuação do sindicato é que, após o desligamento do sindicato de Criciúma, nunca mais houve greve nas indústrias calçadistas locais.

Assim, o resultado da crise do ramo calçadista e as estratégias engendradas para a sua sobrevivência, impuseram perdas consideráveis para a classe trabalhadora. Logo, o piso que esteve nos anos de 1980 em 2,5 salários mínimos caiu para 1,6 salário, para funções qualificadas como montagem e costura, ou seja, uma queda de 40%. Ainda, em função de sua posição periférica frente a outros centros calçadistas de maior grau de autonomia produtiva, o piso salarial encontra-se entre os mais baixos, não obstante a categoria, em todo o Brasil, tenha amargado perdas consideráveis ao longo dos anos de crise.

Tabela 08 - PISO SALARIAL¹ DE ALGUMAS FUNÇÕES DA INDÚSTRIA CALÇADISTA - 2001. (REMUNERAÇÃO MENSAL, EM REAIS)

	SERVIÇOS GERAIS	COSTUREIRA/CHAMFRADEIRA/ MONTADOR
SOMBRIO/SC	165,00	248,00
CRICIÚMA/SC	169,00	254,00
NOVO HAMBURGO/RS	167,20	308,00
FRANCA	217,00	350,00 ²

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçado de Sombrio, Criciúma, Novo Hamburgo e Franca.

Notas: ¹ O cálculo para o piso salarial considera uma jornada de trabalho mensal de 220 horas.

² Não há piso estabelecido por função produtiva. O valor refere-se ao mínimo praticado na região.

Para concluir, destacamos que esta pesquisa nos revelou importantes aspectos sobre a emergência e consolidação de um centro calçadista em Sombrio. Para ser incorporada à divisão do trabalho, Sombrio precisou conter condições básicas, endógenas, relacionadas às condições de acumulação

propiciadas pela pequena produção mercantil, associada a uma tradição no trabalho com o couro. Sua localização geográfica também foi um fator importante, visto a facilidade de acesso através da BR-101. Contudo, a consolidação de um centro industrial calçadista só ocorreu a partir do momento em que as possibilidades de crescimento do ramo no contexto internacional geraram a necessidade e o interesse em inserir de forma subordinada as novas áreas na divisão do trabalho, seja dos países periféricos participando do mercado global, seja internamente, subordinando novas regiões aos centros nacionais já consolidados. Neste contexto Sombrio vinculou-se a Novo Hamburgo e passou a ter com este centro uma relação de dependência no que se refere à captação de contratos, a aquisição de matérias-primas, de mão-de-obra qualificada.

Contudo, rotular a indústria de calçado de Sombrio como um mero apêndice da gaúcha não encerra a questão. A profunda crise que o setor mergulhou ao longo dos anos de 1990 causou estragos, mas não foram suficientes para exterminar as iniciativas locais. Na verdade, elas sobreviveram, transformaram-se, buscaram inserir-se no mercado interno com maior grau de autonomia e, lentamente tem apresentado sinais de expansão. Ao mesmo tempo, como veremos a seguir, propiciaram condições para o fortalecimento de novos ramos industriais, como o de alimentos e vestuário. Neste rearranjo, contudo, foi a força de trabalho que entrou com a maior cota de sacrifício, pois para os trabalhadores, as condições objetivas de trabalho foram consideravelmente deterioradas.

3.2 A INDÚSTRIA VESTUARISTA EM SOMBRIO: EMERGÊNCIA DE UM SETOR DINÂMICO

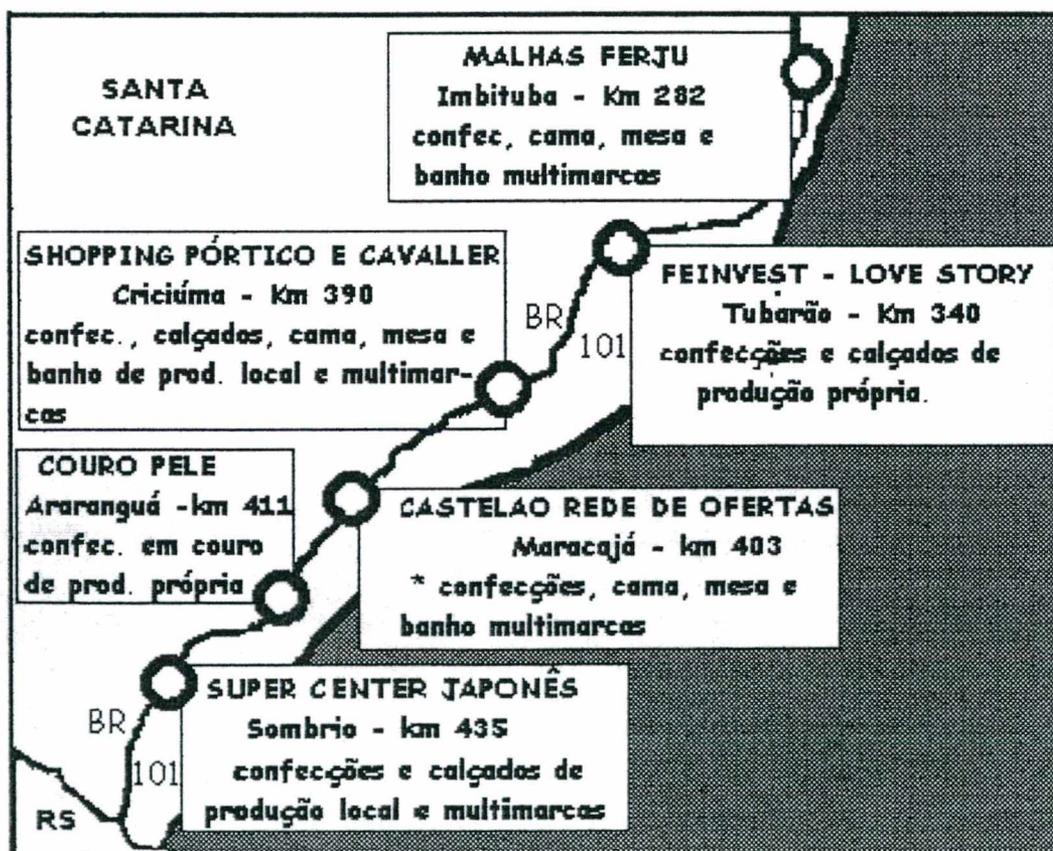
A crise que se instalou no ramo calçadista, a partir de 1990, gerou uma reorientação dos capitais locais para um ramo em expansão no sul catarinense: a indústria vestuarista.

Conforme já apontado, a origem do ramo vestuarista no sul catarinense resultou da transição do comércio atacadista e varejista para a produção de peças do vestuário, em meados da década de 1960, atingindo sua maior expressão em Criciúma. Contudo, o crescimento deste ramo industrial através do "surto" vestuarista se deu no final dos anos de 1970, atingindo também outros municípios da região, com destaque para Araranguá, Içara, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Maracajá. Assim, se em 1965, Criciúma contava com três indústrias do ramo e Araranguá com duas (IBGE, 1965), em 1984 elas eram respectivamente 08 e 21 empresas (FIESC, 1984) e a região carbonífera como um todo já contava com mais de 100 estabelecimentos de confecção, segundo o Sindicato das Indústrias do Vestuário. Em 1994, o segmento na região carbonífera já englobava um total de 450 estabelecimentos com uma produção de 42 milhões de peças e empregando 7.500 operários (GOULARTI FILHO, 1995). Logo, "querer enquadrar o setor do vestuário como uma nova divisão territorial do trabalho a nível setorial, comparando-o com o carbonífero e o cerâmico, não é uma ousadia" (idem: 72)

Em Sombrio, a evolução do ramo deu-se mais tarde. Em 1993, em plena crise calçadista, iniciou-se o empreendimento "Super Center Japonês" que reuniu um conjunto de comerciantes varejistas e capitais independentes, do tipo "poupança familiar", para abertura de um centro de compras, destinado à venda de produtos adquiridos nas praças de Brusque, Blumenau, Jaraguá do Sul e São Paulo. Nesse momento, as iniciativas são exclusivamente de revenda de etiquetas no atacado, as quais, os próprios lojistas adquiriam como "sacoleiros", nos postos de venda das praças citadas. Na verdade, com a decadência do comércio local - reflexo da crise do ramo calçadista - há um deslocamento espacial do comércio varejista de roupas do centro da cidade para a BR-101, buscando se beneficiar do fluxo de "sacoleiras" e comerciantes varejistas.

É importante destacar que nesse período os demais municípios vestuaristas do sul catarinense já se encontram estruturados e, em decorrência, já possuíam seus respectivos postos de vendas organizados em "centros de compras". Assim, no trevo de acesso a Criciúma já funcionava o Pórtico Comercial (inaugurado em 1989, com 12 lojas, na época), o Portal da Moda em Içara (1992), o Center Fábricas em Araranguá (1991). Em Tubarão, no mesmo ano de abertura do Super Center Japonês, são inaugurados o Love Story e a Exposul, ambos às margens da BR-101. Tais iniciativas atraíam um número muito expressivo de comerciantes varejistas, sobretudo vindos do Rio Grande do Sul. Assim, ao longo da rodovia BR-101, estruturou-se uma rede de revendas direto da indústria vestuarista regional, os *outlets*. (Figura 2)

Figura 02 - COMÉRCIO DE CONFECÇÕES, CALÇADOS E TÊXTEIS NA RODOVIA BR-101 - SUL DE SANTA CATARINA - 2000



A estratégia de revenda não se consolida, pois as iniciativas locais não conseguem competir com os preços praticados nos postos de venda das indústrias vestuaristas da região. A solução para a manutenção do empreendimento é transformar comerciantes em produtores, o que gerou a formação das primeiras indústrias de vestuário no município.

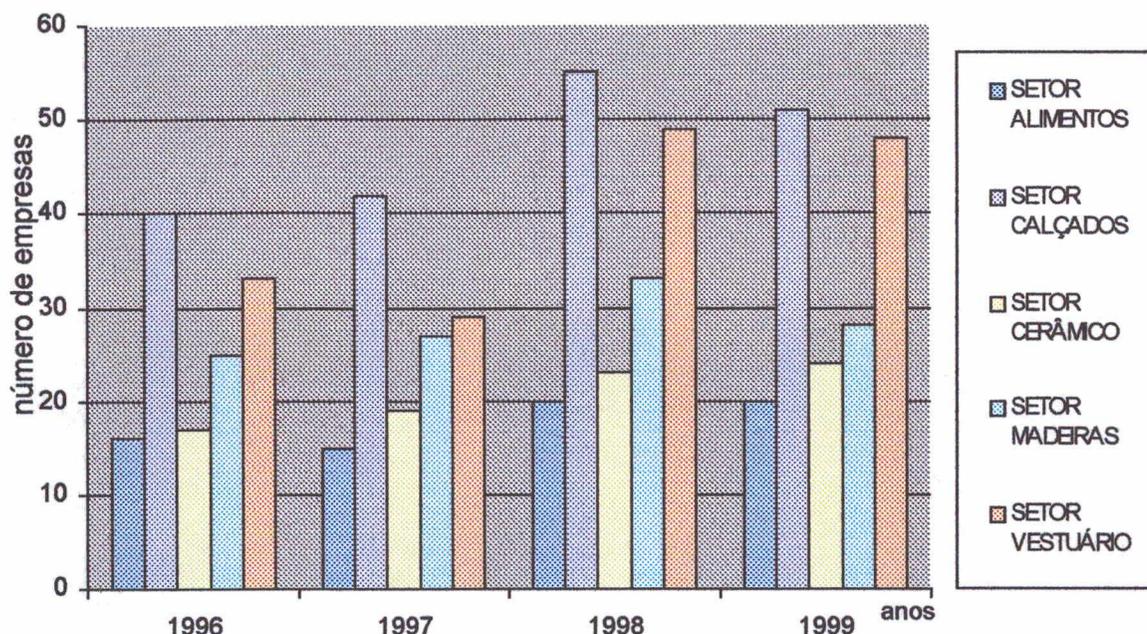
Observamos então, que a gênese da indústria do vestuário em Sombrio ocorreu exatamente em um momento de crise, tanto na economia brasileira como no setor mais dinâmico da indústria local: o calçadista. A recuperação econômica ocorreu então, através de "novas combinações de meios de produção" (SCHUMPETER, 1982), fazendo emergir um novo setor dinâmico. Regionalmente, as "novas e pequenas empresas partilharão o mercado, se possível, com as consolidadas" (idem: 149). Logo a presença de uma economia vestuarista em expansão na região criou expectativas vantajosas, atraindo novos investimentos também em Sombrio.

É importante destacar que a crise desencadeada na economia brasileira, entre 1990-1992, e depois, em 1995, com a abertura do mercado às importações (e que penalizou intensamente o setor têxtil catarinense), não se fez sentir na indústria do vestuário no sul de Santa Catarina. Esta permaneceu crescendo, passando de 340 empresas em 1990 para 380 em 1992 e 450 em 1994, somente na Região Carbonífera (Sindicato das Indústrias do Vestuário. In: GOULARTI FILHO, op.cit.: 98).

Em Sombrio, o centro de comércio varejista e atacadista "Super Center Japonês" transformou-se em Associação dos Fabricantes do Super Center Japonês, reunindo postos de venda de 26 pequenas empresas vestuaristas locais, dois postos de indústrias de Araranguá e duas casas comerciais de calçados, de empresários locais.

De 1994 em diante, a indústria do vestuário em Sombrio tornou-se o setor de maior crescimento, acumulando de 1996 a 1999 um aumento do 71,1% no número de estabelecimentos, expansão mais acentuada do que qualquer outro segmento industrial do município, como podemos observar a seguir:

Gráfico 02 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DOS PRINCIPAIS RAMOS INDUSTRIAIS DE SOMBRIO - 1996/1999



Fonte: Elaborado com base nos dados da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Declarações econômico-fiscais das indústrias do Município de Sombrio**. Florianópolis, [s.n.], 1996-1999.

Como podemos entender essa rápida expansão? Ou melhor, por que o reaquecimento da economia industrial do município ocorreu exatamente através do setor vestuarista? Além das expectativas vantajosas, decorrentes da consolidação do setor na região, não podemos deixar de destacar as especificidades da indústria da confecção como ramo propício à difusão, comportando iniciativas com variadas amplitudes de capital. Em primeiro lugar porque, como nos aponta Abreu citado por GOULARTI FILHO (op.cit.: 70 e seguintes), "há um reduzido impacto das inovações técnicas no setor como um todo", no qual algumas máquinas praticamente não mudaram nos últimos 30 anos (como as máquinas de costura reta, overlock e de agulha dupla), demandando um

investimento relativamente baixo na aquisição de maquinários⁸¹. Em segundo lugar, o ramo "abriga uma estrutura industrial altamente heterogênea", cuja produção necessita ser amplamente flexível para atender as demandas do mercado (oscilações da moda), o que beneficia as pequenas empresas, em geral de estrutura mais ágil, e finalmente, a "divisibilidade do processo de produção, tanto do ponto de vista global como referente à organização do trabalho", o que permite a existência de um grande número de terceirizações (incluindo aí o trabalho de subcontratação de mão-de-obra).

A fragmentação do processo de produção, em um número bastante expressivo de operações de rápido aprendizado, permite uma ampla rotatividade da mão-de-obra, auxiliando na manutenção de baixos salários e nesse último aspecto, a abundância de mão-de-obra ociosa em Sombrio, com a crise da indústria do calçado, representou um fator positivo para as iniciativas que foram surgindo. Além de ociosa, a mão-de-obra não era de toda desqualificada, pois o trabalho no segmento calçadista envolve, em muitas funções, máquinas de costura não muito diferentes das utilizadas no setor de confecção.

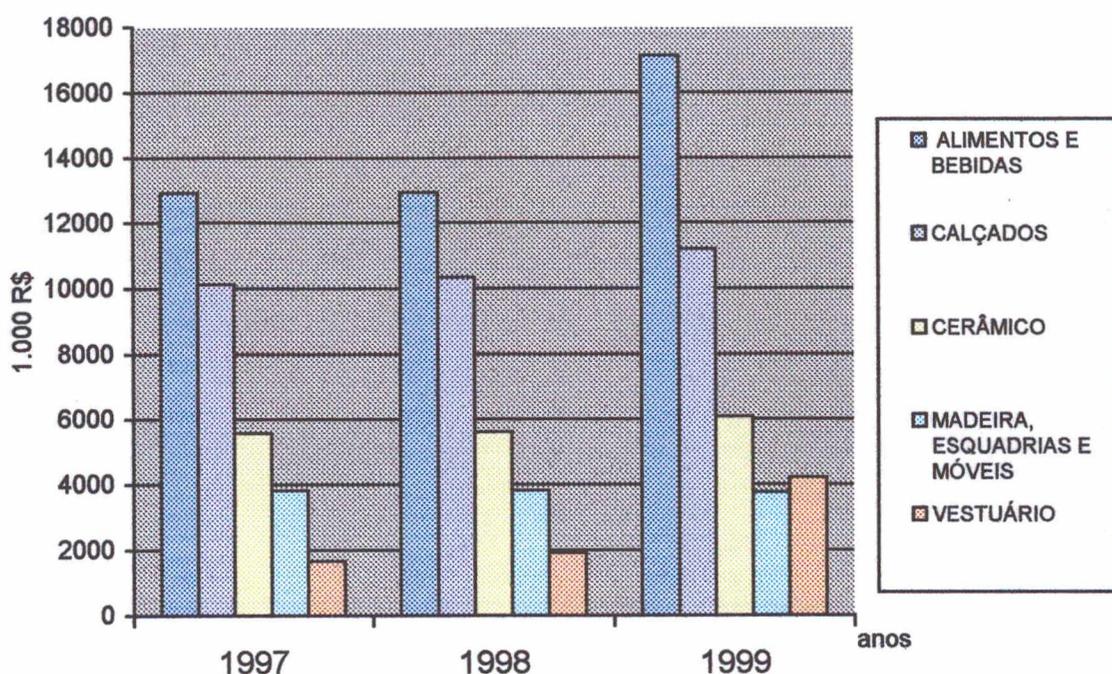
Se a elevação do número de iniciativas foi expressiva, não podemos afirmar o mesmo sobre o desempenho econômico do segmento, quando comparado aos já anteriormente consolidados em Sombrio, segundo nos mostram o volume de vendas declarado pelas indústrias vestuaristas⁸² (ver Gráfico 03). Isto nos demonstra que o perfil da indústria vestuarista em Sombrio é de micro e pequenas empresas, pois o volume de vendas ultrapassa somente o setor de madeiras e móveis. Não obstante, tal desempenho pouco expressivo, está crescendo em ritmo muito mais acelerado que os demais ramos, nos últimos três anos (1997-1999). Assim, enquanto o setor de alimentos acusou expansão no volume de vendas de 32,49% no período, o calçadista 10,7%, o cerâmico 8,9% e a madeira o percentual negativo de 1,6%, o ramo vestuarista apresentou um

⁸¹ Nesse caso, as características do maquinário associadas à presença de muitas indústrias na região, propiciaram a abertura de novas empresas através da aquisição de equipamentos já usados, mesmo quando os capitais iniciais eram muito reduzidos.

⁸² É importante destacar, contudo, que os dados do gráfico devem ser interpretados com certa reserva, pois uma parte expressiva das vendas normalmente não é contabilizada oficialmente, tanto no que se refere às vendas no varejo como até no próprio atacado, pois parcela dos consumidores atacadistas é constituída de comerciantes não estabelecidos ("sacoleiras" do comércio "porta a porta"), que abrem mão da nota fiscal.

aumento da ordem de 152%, segundo os dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

Gráfico 03 - VALOR DAS VENDAS DOS MAIS IMPORTANTES RAMOS INDUSTRIAIS DE SOMBRIO - 1997/99 (em mil R\$)



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (op.cit.: 1997/1999).

Enfocando informações obtidas na pesquisa de campo, podemos perceber que, apesar de serem expressivas as iniciativas resultantes da acumulação de uma "poupança familiar" na abertura de pequenas empresas, muitas vezes decorrente de uma experiência artesanal (como no caso da C&C Malhas) e da necessidade de complementação da renda familiar, também se fizeram presentes as iniciativas decorrentes de migração de outros setores industriais que tem apresentado menor perspectiva de expansão, como a migração do ramo madeireiro para o vestuarista (ver Quadro 4).

Em complementação (rever Quadro 2), podemos observar que a emergência da indústria vestuarista como substituta de antigos setores em crise, também se manifesta na tradicional família ligada à indústria do calçado. Enquanto a primeira geração, após o patriarca Guilherme Tiscoski, conseguiu

estruturar várias iniciativas no ramo calçadista, a terceira e quarta gerações já demonstram qual é o ramo dinâmico na região, ou seja, duas iniciativas vestuaristas figuram entre as mais recentes entre os membros da família.

Apesar de caracterizarmos a indústria do vestuário sediada em Sombrio como modesta, frente aos municípios de Criciúma, Araranguá, Maracajá e outros, e baseada em iniciativas de pequeno porte (micro e pequenas empresas, como já apontado), isto não significa dizer que não existam empresas consolidadas, com forte produção e penetração no mercado, além de estratégias de administração ousadas. Tal é o caso da C&C Malhas (68 funcionários), segunda maior empresa de confecção do município, destinada à produção de malhas de lã e linha, ocupando o segmento do mercado conhecido como "modinha", ou seja, de forte ligação com as tendências da moda, destinadas a uma clientela jovem e de médio padrão aquisitivo.

Esta empresa nasceu através de um conhecimento artesanal feminino na produção de malhas de lã em máquinas domésticas (do tipo Singer/Lanofix) cujas peças eram produzidas por encomenda e ajudavam na complementação da renda familiar. Aos poucos, o número de encomendas elevou-se e foi necessário ampliar e substituir as máquinas por modelos industriais, adquiridas usadas. Em 1985, fundou-se a empresa e começou o esforço para a ampliação do mercado consumidor, até então local para outras praças, sobretudo o litoral gaúcho e sul catarinense. Em 1990, conseguiram obter o primeiro contrato para fornecimento de malhas para o grupo gaúcho Renner. A partir deste momento, a C&C ampliou a produção, o parque industrial e o maquinário. Em 1994 investiu também no setor de vendas no atacado e no varejo, com lojas no Super Center Japonês, Center Fábricas (Araranguá) e Centro de Compras de Indaial, momento em que mantém duas coleções distintas a cada estação: uma destinada exclusivamente para a Renner e outra para abastecer as lojas de fábrica. O crescimento da empresa é muito intenso e, em 1997, começou o processo de renovação tecnológica com a compra de máquinas computadorizadas (de procedência italiana) para a produção dos tecidos de lã e linha.

Nos últimos dois anos (1998-2000) a preocupação da empresa tem sido a de penetrar em novos mercados, expandindo, sobretudo o comércio varejista mais sofisticado, para o qual criou uma griffe específica (Occhio). Assim, já conta

com uma loja no Shopping Center Della Justina (Criciúma) e filial em Gramado/RS (inauguração prevista para o final do ano), bem como negociações para abertura de lojas no interior do Paraná.

Assim, hoje, a C&C, além de investir consideravelmente na renovação tecnológica, assume estratégias agressivas de ampliação do mercado, produzindo a cada estação três coleções diferentes (Renner, lojas de atacado e lojas do varejo), para as quais, anualmente, os proprietários acompanham os desfiles de Paris e Milão na pesquisa sobre novas tendências no *design* da malha.

Trajetória semelhante é a apresentada pela maior empresa vestuarista de Sombrio: a Ritmi Confecções. Sua origem baseia-se na migração de capitais do comércio varejista de confecções e de combustíveis para uma pequena confecção, inicialmente de camisas masculinas, especializando-se posteriormente na produção de malhas de cotton. Com uma produção inicial modesta e participando da associação dos lojistas do centro de compras Japonês, o grande salto de empresa ocorreu com sua inclusão como fornecedora para a Renner em 1991. De lá para cá a empresa expandiu-se aceleradamente, saltando de uma produção de 5 mil para 70 mil peças/mês e diversificando para a produção com tecidos de lycra, jérsei, crepes, etc.

Se sua expansão, tal qual a C&C está ocorrendo ancorada às aquisições de uma empresa de porte como o Grupo Renner⁸³, suas estratégias são diferentes da primeira empresa. Enquanto a C&C tem uma política de diversificação (etiqueta própria, produção varejista e atacadista), a Ritmi concentra sua produção exclusivamente para o grupo gaúcho. Segundo sua proprietária, a política de expansão da Renner inclui a manutenção de um número não muito elevado de fornecedores, mas com capacidade de crescimento vinculada a ampliação do número de seus magazines; "estamos crescendo no rastro da Renner, e como sua expansão está sendo rápida, nossa empresa só

⁸³ O magazine gaúcho Renner é o segundo maior magazine do Brasil, contando atualmente com 51 lojas espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e Goiás. Até 1991, a Renner era uma empresa de atuação local (RS), possuindo apenas quatro magazines. Com a compra do controle acionário por um grupo americano, houve a injeção de grandes capitais para a expansão da área de atuação da empresa. A âncora do magazine é o segmento de vestuário, em especial feminino, para qual conta com o fornecimento de diversas empresas que facionam as etiquetas criadas pela própria Renner.

tem perspectivas positivas de crescimento". Assim, a Ritmi possui um contrato de vendas mínimas obrigatórias para a Renner (50 mil peças mensais), em troca da exclusividade da produção. Contudo, as vendas tem sido de 70 mil peças/mês com a possibilidade de expansão para 100 mil. Classificando-se como um dos principais fornecedores do segmento moda feminina para a Renner, a empresa alia uma produção considerável com uma rápida capacidade de resposta e adaptação às exigências de seu cliente.

A este momento pergunta-se: a vinculação/dependência frente a Renner classificaria a Ritmi e a C&C como empresas faccionistas? Consideramos que não, pois ambas mantêm o controle de todo o processo de produção, desde a aquisição de matérias-primas até o desenvolvimento dos modelos e organização geral da produção. Contudo, não podemos negar que, a expansão das duas principais empresas vestuaristas locais se deu a partir de um elevado grau de dependência frente a um capital comercial fortemente consolidado e que, não fosse esta vinculação, as empresas locais não teriam fôlego e mercado para experimentar tal expansão.

Tal afirmação é verdadeira se analisamos as demais empresas do ramo no município. As que tem experimentado um crescimento mais acelerado são aquelas que também estão buscando trilhar a trajetória das pioneiras, ou seja, apesar de ainda pequenas, estão orientando sua produção para o mesmo comprador, indicando que, num futuro próximo, poderemos ter no município uma rede de empresas vinculadas a Renner. Neste contexto, o município apresenta vantagens locacionais em relação aos fornecedores situados em Brusque, Jaraguá do Sul e municípios vizinhos, pois em Sombrio as entregas de mercadorias são feitas diretamente em Porto Alegre. Como a política tributária de Santa Catarina é de impostos menores para empresas de atuação extra-estadual, as empresas de Sombrio beneficiam-se frente aos fornecedores que realizam suas entregas na central de Florianópolis. Este diferencial foi apontado pelas duas

empresas, como importante na redução dos custos e elevação da competitividade⁸⁴.

Porém, como se comporta as demais empresas do ramo vestuarista de Sombrio? Como já nos referimos no capítulo dois, não detectamos em Sombrio a presença de um grande número de empresas faccionistas tais como as apontadas tanto por GOULARTI FILHO (1997) e como por LINS (2001), para a industrialização dos municípios do entorno de Criciúma e Araranguá. Em Sombrio, das 45 confecções existentes, 26 mantêm postos de venda próprios (57,7%), associando a produção ao comércio varejista e atacadista e 30% (13 confecções) mantêm a produção de etiquetas próprias que são colocadas no mercado através de representantes comerciais (muitas delas produzem para o segmento de uniformes de trabalho, escolares, encomendas de camisetas, etc.). As demais realizam facção para outras indústrias, mantendo inclusive vínculos com empresas locais, como por exemplo, a presença de uma empresa especializada na produção de roupas infantis que facciona sua produção para a Ritmi, que por sua vez fornece-a para a Renner através de sua grife infantil "Bazzuca".

Assim, consideramos que se por um lado uma indústria vestuarista de Sombrio não apresenta o patamar alcançado pelo ramo em Criciúma e Araranguá, o papel reservado a ela, em Sombrio, não é de mera "coadjuvante", pois o predomínio de iniciativas independentes, voltadas à produção de marcas próprias, não nos permite igualar Sombrio ao crescimento verificado por GOULARTI FILHO (op.cit.) e LINS (op.cit.) para Içara, Maracajá, Nova Veneza e Morro da Fumaça onde a facção representa de 70 a 90% das iniciativas.

A questão que se coloca é, como Sombrio pode crescer posteriormente aos centros acima citados e manter o predomínio das iniciativas locais? Ao nosso ver a própria crise do setor calçadista colocou à disposição um conjunto de capitais que, antigamente vinculados (direta ou indiretamente) à indústria do

⁸⁴ Este aspecto merece especial destaque porque o sul catarinense apresenta ainda, em relação ao pólo vestuarista do vale do Itajaí, uma estrutura mais modesta, pois, como nos destaca LINS (2000:228) "as áreas de Blumenau e Brusque constituem o espaço de atividades têxtil-vestuaristas melhor dotado de atributos locais, como a presença de mão-de-obra qualificada, certo nível de inter-relações envolvendo empresas e instituições [...] e de concentração de atividades desde os primórdios da ocupação dos imigrantes." Logo, a capacidade competitiva das pequenas empresas do sul catarinense tem se expressado em médias salariais um pouco mais reduzidas e, no caso específico em destaque, na obtenção de vantagens tributárias.

calçado, enxergaram possibilidades de reprodução no segmento em expansão regional. Tal condição não se fazia presente nos municípios acima citados, pois os mesmos não apresentavam uma economia predominantemente industrial antes da investida vestuarista ou, como no caso de Içara, não enfrentou uma crise de proporções tão profundas em seu ramo mais dinâmico: a indústria cerâmica.

Outro fator que merece destaque é que, apesar de Sombrio pertencer a base territorial do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Criciúma, nenhum trabalhador da categoria encontra-se sindicalizado⁸⁵.

Assim, apesar de formalmente obedecer ao piso salarial fixado para a categoria na região (R\$ 305,00 para a função de costureira), no município predomina o que o sindicalista classificou como "relação da idade da pedra", pois não é respeitada a duração da jornada de trabalho, o pagamento de horas extras, cumprimento dos horários de almoço e lanche, bem como, é comum a pressão para que o operário trabalhe em dois turnos corridos. A nula atuação do sindicato no município foi justificada pelo atual presidente do Sindicato como "resultante de uma ineficácia das gestões anteriores" em realizar um trabalho de base em Sombrio. Contudo, consideramos que a raiz da questão relaciona-se a perda base territorial do segmento calçadista, o que teria transformado Sombrio em uma área periférica em relação ao trabalho sindical. De qualquer forma, a inexistência de uma atuação sindical efetiva faz com que o grau de exploração da categoria seja mais intenso, somado à existência de uma abundante mão-de-obra ociosa, decorrente das demissões na indústria de calçados.

Assim, partindo das considerações expressas até aqui, fica claro que a expansão da indústria do vestuário em Sombrio ocorreu a partir de duas condições essenciais: em primeiro lugar o desenvolvimento do setor na região, o que propiciou a existência de condições vantajosas para o investimento no ramo. Em segundo, a própria crise do ramo calçadista seja porque fez declinar o comércio local, em decorrência da redução da capacidade de consumo de grande parcela da população, seja porque, ao criar uma expressiva massa de desempregados, ampliou a oferta de mão-de-obra e, em conseqüência, reduziu

⁸⁵ Conforme informações prestadas pelo presidente do Sindicato, em fevereiro de 2001.

as médias salariais, fator que pôde ser aproveitado pelas novas confecções que aqui se instalaram.

3.3 A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM SOMBRIO

Conforme já destacado, o ramo de alimentos e bebidas em Sombrio apresenta o menor número de estabelecimentos entre os ramos industriais, mas, paradoxalmente, registra o maior volume de vendas (Gráficos 2 e 3). O que explica este comportamento?

A indústria de alimentos e bebidas em Sombrio é uma das mais antigas, considerando que na década de 1940 foi instalado o primeiro engenho de arroz industrial no município. Nas décadas seguintes, o setor de alimentos e bebidas se comportou como um segmento modesto, com pequeno emprego de mão-de-obra e destinado, sobretudo, à transformação de produtos agrícolas produzidos no município e na região. Assim, o Cadastro Industrial do IBGE de 1965, aponta a presença de duas empresas beneficiadoras de arroz, uma de torrefação e moagem de café, doze de farinha de mandioca, uma de polvilho, uma de açúcar e duas de bebidas, contendo cada uma delas, uma média de cinco a dez funcionários (ver Mapa 02). Em 1983 continua ainda, basicamente com as mesmas características, um total de 15 empresas entre as beneficiadoras de arroz e produtoras de farinha e polvilho, com uma produção anual total de 5.250 toneladas e empregando 61 trabalhadores⁸⁶

Entre os anos de 1980 e 1990 o setor, lentamente, começou um processo de transformação. A maior parte das empresas de produção de farinha desapareceu (ou permaneceram no Município de Santa Rosa do Sul, após o desmembramento, em 1988), dando lugar à consolidação de empresas maiores

⁸⁶ Segundo os dados apresentados por AMESC (1984:74).

no beneficiamento do arroz (Arrozeira Pavão, Cerealista Arara, Cerealista Lupe, Arroz Sala, entre outras), concorrendo em um mercado de abrangência regional⁸⁷. Estruturaram-se também as iniciativas de engarrafamento de água mineral (Mineração Rio da Laje e Mineração Zanatta), abatedouro de aves (Granja Turatti) e pequenas empresas de produção de bolachas, doces, confeitos e sorvete artesanal.

Contudo, é em 1991 que o setor sofreu sua maior transformação, a partir da fundação da Terre Alimentos S. A. Como já colocado, a Terre se constituiu como a mais importante indústria calçadista de Sombrio entre 1979 e 1994, possuindo um parque industrial de mais de 20.000 m². Com a crise dos calçados de exportação e a redução dos contratos de fabricação de calçados, a família Tiscoski Rosa (rever Quadro 3) resolveu transferir seus capitais para um outro segmento industrial. Após pesquisa realizada em Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul sobre o comportamento do mercado, aliada à visita em empresas produtoras de sorvetes, máquinas e equipamentos na Itália, resolveu investir no ramo⁸⁸, aproveitando parte da estrutura física da Terre Calçados. Neste momento, contudo, a produção e o maquinário são de pequeno porte.

Em 1994, com o fechamento da Terre Calçados⁸⁹, o capital se desloca para o ramo de alimentos, com a aquisição de máquinas para a produção de sorvetes em maior escala. A partir desse momento, se inicia o investimento para a divulgação da marca Geloko Sorvetes que pretendia, inicialmente, participar do

⁸⁷ É importante destacar que o sucesso do cultivo de arroz irrigado no sul catarinense (transformando-a em uma das maiores áreas produtoras no Brasil) generalizou a produção e o consumo do arroz parboilizado, reduzindo a procura pelo "arroz polido" este, adquirido no Rio Grande do Sul e beneficiado e empacotado pelas arrozeiras locais. Esta mudança no perfil de consumo tem reduzido a atuação no mercado por parte destas empresas. Adicionalmente, o fortalecimento das grandes cooperativas, que atuam em uma escala nacional (mercados de SP, RJ, MG) acabaram por ocupar parte do mercado das arrozeiras particulares de maior porte de Santa Catarina e até do Rio Grande do Sul. Estas como resposta, voltaram-se para o mercado regional, acirrando a concorrência com as empresas locais.

⁸⁸ Segundo informações concedidas pelo gerente de marketing da Geloko, o interesse pelo ramo teria nascido em função de dois fatores. A mãe dos proprietários mantinha uma pequena produção de sorvetes, de caráter artesanal para um consumo mais familiar do que comercial propriamente dito. Por outro lado, em 1993, a família recebeu como parte do pagamento de uma dívida, os equipamentos de uma pequena fábrica de sorvetes localizada em Araranguá.

⁸⁹ O fechamento da Terre Calçados, através de um processo de falência, deixou várias dívidas, tanto concernentes a empréstimos bancários (BADESC, Banco do Brasil), como trabalhistas. Parte do patrimônio vem sendo utilizada pela fábrica de sorvetes e os maquinários e um galpão localizado no Parque das Avenidas está sendo locado para a Coopercal.

mercado catarinense e gaúcho. Assim, a Geloko foi se consolidando como empresa de porte médio, que preencheu o vácuo existente no segmento no Brasil. De um lado, duas grandes empresas, hoje sustentadas pelo capital multinacional: Kibon (Anderson Clayton) e Yopa (Nestlé) que dominam 90% do mercado nacional e, de outro, um sem número de pequenas empresas, de caráter normalmente artesanal com pequena participação, seja em volume de vendas como em abrangência de mercados consumidores.

A Geloko ocupa este hiato. Hoje é a terceira maior produtora de sorvetes do Brasil, atuando nos mercados da Região Sul (SC, RS e PR) e se expandindo para o Rio de Janeiro e Bahia (fugindo da sazonalidade de consumo do sorvete nas zonas mais frias do País). Para atingir tal patamar, a atuação da Geloko tem sido bastante agressiva, com investimentos tanto na área de distribuição (ponto nevrálgico do setor de sorvetes), como na área de propaganda e marketing (para a qual o Grupo mantém uma empresa independente, a Geloko Marketing e Produções).

Para garantir menores custos de produção e mais agilidade no atendimento da demanda, a Geloko se encontra ligada (on-line) com todos os seus distribuidores, mantendo, controle constante do volume de vendas e do perfil do consumo. Tal controle permite perceber imediatamente a resposta dos diferentes mercados aos diversos segmentos de produtos da empresa, reduzindo os estoques e permitindo uma rápida adaptação da linha de produção às exigências do mercado.

Outra estratégia utilizada pela empresa é a diversificação da produção. De linhas destinadas ao consumo de impulso (picolés, copinhos, sundaes, etc.), os investimentos centraram-se nas linhas de consumo mais permanente (do tipo "leve para a casa") e do tipo institucional. Assim, a Geloko, além de desenvolver produtos especiais para redes de supermercado e de alimentação (como os sorvetes da rede Pizza Hüt), abastece o refeitório de grandes empresas como a Petrobrás e Rede Globo, no Rio de Janeiro.

Tais estratégias, associadas à expansão das vendas para as regiões mais quentes do país visam manter uma demanda constante para os produtos⁹⁰. Na busca da diversificação, a Geloko iniciou recentemente a produção de outros tipos de alimentos, tais como a venda de pizzas congeladas, aos moldes da Perdigão e da Sadia. Sua atuação agressiva no mercado está demonstrada nas estratégias para o desenvolvimento de novos produtos. Segundo o gerente de finanças da empresa⁹¹, "a Geloko está constantemente preocupada com o lançamento de novos produtos. Além de estarmos sempre sintonizados nos lançamentos das concorrentes, criando produtos similares, buscamos também desenvolver projetos próprios e sair na frente". Para tal, mantém parceria com a maior empresa brasileira de produção de aromas e sabores artificiais para sorvetes: a Duas Rodas, localizada em Jaraguá do Sul. Isto lhe tem permitido lançar produtos exclusivos como a linha de sorvetes para inverno (bock), a linha de sorvetes "light" e novos sabores como mamão papaya com calda de cassis. Recentemente a aquisição dos direitos de uso da logomarca Xuxa, permitiu o lançamento de uma linha de sorvetes especiais voltada ao segmento infantil, o que resultou num sucesso de vendas.

Assim, a Terre Alimentos consolidou-se como a maior empresa de Sombrio, tendo atingido em 1999 a produção de 220 mil picolés e 60 mil litros de sorvete/mês, empregando uma média de 210 funcionários (chegando a mais de 300 durante os meses de verão) e apresentando um volume de vendas, declarado no valor de R\$ 15.490.754,00. Esta iniciativa, por sua vez, gerou também transformações em outras empresas do setor de alimentos. A L. A. Colares e Cia., por exemplo, uma pequena fábrica de produção de sorvetes artesanais para o consumo local vendidos em sorveteria própria, recebe injeções de capital para expansão e entrada na produção de sorvetes em escala industrial, transformando-se então em Indústria de Alimentos Milk-Bom Ltda., atualmente Q-Mexe Sorvetes. Segundo o proprietário da empresa Luiz Colares, com o

⁹⁰ A estratégia de expansão dos mercados para outras regiões tem apresentado resultados positivos. Assim, observando-se a evolução de vendas da empresa, declarada junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina notamos que, entre 1997 e 1999, houve um crescimento das vendas catarinenses de 8,3%, contra 45,4% para os demais estados. Em 1999, o mercado extra-estadual representou 74,8% das vendas.

⁹¹ Em entrevista concedida em 30/03/2000.

progresso da Geloko "percebemos que o crescimento no setor passaria por nossa transformação em produtores de maior escala, distribuindo nosso produto em áreas mais distantes". Com a estratégia da Geloko em buscar mercados mais amplos, a Q-Mexe passou a atuar mais fortemente tanto em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul, chegando até o Paraná. Além disso, tem buscado aprimorar seu sistema de distribuição e começou a atuar também na linha de consumo domiciliar, estando presente nos supermercados, num processo no qual, segundo SCHUMPETER (1982:152) "os pioneiros removem os obstáculos para os outros [...] e muitas coisas podem ser copiadas por esses outros".

Neste sentido, podemos afirmar que Sombrio é o maior produtor de sorvetes em Santa Catarina, contando com as duas maiores empresas do Estado, como podemos observar pela tabela abaixo:

Tabela 08 - INDÚSTRIA DE SORVETES EM SANTA CATARINA¹ - ESTABELECIMENTOS E NÚMERO DE TRABALHADORES / 2001

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	Nº DE FUNCIONÁRIOS
TERRE ALIMENTOS LTDA	SOMBRIO	210
Q-MEXE SORVETES	SOMBRIO	67
PAVILOCHE INDUSTRIAL	JOINVILLE	24
IND. SORVETES MILK CREME	TAIÓ	20
IND.COM. SORVETES STRINGARI	ITAJAÍ	15
MV IND.COM. DE ALIMENTOS	SÃO JOSÉ	15
AMORATTO IND. COM. SORVETES	FLORIANÓPOLIS	10

Fonte: FIESC. **Relação de Indústrias de Santa Catarina**. Florianópolis, 2001.

Nota: ¹Inclui somente as empresas com 10 funcionários ou mais.

Contudo, nos cabe indagar se a consolidação da Terre e, em menor escala da Q-Mexe, gerará as bases para a formação de um centro industrial especializado na produção de sorvetes, atraindo novas iniciativas, tanto no mesmo ramo, com em outras atividades complementares em Sombrio e região? Não temos, por hora, dados para responder tal questão, considerando que não

conseguimos detectar a presença de vantagens locacionais expressivas, tanto na origem da Geloko como da Q-Mexe. É certo que o município apresenta posição geográfica privilegiada, quando analisamos a proximidade de mercados consumidores regionais (Porto Alegre, Criciúma, Tubarão, Florianópolis). Mas no que se refere a vantagens para obtenção de matérias-primas, ela se faz pouco presente⁹².

Contudo, este não foi ou está sendo um fator de impedimento para o crescimento das iniciativas já instaladas. A tendência para o futuro, com a conquista de mercados cada vez mais distantes do centro produtor é, como nos destacou o entrevistado da Geloko a abertura de filiais em outras áreas descentralizando a produção. Já para o proprietário da Q-Mexe Sorvetes há ainda um espaço enorme para ser conquistado no segmento de sorvetes, sobretudo no sentido de incentivar o aumento do consumo per capita do produto (que ainda é muito baixo, mesmo quando comparado a países mais frios) e por tal, Sombrio comporta ainda a abertura de novas iniciativas e o crescimento das já instaladas.

3.4 O RAMO DE MADEIRAS, ESQUADRIAS E MOBILIÁRIO: UM SEGMENTO EM CRISE?

Ao observarmos os dados referentes ao comportamento do ramo de madeiras, esquadrias e mobiliário em Sombrio, podemos notar que, nos últimos trinta anos ele sofreu transformações consideráveis. O cadastro industrial do IBGE (1965), indicava a presença de nove empresas no município, sendo que sete delas destinavam-se a serragem, desdobramento e beneficiamento da madeira, uma para a produção de esquadrias e uma para a produção de mobiliário (ver Mapa 02). Logo, a maior parte das iniciativas do ramo relacionava-se à transformação de madeira bruta, obtida através do corte de mata

⁹² Ao contrário do que pensávamos antes de realizar as entrevistas, a participação da região no fornecimento de matérias-primas não é tão expressivo em relação ao montante de matérias-primas adquiridas. Além do leite (Cooperativa de Forquilha) e de embalagens plásticas (Criciúma), os demais fornecedores estão em São Paulo (gorduras hidrogenadas, embalagens para picolés em plástico especial, polpa de frutas) e no Paraná (empresas importadoras de leite em pó). Mesmo no caso dos aromas e corantes, a Duas Rodas não possui exclusividade. As empresas adquirem também de indústrias localizadas em São Paulo. Neste aspecto, é importante lembrar que o leite "in natura", antes ingrediente básico e imprescindível para a produção dos sorvetes, vem sendo substituído paulatinamente pelo leite em pó.

remanescente nas encostas e nas áreas que iam sendo apropriadas pela atividade agrícola.

Ao longo dos anos de 1980, o número de empresas do setor em Sombrio sofreu oscilações (ver tabela 06), sem, contudo, podermos contabilizar a atividade específica de cada um dos estabelecimentos. Com os dados mais recentes (1996-1999) notamos uma mudança no perfil dos estabelecimentos, em relação ao quadro descrito em 1965. De um predomínio de estabelecimentos com atividade voltada ao beneficiamento da madeira bruta, passamos a um predomínio quase que exclusivo do segmento de fabricação de esquadrias, móveis e casas pré-fabricadas. Em 1997, 87,6% das indústrias do setor se dedicam a este segmento.

Quais as causas para explicar tais transformações? O primeiro fator a ser lembrado é a decadência do setor de desdobramento e beneficiamento (as "serrarias"). Já destacamos que a origem das serrarias esteve diretamente ligada à ocupação do território e transformação das áreas de mata em propriedades rurais caracterizadas por um uso intensivo da terra. Assim, após a chegada dos colonos, fossem esses açorianos ou, posteriormente, de origem européia, a atividade de desmatamento estava presente, acompanhando a grande demanda por madeiras (construções, pontes, dormentes, etc.). Assim, surgiram as primeiras serrarias em Sombrio, como uma atividade complementar à introdução da propriedade rural e que, em alguns casos, se tornou a atividade predominante, sempre explorando as espécies nativas locais.

O desenvolvimento da indústria cerâmica, por sua vez, interferiu nesse processo. Ao passo que o corte das espécies locais avançava e a demanda por madeiras aumentava com o crescimento populacional, o consumo se elevava mais ainda com o uso da madeira como combustível para os fornos das olarias. Este duplo destino acelerou a redução da mata disponível.

Nos anos de 1970, já se inviabilizava a sustentação das serrarias com as espécies da região. Começou a dependência em relação ao Norte do País (Rondônia, Pará, norte do Mato Grosso), na aquisição das madeiras mais nobres. As espécies mais abundantes, especificamente o cedro, ainda eram exploradas nas imediações.

Nos anos de 1980, iniciou-se uma maior fiscalização dos órgãos ambientais (IBAMA e FATMA) frente ao desmatamento das áreas remanescentes e as regulamentações referentes às espécies cultivadas (silvicultura) impõem um tempo mínimo de 15 anos para o corte do eucalipto e pinus, destinado ao desdobramento. Instalou-se a escassez de matéria-prima local.

Paralelamente, o grupo gaúcho Petropar iniciou suas atividades na região com o cultivo de florestas de eucalipto e pinus entre atuais municípios de Balneário Gaivota e Passo de Torres⁹³. Para a pequena propriedade e para as próprias madeireiras, era praticamente inviável a utilização da terra para a introdução de florestas cultivadas, pois o retorno do investimento dá-se em longo prazo (no mínimo dez anos, no caso de corte da madeira para lenha).

Assim nos anos de 1990, sobretudo a partir de 1995, a Petropar começou a atuar na venda de madeira, conseguindo manter um monopólio na região, impondo preços elevados para as espécies de maior consumo. Logo, as serrarias começaram a sofrer o impacto negativo da falta de matéria-prima, considerando-se a inviabilidade da compra em áreas mais distantes (planalto, por exemplo), devido ao alto preço do frete. Nessas condições, o segmento encontra-se nas "mãos" da principal fornecedora e os lucros vão se tornando cada vez mais escassos.

Tal quadro nos explica a decadência do segmento, pois das cinco serrarias existentes, a atividade tem se focado no beneficiamento (produção de assoalhos, forros, tacos, tábuas, etc.). No que concerne às madeiras nobres (mogno, jatobá, ipê, itaúba), estas já são adquiridas desdobradas e beneficiadas na região de origem, pois o custo nos fretes não lhes permite competir com as madeireiras do norte. Logo, as empresas locais (não só em Sombrio, mas em toda a região) são somente revendedoras desse tipo de produto.

⁹³ O grupo Petropar, sediado no Rio Grande do Sul, tem como atividades a produção, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos e petroquímicos, fertilizantes, sementes, pesticidas, produção de celulose e papel, reflorestamento, produção de embalagens de alumínio e plástico. Começou a atuar na região, através da posse de áreas limítrofes da rodovia interpraiais (projeto que previa a ligação do litoral sul catarinense com o norte do Rio Grande do Sul, que não se efetivou). A partir da ocupação das primeiras áreas, evoluiu para a compra de propriedades rurais atingindo, até o momento, a área total de 4.100 hectares destinados à silvicultura. (informações concedidas pelo engenheiro agrônomo do escritório da EPAGRI, do Município de Balneário Gaivota).

Para sobreviver, essas empresas estão diversificando sua produção, atuando com produtos de maior valor agregado. Tal é o caso da Mariano Madeireiras Ltda. que diversificou para produção de esquadrias e casas pré-fabricadas, da Oliveira e Reis Ltda, que abandonou a atividade de desdobramento para atuar exclusivamente na produção de esquadrias e móveis a partir de espécies nobres, e da Afonso Fontana e Filho, que deve abandonar o ramo até 2001, deslocando-se para o setor vestuarista.

Já o segmento de esquadrias e móveis, propriamente dito, apresenta o seguinte perfil: algumas empresas maiores, que atuam no mercado de móveis em série (tal é o caso da Móveis Moraes, da Madesol Móveis e Fontana Móveis) especializando-se cada uma, em um segmento do mobiliário (móveis para banheiro, dormitórios, armários, estantes, etc.). Nestes casos, a estratégia das empresas tem sido buscar mercados cada vez mais distantes, pois a concorrência local e regional é muito forte. Assim, o principal mercado da Móveis Moraes e Maderatti Ind. e Com. de Madeiras é São Paulo (sobretudo o interior) e da Madesol o Rio Grande do Sul (sobretudo a grande Porto Alegre).

Além de produtos de maior valor agregado, as empresas acima estão, paulatinamente, abandonando o trabalho com a madeira in natura. Em muitas peças, se utiliza o aglomerado MDF, o que reduz consideravelmente os custos frente ao uso da madeira maciça, já que tais empresas se dedicam ao segmento de móveis populares.

Por fim, as empresas menores, produzem móveis/esquadrias sob medida. De atuação mais restrita, atendendo ao mercado local e regional, podem ser caracterizadas como oficinas de trabalho artesanal, contando com uma média de cinco empregados cada.

Assim, as perspectivas para este ramo em Sombrio, ao nosso ver, não indicam crescimento, pelo contrário, sua manutenção já representa um esforço de sobrevivência, não obstante as empresas de móveis em série possam apresentar evolução, pois:

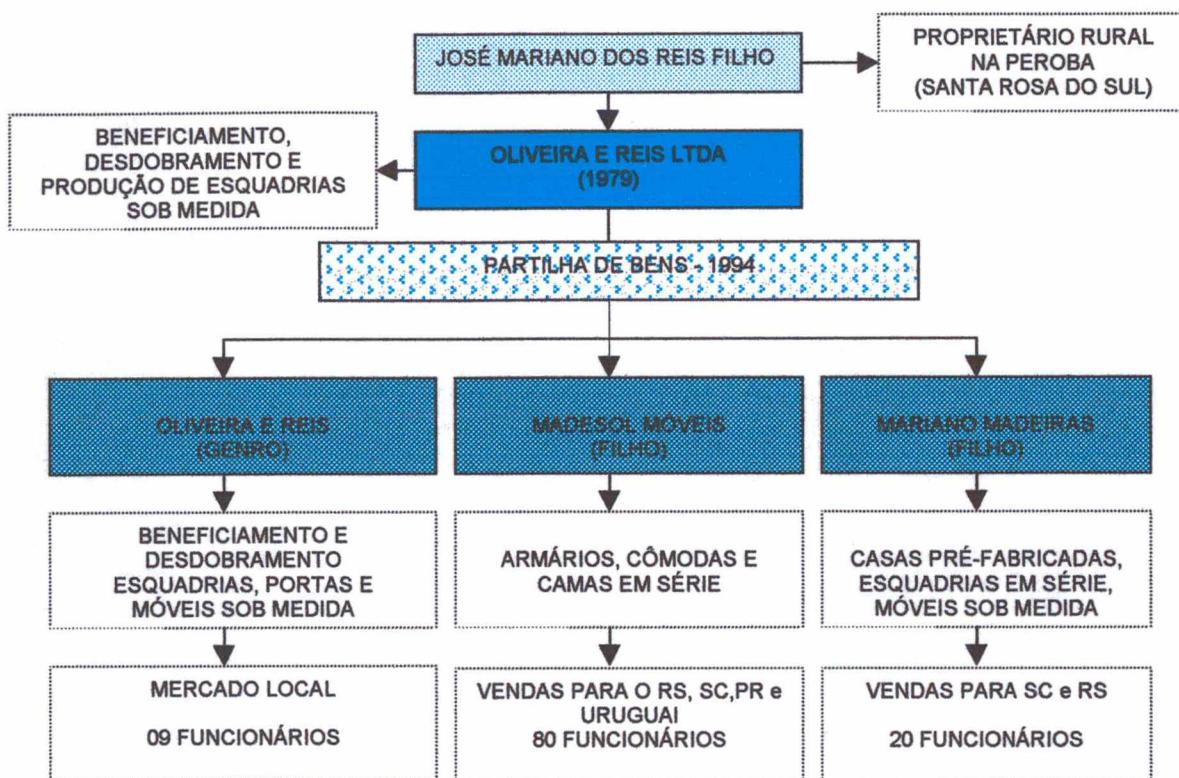
1. O segmento de desdobramento, pelos motivos apontados, não apresenta viabilidade econômica, seja pela concorrência com a região norte (madeiras nobres), seja pelo monopólio da produção de madeira local.

2. A perda do poder aquisitivo médio da população nos últimos anos, associada a uma queda das exportações (o que fez com que empresas de maior porte, voltassem seus interesses para o mercado nacional) torna difícil a concorrência para as indústrias de móveis em série, sobretudo em Santa Catarina, onde o setor moveleiro é bem desenvolvido.

3. As pequenas oficinas de móveis sob medida, encontram dificuldades de expansão, tanto em função do grande número de iniciativas (o que gera elevada concorrência) como em função de suas especificidades (é um segmento de atuação local ou, no máximo, regional).

Apesar das limitações acima expostas, na evolução das iniciativas ligadas ao setor de madeiras, destacamos dois exemplos interessantes. No primeiro caso (ilustrado no Quadro 3), a evolução ocorreu da pequena propriedade voltada à produção de fumo, milho e banana. Da acumulação decorrente desta atividade, houve a possibilidade de inserção no segmento de exploração, desdobramento e beneficiamento da madeira. Na segunda geração, a partilha de bens já impõe a necessidade de diversificação na produção. Entre as três empresas que partiram de condições muito semelhantes, a que se dedicou ao segmento de móveis em série é a que alcançou maior crescimento. A iniciativa que permaneceu ligada às atividades de desdobramento e beneficiamento foi a que se manteve praticamente no mesmo patamar, alcançado apenas um mercado local ou regional próximo (municípios vizinhos).

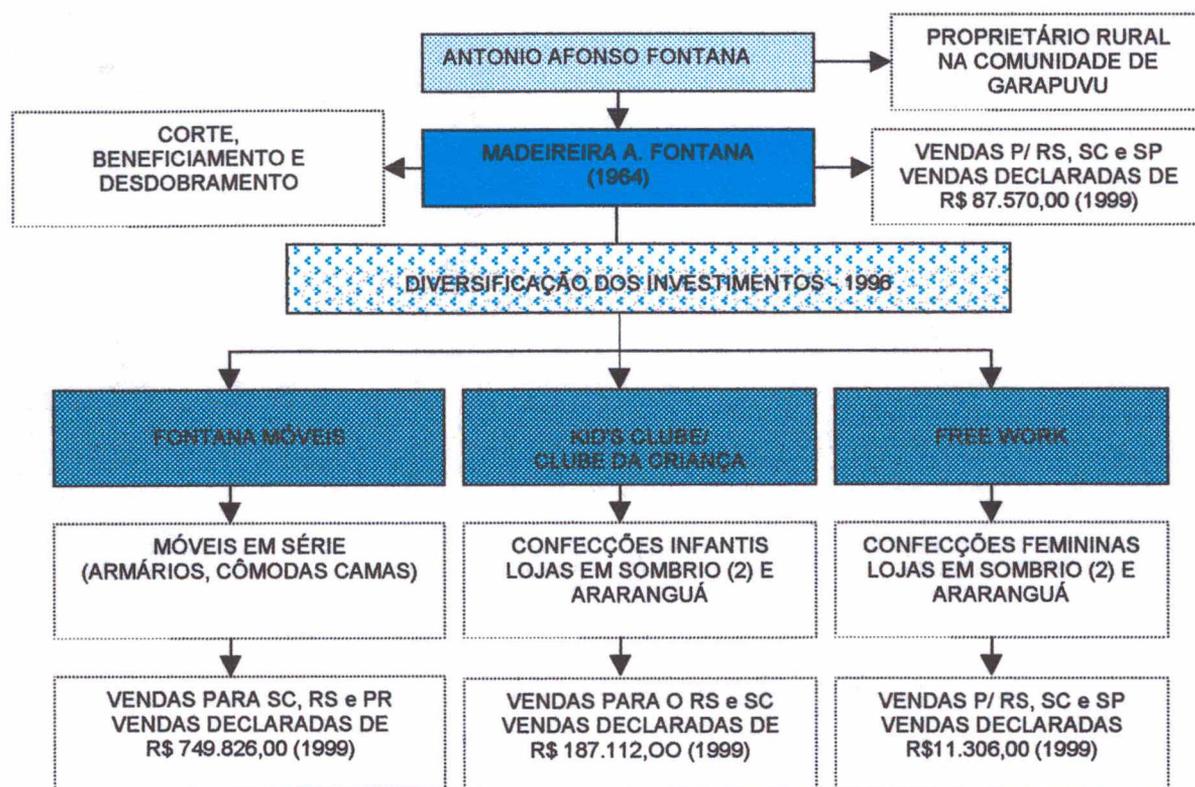
**Quadro 03 - EXEMPLO DE DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA
NO INTERIOR DO RAMO MADEIREIRO**



Fonte: Pesquisa de campo 2000.

No caso seguinte, temos a transferência de capitais do ramo madeireiro (corte, desdobramento e beneficiamento de madeiras) para o vestuário e para o segmento de móveis em série no interior da mesma família. A origem, tal qual o caso anterior, decorre da pequena propriedade agrícola, onde se inicia a atividade de corte de espécies da mata nativa, evolui para a consolidação da atividade industrial frente a agrícola, inclusive com o deslocamento espacial da área rural para a urbana.

**Quadro 04 - EXEMPLO DE DIVERSIFICAÇÃO DE RAMO PRODUTIVO
(INDÚSTRIA DA MADEIRA E DO VESTUÁRIO)**



Fonte: Pesquisa de campo 2000.

Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. op.cit.: 1999.

Os exemplos acima ajudam-nos a ilustrar a capacidade de adaptação dos capitais industriais pioneiros, que se multiplicaram com as novas gerações e diversificaram seu ramo e segmento de atuação. Mas também é importante destacar que se mantiveram em Sombrio, mesmo quando o ramo original apresentou sinais de desgaste. Esta "fidelidade" ao lugar (que ao lado da ideologia do trabalho e da obediência estão presentes nas regiões originárias da pequena propriedade colonial), esteve bastante presente em vários dos depoimentos concedidos pelo empresariado. Quando interrogados sobre os aspectos positivos e negativos da presença de sua indústria no município, a

maciça maioria, apesar de reconhecer a existência de problemas, afirmou que pretendem continuar investindo em Sombrio.

3.5 AS PERSPECTIVAS DO RAMO CERÂMICO

Já destacamos a origem do setor cerâmico em Sombrio e alguns dos condicionantes regionais que permitiram a consolidação das empresas de médio porte no segmento de lajotas, telhas e tijolos esmaltados. Como vimos, a proximidade do mais importante pólo cerâmico de Santa Catarina, drenou para a região a oferta de empréstimos estatais, bem como colocou à disposição das iniciativas locais, uma vasta rede de fornecedores (esmaltes, fritas, etc.). Além desse fato, a tradição da região no segmento de cerâmica branca, mas também de cerâmica vermelha (Içara, Forquilha, etc.), facilitam a entrada de produtos locais em mercados mais distantes e, até de exportação, como é o caso da Cardoso e Cia. Ltda. e da Monteiro Revestimentos Cerâmicos.

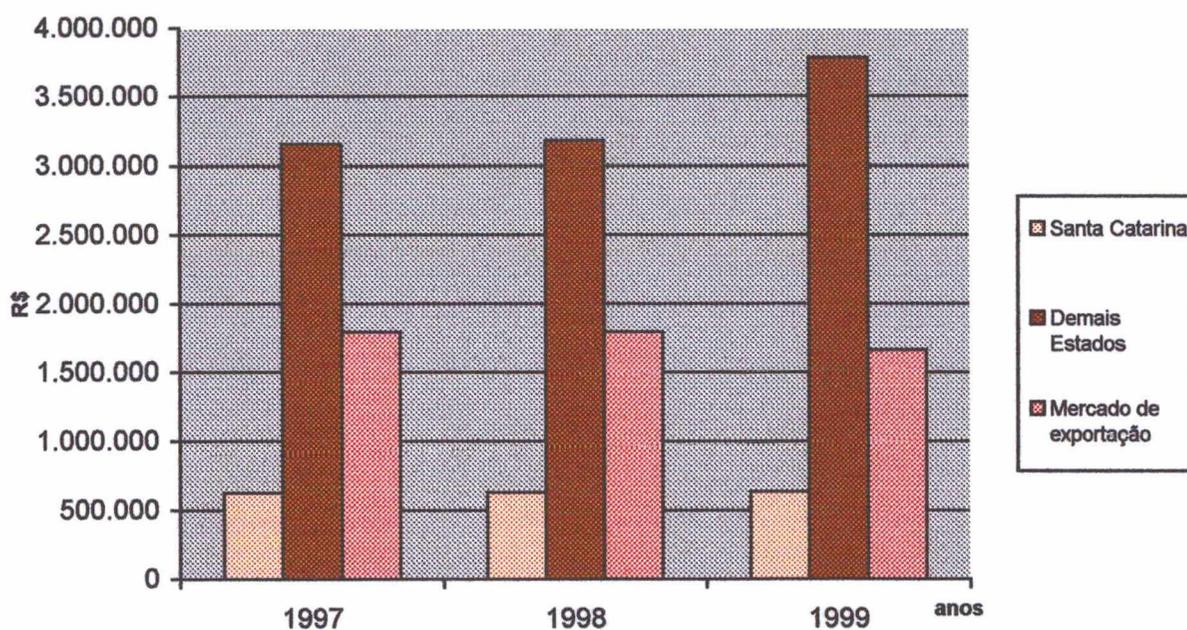
Por outro lado, apesar de beneficiado por tais vantagens locais, o segmento em Sombrio se estrutura a sombra de uma forte concorrência regional. É o caso da Moliza (Morro da Fumaça), no segmento de lajotas e telhas esmaltadas, entre outras que lutam pelos mesmos mercados com as cerâmicas de Sombrio. Neste embate, a estratégia tem sido abrir mercados fora de Santa Catarina, buscando uma consolidação extra-estadual.

Podemos notar no Gráfico 04, a expressiva elevação nas vendas para os demais estados brasileiros, que hoje representam 85,7% do mercado das cerâmicas sombrienses. As vendas concentram-se, sobretudo, nos estados vizinhos, como veremos a seguir.

Mas, o que justifica a maior participação em tais mercados frente aos estaduais, considerando as características dos produtos comercializados (baixo preço por unidade; peso, volume e fragilidade do material para o transporte a longas distâncias)? A resposta, segundo os entrevistados é unânime. A concorrência no mercado catarinense e na região é muito intensa, pois além de empresas de mesmo porte (ou maiores) o segmento abriga também um grande número de iniciativas de pequeno porte, que sobrevivem com custos de produção

muito rebaixados (pois utilizam mão-de-obra familiar, são muitas vezes clandestinas e têm mais facilidade de "driblar" a carga tributária). Logo, tais iniciativas muito pulverizadas, abocanham parte expressiva dos mercados locais. Logo, as empresas mais estruturadas e com maior capacidade de produção deslocam seus interesses para mercados mais distantes, porém mais amplos, onde conseguem ser bastante competitivas, pois comparativamente, apresentam custos mais baixos que empresas sediadas em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Gráfico 04 - VALOR DE VENDAS DA INDÚSTRIA CERÂMICA DE SOMBRIO - 1997/1999 (em R\$)



Fonte: Elaborado com base nos dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. **Declarações econômico-fiscais das indústrias de Sombrio.** Florianópolis, [s.n.], 1997, 1998, 1999.

Assim, como declarou o proprietário da Cerâmica Sombrio, em 17/11/1999:

a aceitação do produto catarinense em mercados como o de São Paulo e Rio de Janeiro, ocorre pelo bom padrão de qualidade aliado a um preço bem mais baixo. Enquanto nesses estados o milheiro de tijolos é comercializado por R\$ 330,00 a R\$ 340,00, nós entregamos o material com um preço final de R\$ 300,00, isto incluindo o frete. Para podermos

sobreviver, estamos trabalhando no limite, nossa margem de lucro é muito pequena.

É importante destacar, contudo, que os custos de produção na região são comparativamente menores que em outras regiões do País. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Cerâmica e Olarias do Vale do Araranguá (sediado em Sombrio) aponta o forte desemprego no município e região como o fator para o achatamento médio dos salários pagos pelas indústrias cerâmicas. O piso é de 1,5 salário mínimo, sendo comum o não pagamento de adicional noturno para os trabalhadores nos fornos.

São comuns os casos de subcontratação e o pagamento de parte do salário em forma de vales (que são trocados por mercadorias em mercados, farmácias, padarias, etc). Ainda, a localização das empresas cerâmicas, permite a contratação de mão-de-obra rural, ou seja, de pequenos proprietários e seus dependentes, para os quais o salário nas cerâmicas representa fatia complementar da renda (não obstante, geralmente a principal). Mas, a disponibilidade deste tipo de mão-de-obra ajuda a reduzir as médias salariais, considerando que as condições básicas de moradia e subsistência, encontram-se parcialmente asseguradas. Esse é um dos motivos pelos quais, as empresas cerâmicas recrutam a mão-de-obra no seu entorno⁹⁴.

No que se refere à participação no mercado externo, apesar da discreta queda no volume de exportações entre 1997 (R\$1.790.548,00) e 1999 (R\$1.660.344,00), a estratégia das três maiores empresas do município no ramo cerâmico tem sido a busca da participação nesse mercado. As empresas de Sombrio exportam para os países do Mercosul (notadamente Paraguai) onde o produto sombriense tem tido uma boa aceitação, não obstante estar competindo com empresas de países centrais como a Espanha, como no caso das lajotas extrusadas esmaltadas (tipo Ouro Velho).

Contudo, nas entrevistas realizadas apontou-se a preocupação com a perda da competitividade da indústria cerâmica em Sombrio, em função do fornecimento de gás natural aos concorrentes localizados em municípios da região carbonífera. A passagem do gasoduto Brasil-Bolívia pela região de

⁹⁴ Aliado a este fator, o turno ininterrupto do setor de queima (fornos), exige que grande parte dos trabalhadores resida, preferencialmente, nas imediações da empresa.

Criciúma já está beneficiando as empresas localizadas em Içara, Morro da Fumaça e Morro Grande⁹⁵, reduzindo seus custos de produção e elevando a qualidade pela melhora no processo de queima propiciada pelo uso do gás.

Tal vantagem locacional dos concorrentes deve se expressar, em breve, na perda dos mercados para a indústria de Sombrio. A pressão dos empresários do município para que a Prefeitura Municipal e o governo do Estado arquem com os custos de implantação tem sido intensa, o que desembocou no apoio declarado ao candidato da coligação PPS-PFL-PSDB à Prefeitura Municipal nas eleições de 01/10/2000, por parte do segmento ceramista, com o objetivo de viabilizar politicamente os investimentos no município. Com a vitória do mesmo, os empresários acreditam na volta do poder de competitividade da indústria local.

⁹⁵ A distribuição do gás natural em Santa Catarina está a cargo da SC-Gás, responsável pelas ligações entre os municípios consumidores e o gasoduto central. Para tal, a empresa exige um consumo mínimo assegurado para efetivar o fornecimento. Além disso, o custo para a instalação das ramificações tem uma relação direta com a distância ao centro consumidor. Logo, além de contar com poucas empresas efetivamente interessadas no fornecimento do combustível em Sombrio (pois os custos de adaptação ao uso do gás são elevados, o que o torna inviável para a maioria das olarias), não assegurando o consumo mínimo exigido pela SC-Gás, ainda há de se cobrir os custos da ligação do duto, investimento considerado elevado pelos empresários e que "deve ser assumido pelo governo do Estado e pela Prefeitura Municipal" (segundo declarações do vice-presidente do Sindicato dos Ceramistas do Vale do Araranguá, Valdeci Cardoso, em entrevista concedida em 17/11/99).

4 - A INDÚSTRIA DE SOMBRIO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS

Como vimos até aqui, não podemos enquadrar Sombrio como um centro industrial de grande ou média expressão no contexto catarinense, pois no município predominam das iniciativas de pequeno porte. Tampouco, podemos interpretar sua industrialização como um simples processo de inserção dependente e subordinada à divisão territorial do trabalho. Logo, torna-se importante detalhar, como mais profundidade, as relações da indústria local, tanto no que se refere à aquisição de matérias-primas e serviços, bem como no grau de abrangência de seus produtos no mercado estadual, regional, nacional e de exportação.

A produção sombriense fornece primordialmente produtos acabados (calçados, vestuário, alimentos, cerâmicas) e, em menor volume, produtos semi-acabados como é o caso das madeiras brutas e beneficiadas.

No interior das unidades produtivas, em alguns ramos, predominam a diversidade de artigos: as esquadrias, móveis, assoalhos e pisos, no ramo madeireiro e as telhas, tijolos, lajotas na indústria cerâmica. Contudo, a evolução desta industrialização tem se realizado sobre um certo grau de especialização produtiva, que pode ser percebido em determinados segmentos. Assim, a indústria calçadista, por exemplo, se de um lado mantém empresas vinculadas ao mercado de exportação - o que pressupõe a necessidade de uma constante variação no tipo de produtos (calçados masculinos, femininos, infantis ou, sapatos, tênis, sandálias) - por outro lado, observa-se a presença de uma especialização no segmento voltado ao mercado interno, como por exemplo a A. S. M. Calçados com o tênis, a Vudalfor com calçados masculinos em couro, a Italianinho com sandálias masculinas e a Dinda Baby na produção de calçados infantis.

No segmento vestuarista a mesma característica foi observada: um número muito expressivo de iniciativas destinadas à produção de roupas femininas que apresentam, no interior deste segmento, especializações tanto no que se refere ao tipo de matéria-prima (moletom, cotton, lycra, linhas) quanto ao perfil do

mercado consumidor (modinha, roupa senhora, grandes números, etc.). Além destes, há ainda a presença de indústrias especializadas na produção de roupas infantis (Kid's Clube), masculinas (Marvie) e lingerie (Anjo da Moda). Em complemento, a presença de unidades produtivas especializadas em suprir um consumidor exclusivo, como já citado caso da Ritmi em relação a Renner.

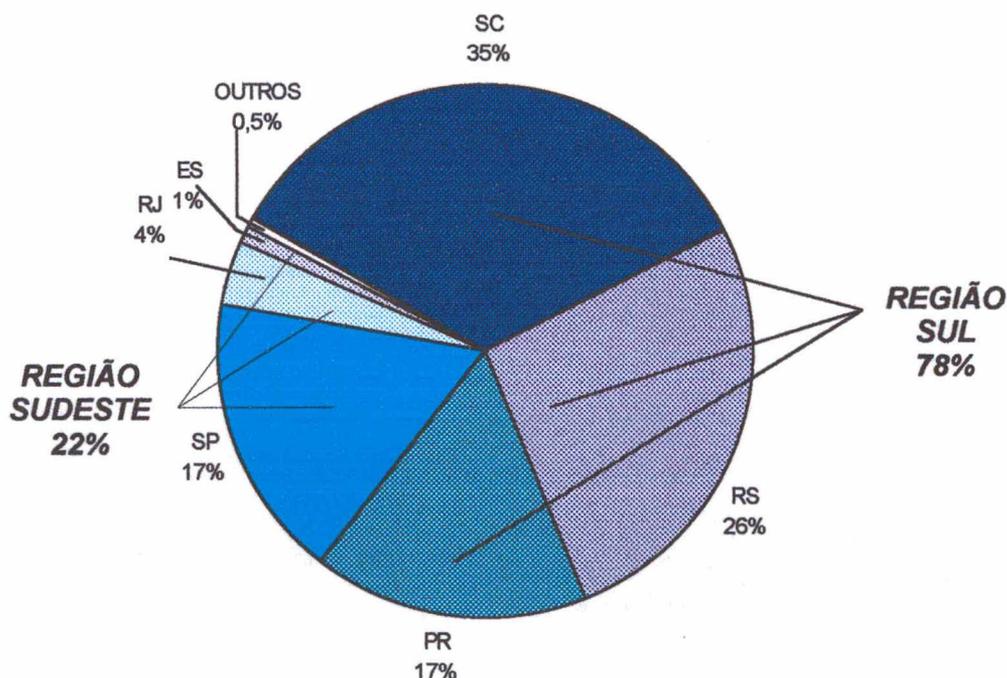
Assim podemos observar que, ao contrário do demonstrado por Mamigonian (1965) para Blumenau e por Rocha (1994) para Joinville, há o predomínio, em Sombrio, de iniciativas industriais especializadas, pois, a pequena dimensão dos estabelecimentos locais, frente aos exemplos apontados, caracteriza-se pelo menor fôlego de capitais, pela baixa sofisticação e diversificação de maquinários e pelos mercados consumidores comparativamente mais restritos. Assim, enquanto Blumenau e Joinville inserem-se como líderes na produção nacional de determinados segmentos apresentando, inclusive, competitividade internacional, em Sombrio, predomina as iniciativas de menor dimensão. A presença de empresas de maior porte associadas à busca de uma diversificação produtiva, no caso da indústria de Sombrio, é muito tímida e começa a se desenvolver muito lentamente, como no caso da produção de pizzas congeladas pela Geloko.

Apesar da especialização produtiva acima apontada, vamos perceber que ocorre uma diversidade tanto no que se refere ao volume quanto na procedência de matérias-primas e serviços para estas empresas, como também em relação aos seus mercados consumidores.

Para analisar tais relações por ramos de atividades, dadas as características peculiares que cada um apresenta na industrialização local, lançamos mão dos dados declarados pelas empresas para a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Contudo, é necessária uma observação. Do total de empresas em funcionamento no ano de 1999, nem todas apresentaram declaração especificando a procedência da matéria-prima e serviços e do destino da produção (por estados da Federação). No entanto, estão presentes as declarações das mais importantes empresas que, se não perfazem a maioria dos estabelecimentos, representa, sem dúvida, a quase totalidade do movimento econômico do ramo respectivo.

Assim, iniciando pelo setor de alimentos, no que se refere à procedência dos fornecedores (Gráfico 05), podemos perceber que a matéria-prima provém, sobretudo da Região Sul, destacando-se o próprio estado como principal fornecedor. As empresas de sorvetes, por exemplo, adquirem o leite da cooperativa e de produtores locais, os potes plásticos de Criciúma, e aromas e corantes de Jaraguá do Sul. Segue-se o Rio Grande do Sul e Paraná na aquisição de leite em pó (muitas vezes através de importadoras) e São Paulo no fornecimento de embalagens para picolés. No beneficiamento do arroz, destacam-se o Rio Grande do Sul e Santa Catarina (arroz para polimento e parboilização). Nos demais segmentos, pouco representativos em número e em movimento econômico, predominam os fornecedores catarinenses.

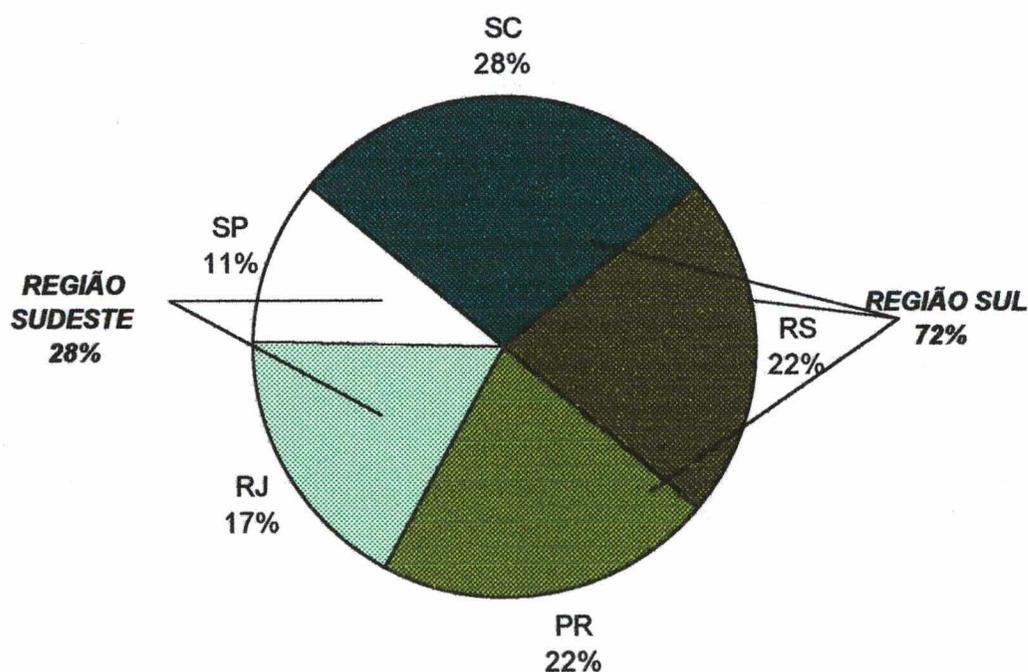
Gráfico 05 - PROCEDÊNCIA DE MATÉRIAS-PRIMAS E DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DE SOMBRIO/SC - 1999 (EM%)



Fonte: Elaborado com base em SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (op.cit.: 1999).

No que se refere aos fluxos de venda de mercadorias, a penetração da indústria de alimentos é mais equilibrada, sobretudo pela predominância dos números relativos à indústria de sorvetes no conjunto total. Assim, como podemos perceber no gráfico abaixo, a indústria de sorvetes tem buscado ampliar os mercados para as regiões mais quentes, apresentando boa inserção no Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta capacidade de atingir mercados mais distantes expressa a dimensão da indústria de sorvetes local, considerando ainda que, as características do produto (problemas de transporte e conservação), não são as mais favoráveis para sustentar fluxos de grande distância.

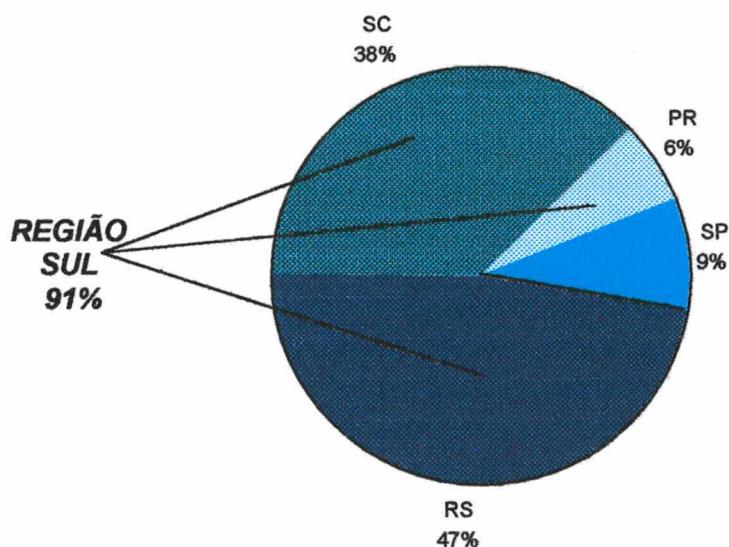
Gráfico 06 - DESTINO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DE SOMBRIO - 1999 (EM %)



Fonte: Elaborado com base em SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (op.cit.: 1999).

Já ramo calçadista apresenta diferenciações em relação ao anterior. Nele expressa-se claramente a dependência de Sombrio frente aos fornecedores do pólo calçadista do vale dos Sinos. São os couros, beneficiados ou não, tintas, vernizes, máquinas e equipamentos que são disponibilizados em função da economia de aglomeração criada na região. Santa Catarina aparece depois, pois alguns estabelecimentos de matérias-primas do couro e calçados estão instalados em Criciúma (incluindo filiais de empresas de Novo Hamburgo) ou até mesmo em Sombrio, como é o caso do Alto Relevo componentes para Calçados e da Sandy Calçados e Escalas.

Gráfico 07 - PROCEDÊNCIA DE MATÉRIAS-PRIMAS E DE SERVIÇOS DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE SOMBRIO/SC - 1999 (EM %)

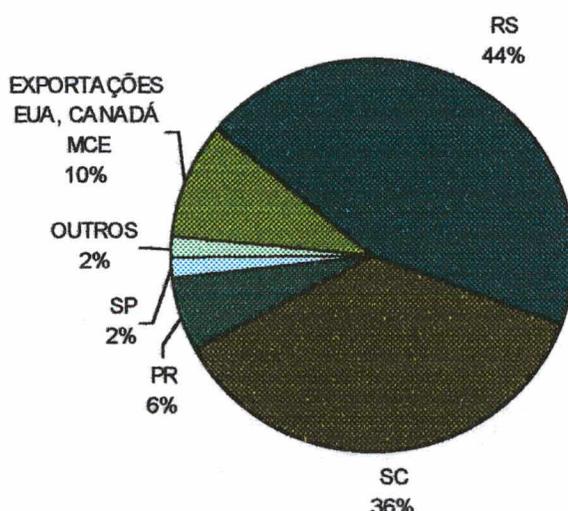


Fonte: Elaborado com base em SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (op.cit.: 1999).

No que se refere ao mercado consumidor dos produtos da indústria calçadista sombriense, novamente vamos observar uma maior dispersão, com a presença, inclusive, das exportações. O predomínio de vendas para o Rio Grande do Sul é justificado pelas encomendas produzidas no sistema de facção e, ainda, pelas exportações que são intermediadas por traddings localizadas naquele Estado (é o caso das exportações dos Calçados Italianinhos, visto que as vendas da Dani e Paraíso Calçados são negociadas diretamente com os compradores

internacionais). Como a Coopercal, sozinha, tem grande produção, os números para o Rio Grande do Sul tornam-se superlativos. No que concerne a empresa voltada à produção de etiquetas próprias destinadas ao mercado interno, vamos perceber que a inserção de seus produtos no mercado encontra, no Rio Grande do Sul, uma forte concorrência. Assim, a área de atuação destas empresas está mais direcionada para Santa Catarina e Paraná. Contudo, a presença da categoria "outros" refere-se à penetração dos calçados de Sombrio nos estados de Sergipe, Alagoas, Minas Gerais (Vudalfor); Bahia (Strarflex); Paraíba, Mato Grosso do Sul (D'Mellos) e Espírito Santo, Mato Grosso (Italianinho). Neste processo, com o crescimento verificado pelo segmento de mercado interno frente ao de exportação (como já apontamos no capítulo anterior) indicam uma tendência para uma maior diversificação em número de Estados e de volume de vendas.

Gráfico 08 - DESTINO DAS MERCADORIAS DA INDÚSTRIA DO CALÇADO DE SOMBRIO - 1999 (EM%)

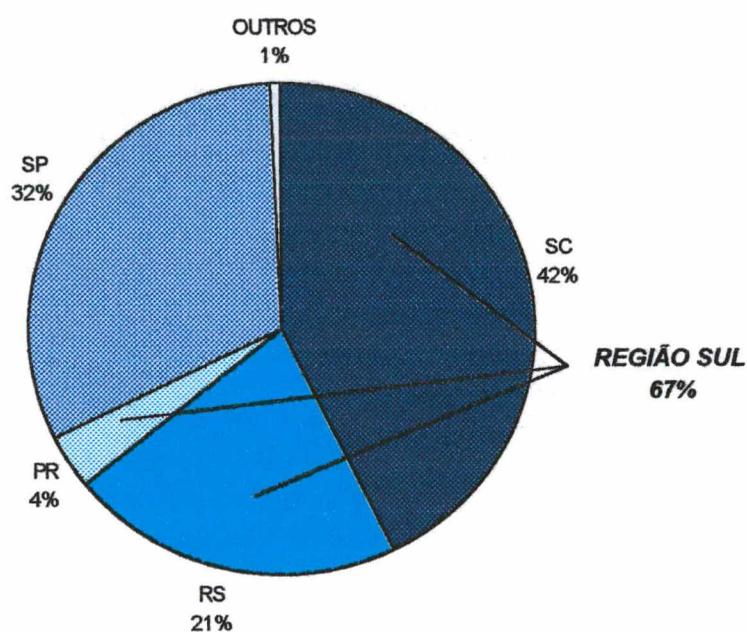


FONTE: Elaborado com base nas informações de Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina. (op.cit.: 1999).

O terceiro ramo que vamos focar é o vestuarista. A procedência das matérias-primas e serviços comprova a importância da proximidade do pólo

vestuarista de Criciúma que, como já colocamos anteriormente, forneceu condições atrativas e economias de aglomeração responsáveis pela emergência do ramo em Sombrio. Assim, as entrevistas e o gráfico que segue, demonstram as fortes vinculações com atacadistas de tecidos, fios e linhas, situados em Criciúma, além das empresas revendedoras de máquinas, equipamentos e de assistência técnica. Por tal, é que a expressão de Santa Catarina é tão marcante na aquisição de insumos.

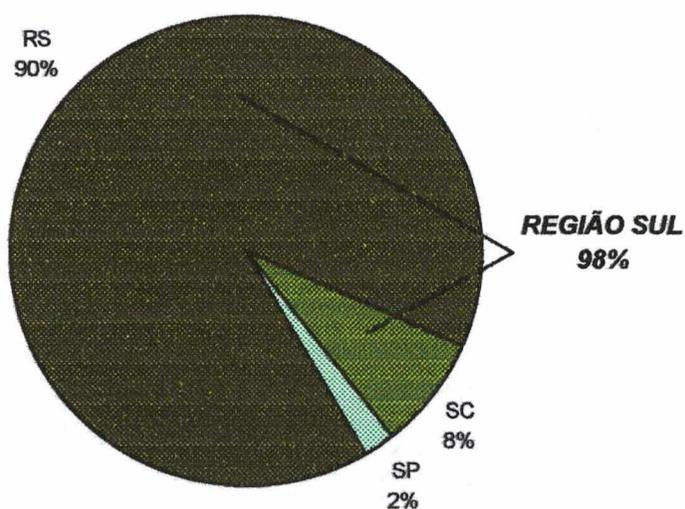
Gráfico 09 - PROCEDÊNCIA DE MATÉRIAS-PRIMAS E SERVIÇOS DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE SOMBRIO - 1999



Fonte: Elaborado com base nas informações de **Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina**. (op.cit.: 1999).

A participação do Rio Grande do Sul é considerável, por sua vez, em decorrência da presença de importantes lanifícios. Porém o aspecto mais importante a ser destacado é que, se para as empresas de menor porte, a fonte de matérias-primas localiza-se em revendedores de Criciúma, para as empresas maiores, a aquisição de tecidos, aviamentos e linhas, faz-se diretamente nas grandes indústrias, localizadas, sobretudo em São Paulo (Santa Constanza, Alpargatas, Santista, etc.). Da mesma forma, nos acabamentos: pedrarias, zíperes, botões, etc., São Paulo se destaca, sobretudo pela variedade de produtos. É na capital paulista ainda que algumas empresas locais buscam as "novidades" das griffes nacionais para se "inspirarem" na elaboração de seus modelos. A dependência em relação à Brusque e Blumenau foi poucas vezes apontada nas entrevistas, mesmo porque, algumas indústrias têxteis do vale do Itajaí possuem revendas em Criciúma.

Gráfico 10 - DESTINO DAS MERCADORIAS DA INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO DE SOMBRIO - 1999 (EM %)



Fonte: Elaborado com base nas informações de Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina. (op.cit.: 1999).

E a abrangência dos mercados consumidores para as indústrias vestuaristas locais?

Como já apontado na gênese da indústria vestuarista da região sul catarinense, parte expressiva das confecções que se estruturaram como produtoras e comerciantes atacadistas e varejistas (postos de venda), aproveitasse do fluxo de "sacoleiras", sobretudo vindas do Rio Grande do Sul. O corredor representado pela BR-101, a passagem obrigatória pela região ao se deslocarem para as praças pioneiras de Brusque, Jaraguá do Sul e Blumenau, ajudou a consolidar um número expressivo de iniciativas. Estas iniciaram suas atividades com pouco capital, mas com trabalho intensivo e, em sua maioria, cresceram ou, no mínimo, permanecem estáveis.

Este expressivo mercado consumidor gaúcho, porém, não é representado unicamente pelo movimento das sacoleiras. Inclui-se aí toda a venda de mercadorias para as Lojas Renner que, em Sombrio, representam mais de 25% do total de vendas de toda a indústria vestuarista.

No que concerne a aquisição de matérias-primas, tanto o ramo de madeira e móveis como o cerâmico, predominam Santa Catarina e o Rio Grande do Sul como maiores fornecedores, com a liderança do primeiro (respectivamente 56,2% e 55,5% em cada ramo). Já no tocante à abrangência das vendas, o setor cerâmico tem apresentado uma forte expansão para novos mercados, como forma de sobreviver à dura concorrência existente na região sul catarinense. Neste ramo, as vendas destinam-se para o Rio Grande do Sul (35,8%), seguido pelo mercado de exportação para os países do Mercosul (em especial o Paraguai e o Uruguai), com 31,62% do total de vendas do ano de 1999. Além de buscar mercados no exterior, houve uma ampliação do raio de atuação, estendendo o produto cerâmico sombriense para o Paraná (12,1%) e São Paulo (8,36%).

Já nas vendas do ramo madeireiro/moveleiro, o mercado é marcadamente catarinense (51,8% das vendas), seguido pelo gaúcho (35,0%) e paulista (10,21%), este último exclusivo das indústrias de móveis populares em série.

Para concluir, como podemos caracterizar a economia industrial de Sombrio no que se refere a seu raio de atuação no mercado nacional? Ao contrário das colocações feitas por MAMIGONIAN (1965) sobre a inserção predominantemente nacional das indústrias de Blumenau e também caracterizada

por ROCHA (1994) para as indústrias de Joinville, Sombrio apresenta uma atuação marcadamente regional, onde se destacam os vínculos intensos com o Rio Grande do Sul.

Neste contexto o estado vizinho é responsável pela absorção da maior parte da produção industrial sombriense, atingindo valores maiores, inclusive, que o próprio estado de Santa Catarina. Se, no início da industrialização do município, a dependência sombriense em relação a centros industriais gaúchos foi marcante, hoje percebemos que a atuação da indústria local destaca-se em maior volume pela inserção de suas mercadorias do que pela aquisição de matérias-primas e serviços.

Do ponto de vista do fornecimento de matérias-primas além dos Estados do Sul, destaca-se São Paulo com uma participação bem mais expressiva como fornecedor de matérias-primas do que como consumidor de produtos da indústria sombriense (respectivamente 13,72% e 7,11%). Esta fato expressa a força do centro dinâmico nacional, como fornecedor de produtos a todo o território brasileiro. Neste contexto, somente Santa Catarina e São Paulo tem maior participação no fornecimento de insumos do que no mercado consumidor.

Assim, se os dados nos mostram a inserção regional da indústria de Sombrio (82,9% no tocante a aquisição de matérias-primas e 84,9% das vendas no RS, SC e PR), é importante destacar que o esforço das iniciativas locais tem sido o de expandir o raio de ação para além do espaço regional, sobretudo através da conquista de novos mercados. Logo, se Sombrio adquire insumos de 13 unidades da federação, seus produtos atingem 19 deles, além de uma participação considerável das exportações de calçados e de cerâmica.

Podemos considerar então, em paralelo com as colocações de MAMIGONIAN (op. cit. p. 128 e seguintes), que a indústria de Sombrio em se conjunto não é predominantemente composta por "produtos banais" que se encontram em qualquer centro industrial de tamanho médio e que são absorvidas pelo mercado local ou, no máximo, estadual. Tampouco, caracteriza-se pela presença de empresas especializadas e de inserção nacional. Em média, abstraindo-se as especificidades de cada ramo, a industrialização de Sombrio se encaixa melhor no modelo "que atinge o Brasil meridional", uma indústria "não banal", produto de um processo de gênese e evolução com características muito

próprias. Isto posto, podemos considerar que a industrialização de Sombrio é vantajosa para Santa Catarina pois, além de valorizar a indústria e a produção primária do Estado na aquisição de mercadorias e serviços, sua atuação extrapola os limites do Estado e da Região Sul .

Figura 03 - PROCEDÊNCIA DE MATÉRIAS-PRIMAS DA INDÚSTRIA DE SOMBRIO - 1999 (em %)

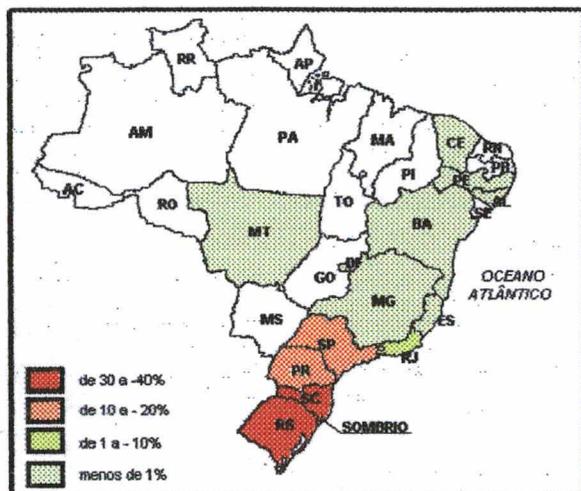
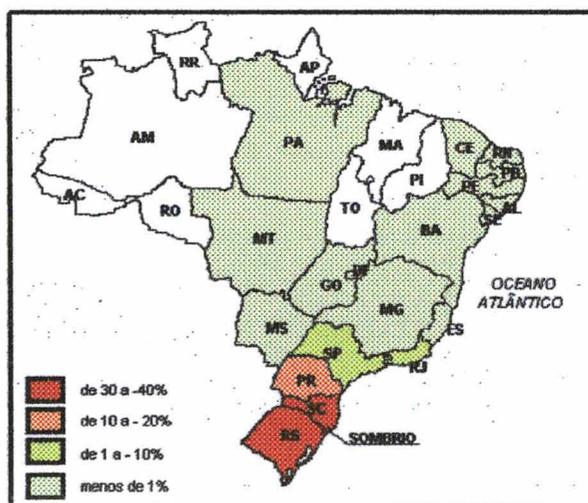


Figura 04 - DESTINO DAS MERCADORIAS DA INDÚSTRIA DE SOMBRIO - 1999 (em %)



4.1 A INDÚSTRIA NO ESPAÇO INTRA-URBANO DE SOMBRIO

A atividade industrial de Sombrio, além de sua importância econômica e das articulações que mantém, se exerce em um espaço determinado, que foi sofrendo modificações e ampliações, paralelamente ao próprio desenvolvimento das indústrias locais.

Compreendendo o espaço urbano como a expressão concreta de processos sociais na forma de um ambiente físico construído, a cidade reflete as características da sociedade da qual é produto (CORRÊA, 1979). Na sociedade capitalista, o primeiro aspecto que salta em sua observação, é o conjunto de usos justapostos entre si, expressando áreas definidas em termos de forma e de conteúdo social. Neste contexto, ao pensar a cidade de Sombrio, é fundamental percebê-la a partir das formas e dos processos sociais que a engendram e, neste processo sem dúvida, está presente a economia industrial local.

Assim, a consolidação de Sombrio enquanto um espaço urbano esteve, desde sua origem, ligada à própria gênese do processo industrial, pois, "na abertura do curtume de Guilherme Tiscoski [1929], Sombrio não era mais que uma vilazinha, com meia dúzia de casas" (REITZ, 1988)

Centro caracterizado por indústrias de consumo leve, a paisagem industrial típica não aparece facilmente para imprimir suas marcas. Em parte, isso ocorre pela ausência de grandes plantas industriais e por uma certa dispersão e heterogeneidade nas localizações das unidades.

Caracterizada na atualidade, pela predominância da atividade calçadista e vestuarista, a maioria das unidades produtivas aparece como adaptações de estruturas originalmente não construídas para um fim industrial. À exceção das empresas maiores, predominam os aproveitamentos de garagens, casas, pequenos galpões para abrigar atividade fabril. E, mesmo no caso das maiores, são comuns as adaptações, as expansões da planta em fases sucessivas, o que fornece uma aparência de heterogeneidade à paisagem construída. A pouca nitidez com que a forma expressa sua função faz com que, mesmo para os moradores da cidade, a percepção da dimensão econômica da indústria do município seja subestimada.

Tais formas urbanas, contudo, foram sendo moldadas paralelamente ao próprio crescimento industrial. Assim, se observarmos os Mapas 2 e 3 veremos que em 1965, a malha urbana de Sombrio era muito reduzida e havia - neste pré-estágio de inserção da indústria calçadista no mercado de exportação -, um equilíbrio numérico entre as atividades industriais localizadas no perímetro urbano e na área rural. As indústrias já apareciam dispersas pelo tecido urbano, não sendo possível diferenciar o uso industrial do residencial. A aglomeração de ramos industriais em parcelas do perímetro urbano, como a de indústrias de calçados no centro da cidade refletem, a prévia propriedade do terreno, mesmo antes daquela parcela de solo tornar-se urbana. Neste contexto, não há uma escolha de localização industrial propriamente dita, ela impôs-se através da prévia propriedade dos lotes.

As indústrias de alimentos, de cerâmica e de madeiras concentravam-se basicamente na área rural. Não poderia ser diferente, pois, nesse tempo predominavam as indústrias produtoras de polvilho, farinha de mandioca e até refino de açúcar que, como vimos, evoluíram de atividade artesanal para a industrial. A localização industrial foi produto e não escolha de um "ótimo" econômico locacional.

A indústria cerâmica localizou-se vinculada às vantagens de proximidade da matéria-prima, ao menos, nas décadas anteriores. Hoje, permanece a forma e a localização, não obstante parte muito expressiva da lavra já não ocorra no interior do próprio município. A indústria de madeira, ao mudar pela escassez de matéria-prima (fator que determinou a localização das serrarias nas diversas comunidades rurais) também migrou para o espaço urbano, escolhendo sua localização pela facilidade de acesso (BR-101) para receber matérias-primas e escoar a produção.

Parte considerável de empresas situavam-se em Santa Rosa do Sul, então distrito de Sombrio, em 1965. Com a emancipação política, contudo, houve uma perda pouco expressiva de unidades industriais visto que, entre a década de 1960 e 1988 (emancipação), várias indústrias já haviam migrado para o centro urbano (caso das serrarias que ainda mantiveram-se em atividade), ou já haviam desaparecido, como no caso de várias fecularias e indústrias de farinha de

mandioca, em decorrência das alterações do perfil das indústrias de alimentos, já expressas anteriormente.

Apesar de muitas das localizações terem se concretizado a partir de outros fatores que não a escolha para o uso industrial já se configura, nos mapas de 1965, a importância da proximidade com o eixo principal de circulação: a BR-101. De lá para cá, esta posição privilegiada atraiu maior número de unidades industriais, tanto o ramo calçadista como de vestuário e moveleiro.

Analisando as transformações expressas nos mapas de 1965 e 1999⁹⁶ podemos notar transformações profundas: a ampliação considerável da malha urbana, a redução da área total do município, o aumento no número e na dimensão das unidades industriais e a consolidação de novos segmentos produtivos.

O setor calçadista ampliou o número de iniciativas e dispersou-se pelo tecido urbano. Se em 1965 as empresas se aglutinavam no centro da cidade, onde ainda hoje permanecem as maiores e mais antigas empresas, houve uma clara descentralização, formando o que chamaríamos de três sub-centros industriais: Vila São José (onde se destacam, entre outras, a ASM e a Leves Calçados), Vila São Luiz/Parque das Avenidas (com Italianinho, Vudalfor e Coopercal) e Nova Guarita (às margens da BR-101). Neste último, predominam pequenas empresas, destinadas à facção calçadista, (como a Irmãos Arcenego e Icored Calçados).

No caso da Vila São José, a presença de um bairro inicialmente periférico, cujas instalações de unidades fabris tornou-se interessante devido à elevação do valor dos terrenos na área central, ainda entre o final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970. A ocupação do loteamento fez-se, mesclando usos industriais e residenciais que, se num primeiro momento caracterizavam moradias de renda mais baixa; com o crescimento da cidade, está sofrendo uma certa renovação,

⁹⁶ Como o último levantamento publicado pelo IBGE contendo o cadastro individual de empresas por município data de 1965, tivemos que utilizá-lo para mapear a localização e dimensão das unidades industriais da época. Após esta data o IBGE não publicou mais o cadastro por unidade e, a partir de 1985, nem os gerais de produção industrial para municípios de pequeno porte. Assim, só pudemos comparar os dados de 1965 com os de 1999, fornecidos pela Secretaria da Fazenda, o que gerou um hiato considerável, sobretudo se lembramos que entre os anos de 1980 e 1990 (ascensão e crise dos calçados), a indústria local passou por suas mais profundas alterações.

abrigo uma mescla de população de média e baixa renda, comércio e indústrias.

A Vila São Luís é produto de uma expansão do tecido urbano mais recente, a partir da década de 1980. Nela instalou-se parte considerável de operários que foram se aglutinando em torno das unidades calçadistas (muitas das quais não existem mais). Paralelamente, a urbanização da gleba do atual Parque das Avenidas, destinou a este loteamento uma população de renda mais elevada, não obstante também se misturem usos industriais, não só do ramo calçadista.

A Nova Guarita, por sua vez, é um bairro rural que vem sofrendo rápida transformação, abrigo várias iniciativas industriais de pequeno porte, não só do setor calçadista como de embalagens (Formatto), pré-moldados em cimento (Hormiggon), estamperia (Zangão) e madeira (Etério Madeiras). Sua localização privilegiada em relação a BR-101, está transformando-a em um subcentro industrial.

Já a ocupação no centro da cidade abrigo usos muito heterogêneos, pois concentra as formas resultantes de diversos momentos e funções econômicas da cidade. O quadrilátero representado pelas avenidas Getúlio Vargas, Nereu Ramos, Papa João XXIII e BR-101, concentram predominantemente as iniciativas ligadas à família Tiscoski (Geloko, Dani, Paraíso, etc.), cuja propriedade prévia do solo urbano permitiu a instalação das diversas unidades industriais, além de concentrarem uso residencial dos membros da família. Já iniciativas de menor porte, instaladas em geral, em pequenos galpões, encontram-se dispersas por todo o tecido urbano.

A alteração mais visível quanto aos tipos de indústrias, pode ser notada pela expansão da indústria da confecção. Por suas características, como já apontado, ela convive com o uso residencial (garagens, anexos), dispersando-se por toda a cidade. Contudo, podemos destacar o predomínio de três localizações principais: no centro da cidade, onde estão as primeiras empresas, o Bairro Januária e, especialmente, no entorno do Super Center Japonês.

O Bairro Januária estruturou-se como local de residência de população operária, que nos anos de 1980, encontrava colocação nas diversas unidades calçadistas. Com a crise, transformou-se em um bolsão de mão-de-obra ociosa. Paralelamente, ocorreu a construção do Super Center Japonês. Assim, a área

tornou-se rapidamente interessante do ponto de vista da localização de unidades de produção vestuaristas, pois, associa proximidade com o mercado consumidor (postos de vendas) com a disponibilidade de mão-de-obra.

As maiores transformações em termos de localização industrial entre 1965 e 1999, contudo, podem ser observadas no ramo de madeiras e móveis. No mapa de 1965, podemos perceber que as iniciativas do setor concentravam-se no meio rural, em especial em áreas pertencentes ao atual Município de Santa Rosa do Sul. As iniciativas registradas nesse período, segundo o IBGE, eram voltadas ao ramo de desdobramento e beneficiamento. De lá para cá, houve uma progressiva migração das empresas, que ao mudarem de perfil (evolução para indústrias de móveis, esquadrias, casas pré-fabricadas), instalaram-se progressivamente no perímetro urbano e ao longo da BR-101. Tais mudanças, conforme já apontamos, tem uma relação direta com o esgotamento das espécies nativas para corte.

Observando a localização da indústria de alimentos entre 1965 e 1999, podemos confirmar as transformações já descritas anteriormente. De um número bastante expressivo de iniciativas, concentradas, sobretudo na zona rural (fecularias, fábricas de farinha, etc.), podemos perceber uma redução no número de empresas, e sua concentração na área urbana (à exceção dos abatedouros de aves no Retiro da União e da Fecularia Geraldino Hahn, em Sanga da Toca, no limite com Araranguá). As duas maiores empresas do setor (Geloko e Q-Mexe) localizam-se às margens da BR-101.

A heterogeneidade de usos do solo na cidade de Sombrio e a dispersão locacional de quase todos os ramos industriais pelo tecido urbano, como podemos notar nos mapas, têm ao nosso ver, algumas causas que merecem ser destacadas:

- Uma dimensão populacional reduzida (em comparação com a maioria das cidades industriais) e uma fraca segregação nos usos do solo urbano. A maioria dos bairros da cidade e até o próprio centro comportam usos mistos, apresentando heterogeneidade de classes sociais, isto é, encontra-se, lado a lado, residências de alto, médio e baixo padrão, usos comerciais e industriais. Apenas nos loteamentos mais novos é que se pode notar, nitidamente, a segregação social no

- uso do solo urbano, como o loteamento Parque das Avenidas (classes média e alta) e Vila São Pedro (loteamento popular);
- A permanência das empresas mais tradicionais em suas plantas industriais originais. Tais empresas estão localizadas, hoje, na área central de maior valorização fundiária que, contudo não apresentam maiores problemas de acesso (restrição à circulação de cargas e/ou trânsito) que forcem seu deslocamento para áreas mais distantes e a inexistência de um plano diretor para o uso do solo urbano permite a coexistência de vários usos em uma mesma área.
 - As características de setores, como o calçadista e o vestuarista, que comportam iniciativas em pequenas áreas, aproveitando espaços residenciais (garagens, porões, cômodos), que passam a abrigar um duplo uso. Tal característica permite a permanência de instalações industriais em regiões predominantemente residenciais.
 - O próprio sítio urbano favorece a dispersão industrial, pois por ser muito plano, permite um rápido e fácil deslocamento da massa trabalhadora entre a residência e a indústria (a maioria dos trabalhadores se desloca de bicicleta, excetuando-se os moradores dos municípios vizinhos). Assim a escolha da localização industrial é pouco influenciada pela localização da mão-de-obra. Tal característica permite também um "espraiamento" do tecido urbano, ampliando a oferta de lotes urbanos adequados ao uso industrial.

4.1.1 Os Fluxos de Mão-de-Obra (Deslocamento Residência - Trabalho)

Como foi observado, o tecido urbano de Sombrio caracteriza-se pela heterogeneidade de usos e, seu sítio plano, favorece os deslocamentos da mão-de-obra, sem custos adicionais para as empresas, como o pagamento do vale-transporte, por exemplo.

Contudo, existem sem dúvida, áreas de concentração da classe operária, bem como políticas, no interior de algumas empresas, de seletividade do trabalhador por seu local de residência (além de outros fatores como a

experiência, formação, etc.). Para expressar tais fluxos, selecionamos as maiores empresas de cada ramo industrial⁹⁷ e verificamos o local de residência da totalidade de seus trabalhadores. O resultado encontra-se expresso nos Mapas 6 e 7.

A Geloko Sorvetes, com 221 funcionários foi a empresa que apresentou a maior diversidade na procedência de seus trabalhadores, destacando-se, contudo a Vila São José, o Bairro Januária e a Vila São Luiz como os principais bairros de residência da mão-de-obra. Contudo, a empresa emprega trabalhadores de municípios vizinhos (Santa Rosa do Sul, Balneário Gaivota e até Araranguá). Durante a entrevista, o diretor financeiro afirmou não ter qualquer importância o local de moradia para a contratação dos empregados.

Já não é o caso da Vudalfor. Segundo o proprietário da empresa, as contratações priorizam sempre a proximidade do trabalhador em relação à empresa. Segundo ele, o objetivo é "desenvolver o bairro", dando colocação à população do entorno. Além desta preocupação "social", podemos afirmar que a ampliação da jornada de trabalho diária é comum no ramo calçadista, fator que torna bastante interessante a proximidade entre residência-trabalho. Assim, a grande maioria dos trabalhadores da Vudalfor procede do próprio bairro onde está instalada a empresa ou em suas proximidades (Centro, Vila São Francisco e Parque das Avenidas). É neste entorno também que encontramos a residência de vários trabalhadores da terceirização de mão-de-obra.

A Coopercal, também incluída neste levantamento, atrai cooperados de áreas mais distantes, mas sempre com o predomínio da moradia nos bairros populares. Devido às suas características (a opção do trabalhador em aderir ao sistema cooperativista), ela expressa muito bem onde se localizam as maiores reservas de força de trabalho, e neste contexto, o Município de Balneário Gaivota coloca-se como local de mão-de-obra disponível, pois, no caso em questão, os custos de transporte recaem totalmente sobre o trabalhador. Logo, podemos perceber que, para muitas empresas, há uma política de evitar contratações de

⁹⁷ Nesta consulta, a empresa Ritmi (maior empregadora do ramo vestuarista) afirmou não ter o dado disponível, sendo substituída pela segunda maior empresa: a C&C/Sandra Mathas. No segmento madeireiro, a mesma justificativa foi apontada pela Madesol Madeiras, sendo substituída pela Móveis Moraes que ocupa, tal qual o caso anterior, o segundo lugar em volume de vendas e em pessoal ocupado.

áreas mais distantes, visto que, com a disponibilidade de trabalhadores desempregados, faz-se à opção pelos que representam menores custos de deslocamento.

A indústria do vestuário representada pela C&C/Sandra Malhas, por sua vez, recruta a mão-de-obra no Bairro Januária e no Centro. Neste caso, como a mão-de-obra é predominantemente feminina (82,3% na linha de produção) há a absorção de grande número de costureiras que até alguns anos atrás, não tinham ocupação remunerada e passaram a trabalhar para complementar o orçamento familiar. Já a procedência de trabalhadores de Araranguá e Criciúma se refere à mão-de-obra especializada (programação de máquinas) e atividades burocráticas.

A Móveis Moraes foi outra empresa que afirmou priorizar a contratação de trabalhadores do entorno. Assim observa-se o predomínio dos operários residentes na própria vila São José, em Nova Brasília e no bairro Januária.

No contexto da indústria cerâmica (ver Mapa 7), as vinculações com a área rural próxima são fortes, sobretudo nas ocupações que envolvem o trabalho nos fornos, que se realiza ininterruptamente, em três turnos. Além deste fato, é interessante para as empresas recrutar trabalhadores (em especial os mais jovens) residentes em pequenas propriedades rurais e que ainda mantém as condições mínimas de subsistência garantidas pelo cultivo da terra. Contudo, o desemprego que caracterizou a cidade nos últimos anos e auxiliou no achatamento dos salários, permitiu a absorção de trabalhadores urbanos, aproveitados pela proximidade (bairros operários de São José, Nova Brasília e Januária). Do centro procedem os funcionários de escritório e os membros da família com cargos diretivos na empresa.

As considerações acima nos permitem concluir que, não obstante a convivência de usos diversos no espaço da cidade, dos anos de 1980 para cá ela começou a imprimir de modo mais claro a segregação social na forma urbana. Em primeiro lugar, a transformação da Vila São José em bairro operário industrial. Posteriormente, a ocupação do solo na porção oeste da BR-101, com a formação dos loteamentos Nova Brasília e Januária, que abrigam predominantemente trabalhadores industriais.

Por outro lado, a proximidade do centro e os investimentos em infraestrutura valorizaram diferencialmente o Parque das Avenidas, apesar dele conter

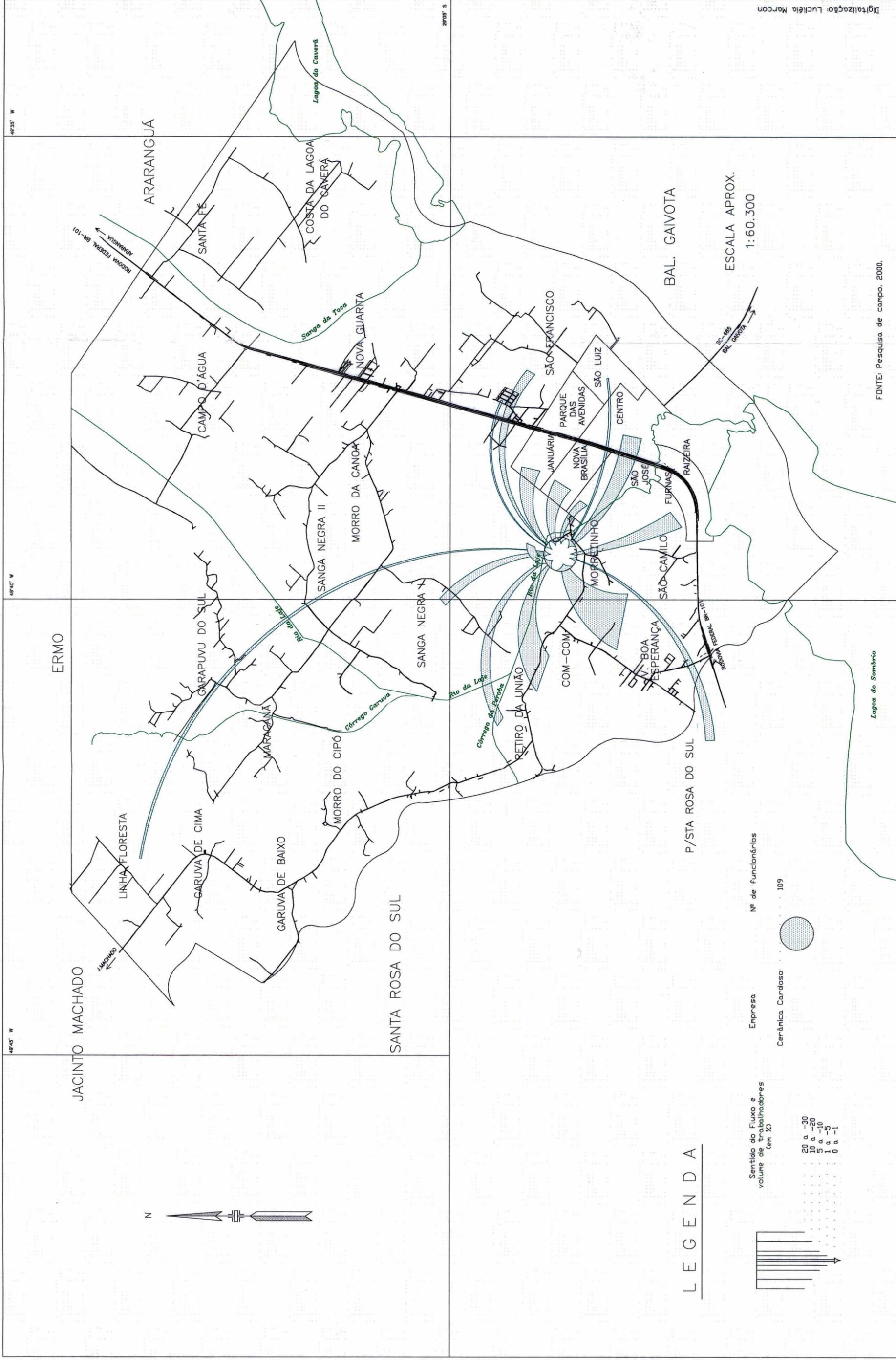
usos industriais e população operária, especialmente nos lotes mais distantes. Mais recentemente, a ocupação de glebas rurais na porção nordeste, gerou a fixação da população mais carente na chamada Vila São Francisco, que também é local de moradia da mão-de-obra disponível para a indústria. Já o loteamento São Pedro é resultado de programas de habitação popular e caracteriza-se pela exclusividade residencial de população de baixa renda, igualmente aproveitada pelas empresas locais.

Fora do perímetro urbano, a ocupação industrial ao longo da BR-101, que se ao sul encontra como fator limitante um relevo íngreme (furnas) e a lagoa do Sombrio têm condições de se expandir com facilidade para o norte, incorporando ao uso industrial a localidade de Nova Guarita.

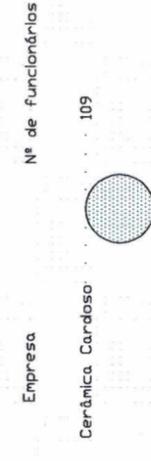
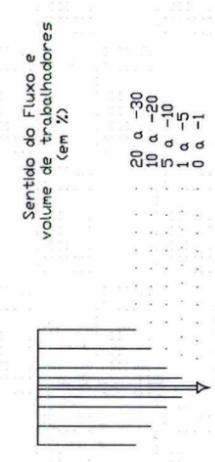
Os depósitos de argila foram os fatores fundamentais para a fixação de empresas cerâmicas no Retiro da União, Vila Boa Esperança, Com-com e Morretinho (entre outros). Criou também nestas áreas bolsões de mão-de-obra industrial, que mesclam famílias envolvidas com a produção agrária e subordinadas ao trabalho industrial.

PROCEDÊNCIA DA MÃO-DE-OBRA DA MAIOR INDÚSTRIA CERÂMICA DE SOMBRIO - 2000

MAPA
07



LEGENDA



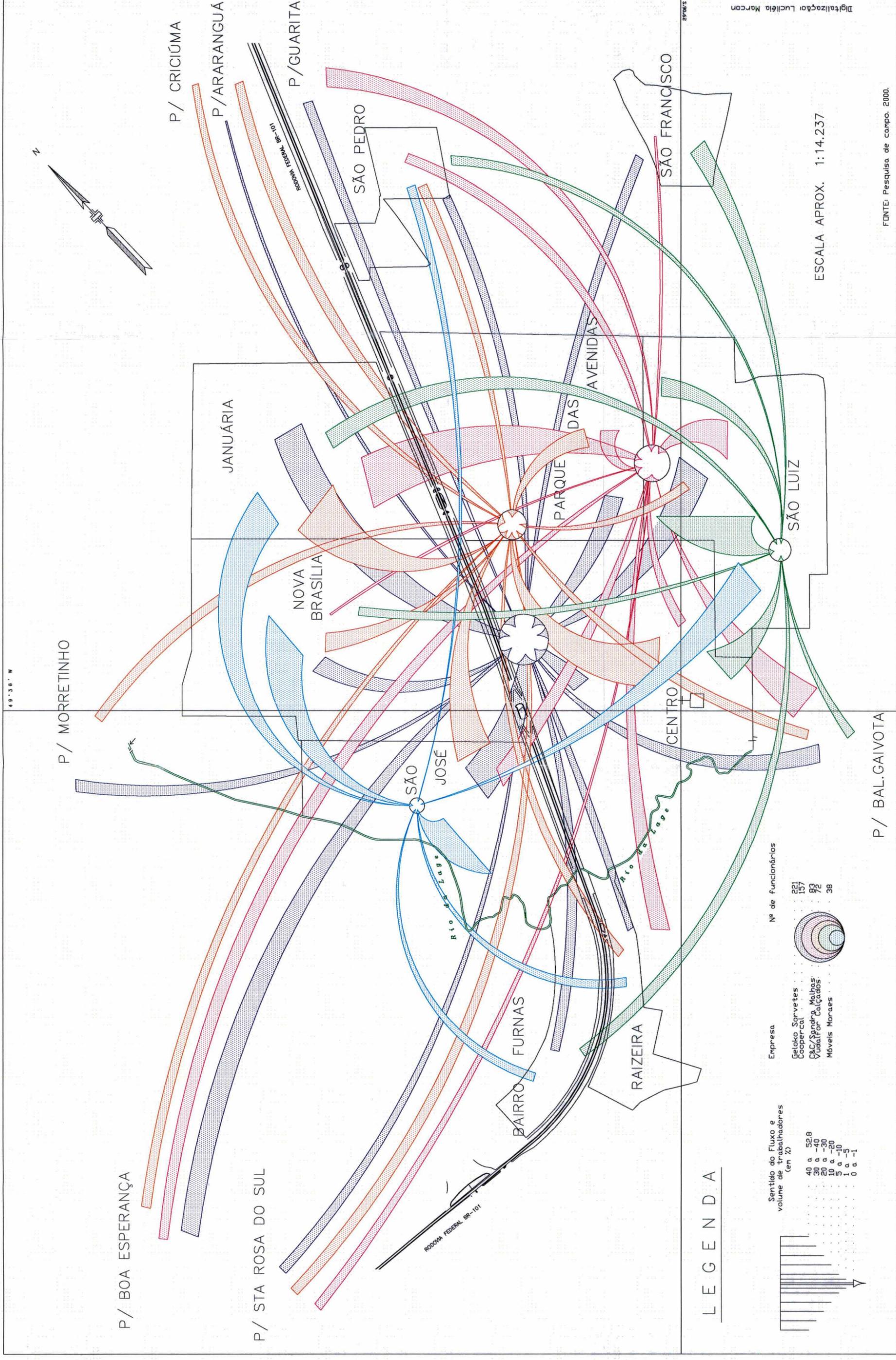
FONTE: Pesquisa de campo, 2000.

Lagoas do Sombrío

Digitalização: Lucileia Marcon

PROCEDÊNCIA DA MÃO-DE-OBRA DAS MAIORES INDÚSTRIAS DE SOMBRIO - 2000 (PERÍMETRO URBANO)

MAPA
06



LEGENDA

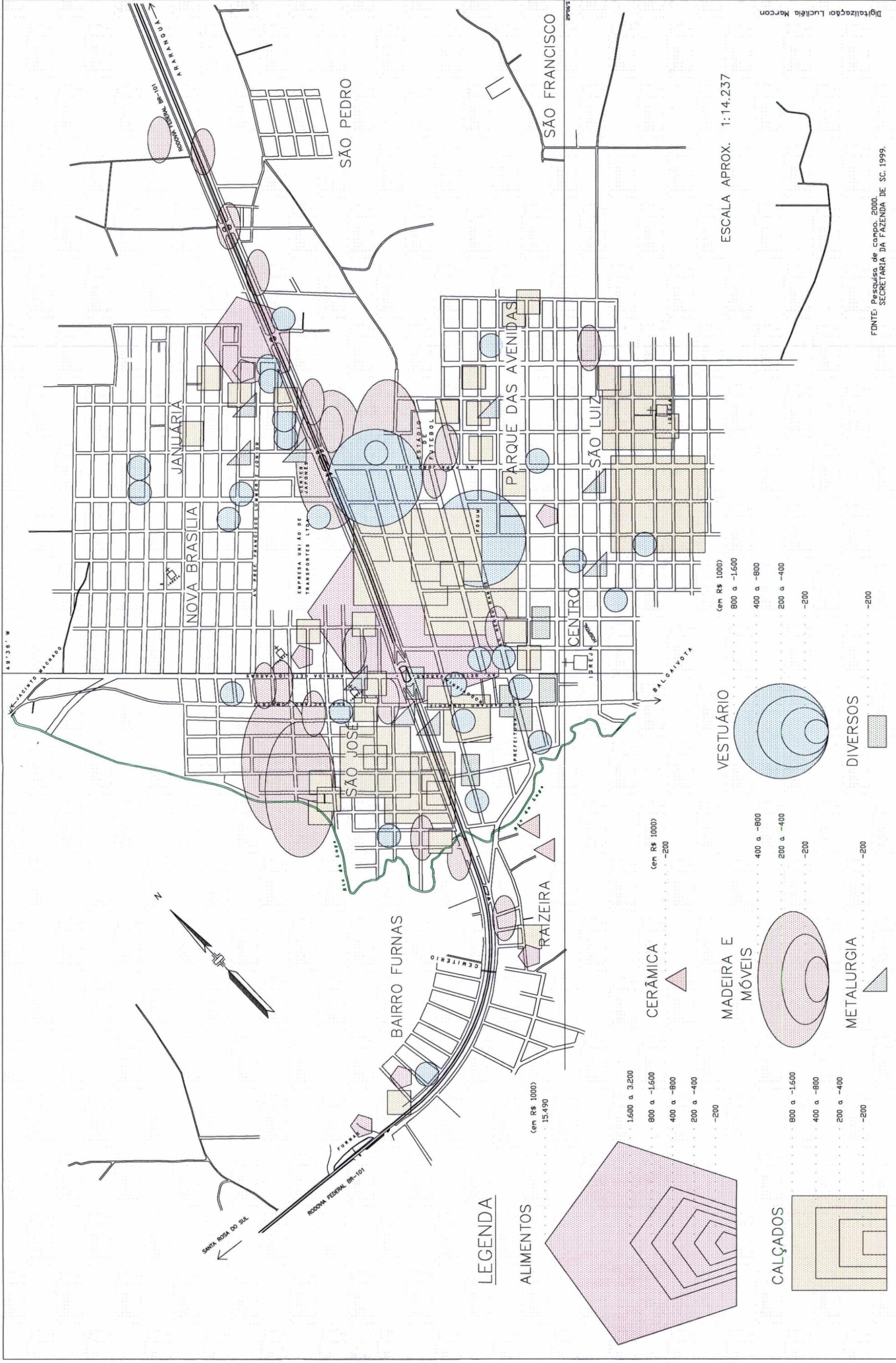
ESCALA APROX. 1:14.237

FONTE: Pesquisa de campo, 2000.

Digitização: Lucileia Marcon

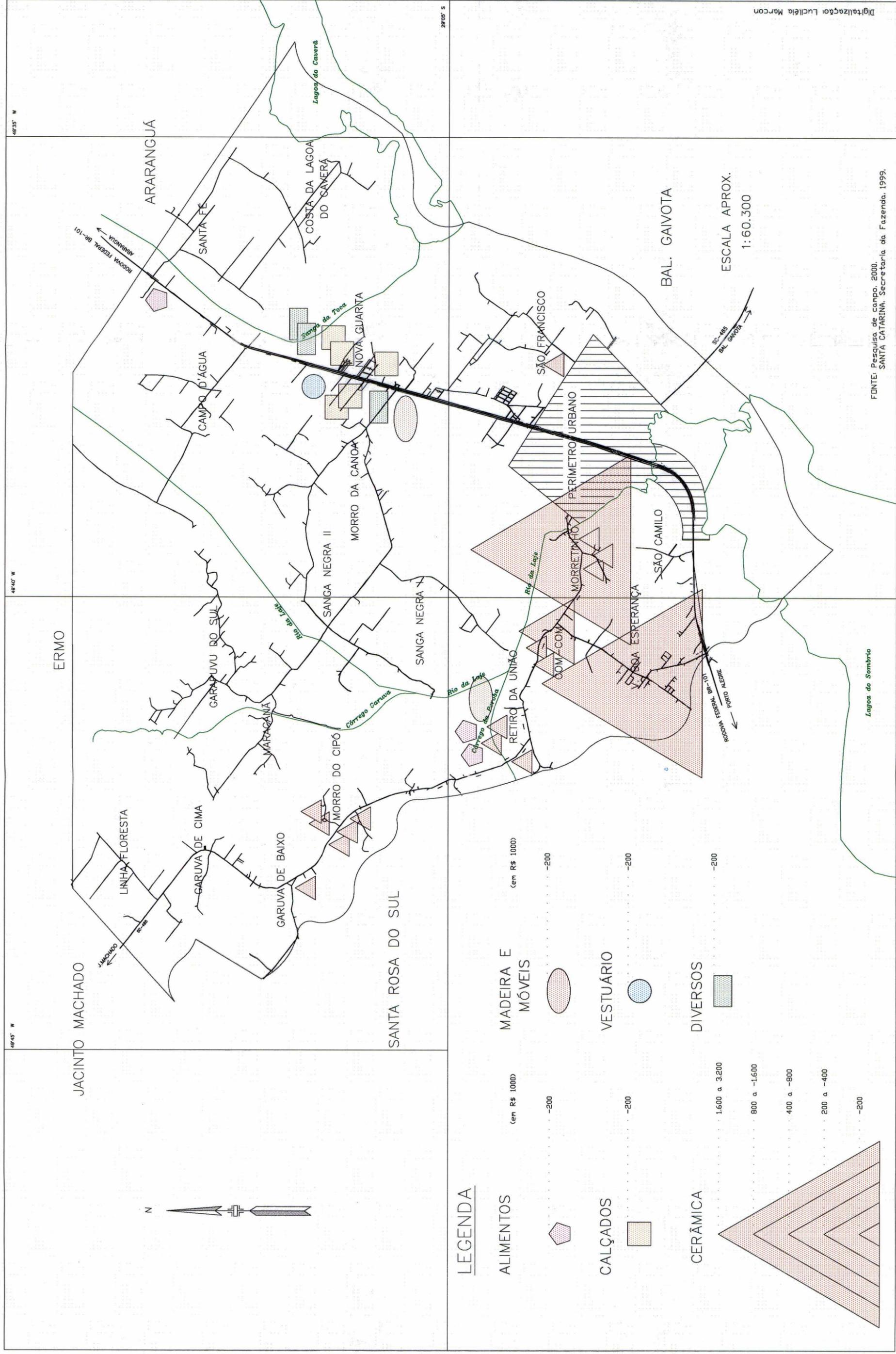
SOMBRIO - LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL POR VOLUME DE VENDAS - 1999 (PERÍMETRO URBANO)

MAPA
05



SOMBRIO - LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL POR VOLUME DE VENDAS - 1999 (EXCETO PERÍMETRO URBANO)

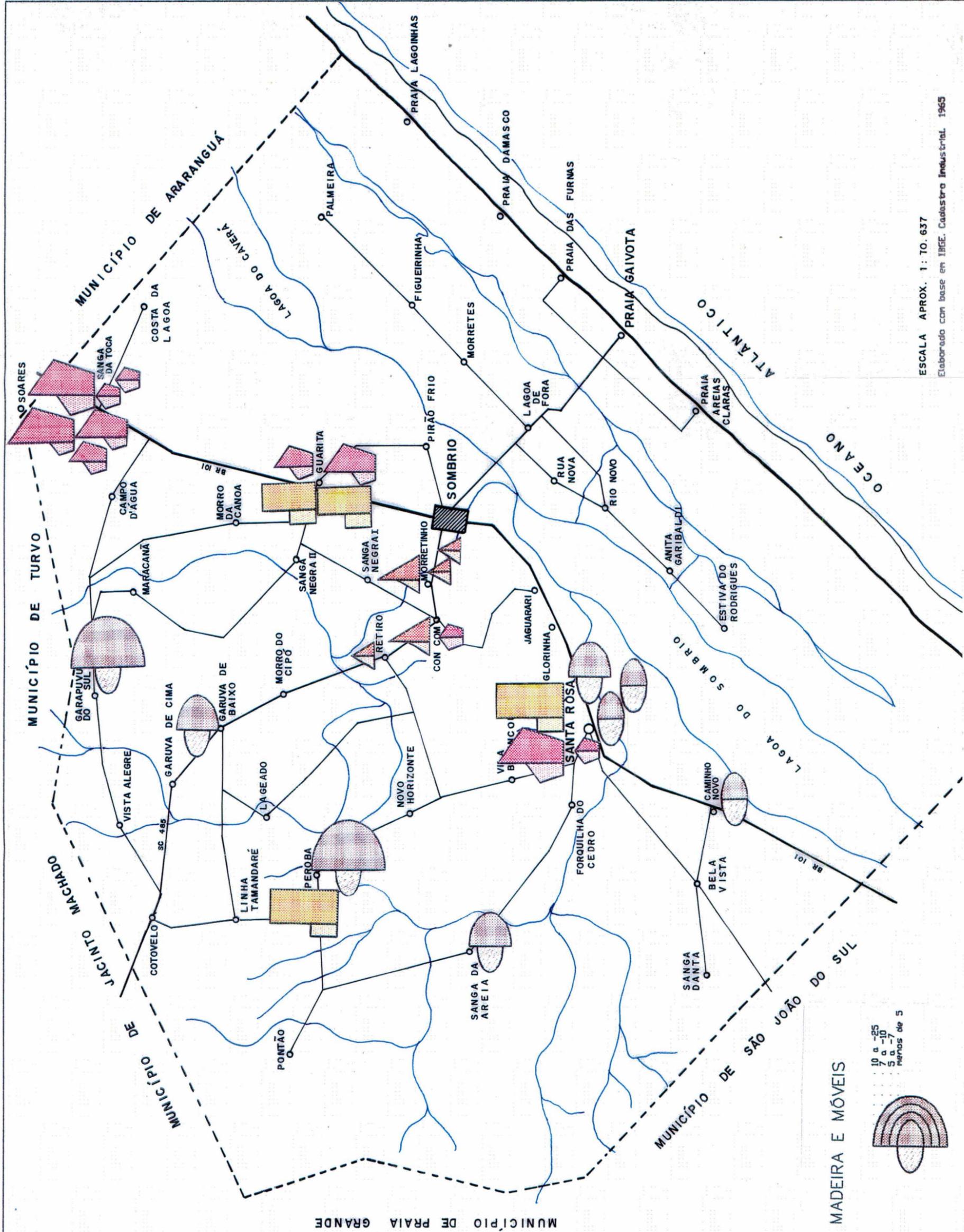
MAPA
04



SOMBRIO - LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL - 1965

-POR PESSOAL OCUPADO E VALOR DE VENDAS- (EXCETO PERÍMETRO URBANO)

MAPA
03



LEGENDA

INDUSTRIALIZAÇÃO	VALOR DA PRODUÇÃO (NCR-10000)	PESSOAL OCUPADO
	10 a -25	5 a 9
	7 a -10	1 a 4
	5 a -7	
	menos de 5	
	10 a -25	1 a 4
	7 a -10	
	5 a -7	
	menos de 5	
	10 a -25	1 a 4
	7 a -10	
	5 a -7	
	menos de 5	

MADEIRA E MÓVEIS

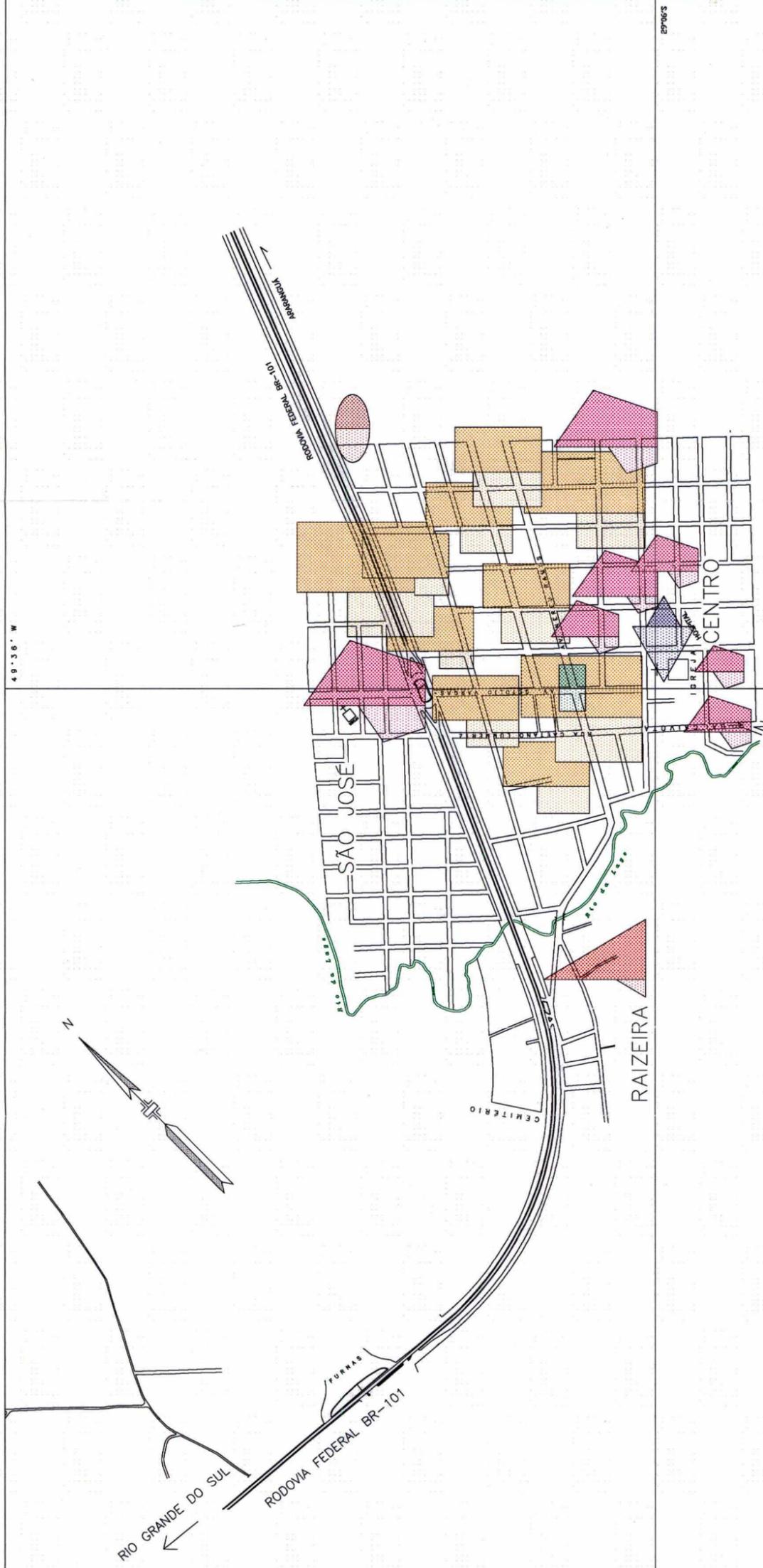


ESCALA APROX. 1 : TO. 637
Elaborado com base em IBGE. Cadastro Industrial. 1965

SOMBRIO - LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL - 1965

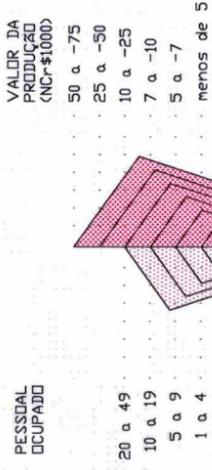
-POR PESSOAL OCUPADO E VALOR DE VENDAS- (PERÍMETRO URBANO)

MAPA
02

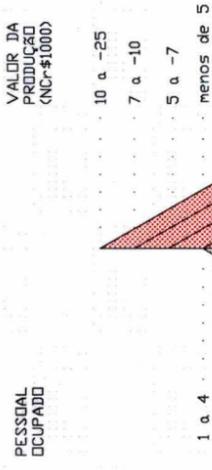


LEGENDA

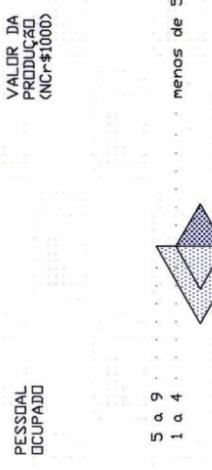
ALIMENTOS



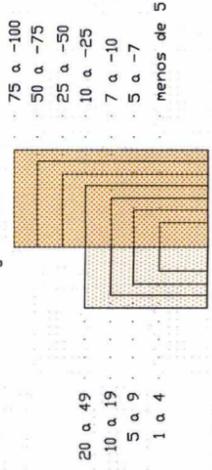
CERÂMICA



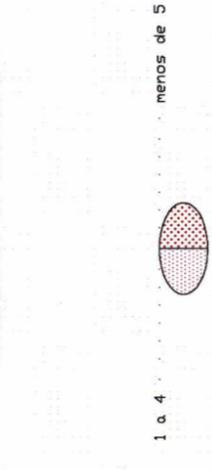
PAPEL E PAPELÃO



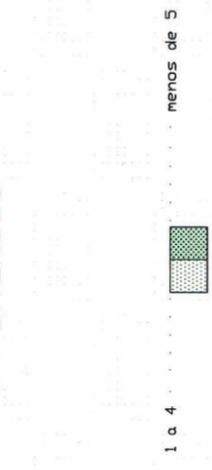
CALÇADOS



MADEIRA E MÓVEIS



DIVERSOS



ESCALA APROX. 1:14.237

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos estudos sobre espaço e indústria na geografia brasileira, enfoca os centros de maior relevo que se consolidaram enquanto pólos ou, no máximo, aglomerações industriais. Nestes estudos, o papel das **pequenas cidades inseridas na economia industrial** fica relegado a um segundo plano, sendo caracterizadas, via de regra, como apêndices dos centros maiores e numa posição de exclusiva dependência e subordinação.

Contudo, será que tal concepção dá conta de compreender toda a gama de especificidades presentes nestes locais? Ou melhor dizendo, será que esta visão reconhece a existência destas especificidades?

Aos nos envolvermos com o estudo industrialização em Sombrio, percebemos que compreendê-la somente como reflexo da consolidação do pólo de Criciúma ou mesmo de Novo Hamburgo, no ramo calçadista, não esgotava simplesmente a questão. Foi necessário buscar o que lhe é interno e único, para decifrar então suas respostas às designações gerais.

Neste contexto, percebemos que a inserção da economia do extremo sul de Santa Catarina deu-se muito antes de sua efetiva ocupação. Ela integrou-se como fornecedora de indígenas, como ponto de passagem e como produtora de excedentes agrícolas no interior da economia colonial. Mas é a partir da ocupação com as pequenas propriedades, fossem estas de origem açoriana ou colonial européia, é que a produção de excedentes torna-se mais expressiva permitindo o início de um processo de acumulação que forneceu as bases para a industrialização. Até então, o Extremo Sul catarinense apresentava melhores condições de evoluir para uma economia manufatureira que a região colonial sul (colônia de Urussanga e arredores), pois sua integração econômica já era bem mais avançada, produto de sua posição geográfica mais litorânea e de verdadeiro corredor de passagem entre o mar e a Serra Geral.

Contudo, já no início deste século, é a região tipicamente colonial que se insere de forma definitiva na economia nacional, com a exploração de carvão. No período recessivo do 3º Ciclo Longo (1920-1948) é que, se dá a consolidação do

processo industrial e o sul catarinense recebe incentivo. A partir deste momento o extremo sul é relegado a uma posição periférica, permanecendo em compasso de espera até o momento de integrar-se à economia capitalista industrial, em meados dos anos de 1970, com a exportação de calçados.

Porém, ao longo deste período as iniciativas locais foram surgindo e se fortalecendo. A acumulação propiciada pela pequena produção mercantil encontrou condições para evoluir, gerando as primeiras iniciativas manufatureiras. Elas foram fundamentais para tornarem Sombrio um espaço apto a ser incorporado pela divisão territorial do trabalho.

Assim, a transformação de Sombrio em centro calçadista de exportação comandada pelo pólo de Novo Hamburgo e em consonância com a participação brasileira nos mercados de exportação de calçados para os países centrais, não poderia ser interpretada como resultado **exclusivo** das designações externas. Sua incorporação ocorreu pela presença de condições locais, lentamente consolidadas ao longo do passado histórico e que, sobretudo, sustentaram a economia local, mesmo no momento em que seu papel de economia periférica é colocado em xeque.

Assim, se a pequena indústria de calçado existente até meados dos anos de 1970 de inserção regional, é catapultada a empresa de maior porte, produzindo mais de 100 mil pares/dia em atendimento aos interesses do mercado de exportação, ela também se transforma, a partir da crise instalada nos anos de 1990 e retorna ao mercado interno ou busca, ainda em Sombrio, migrar para novos ramos industriais que apresentam conjunturas mais positivas.

Esta capacidade de permanência é que demonstrou a vitalidade dos capitais que foram forjados localmente. A industrialização ali efetivada se, obviamente, responde a designações gerais da economia nacional e global, adapta-se às condições conjunturais de forma a garantir sua manutenção e expansão.

Esta característica fundamental presente em Sombrio e talvez também, em um número muito expressivo de pequenas cidades inseridas na formação social do sul colonial brasileiro, expressou-se na análise dos principais ramos industriais existentes no município.

Na indústria de alimentos, com sua transformação de beneficiadora de produtos agrícolas para a maior produtora de sorvetes em Santa Catarina. No ramo cerâmico, por ter evoluído de pequenas olarias artesanais para uma produção competitiva em termos regionais, aproveitando-se inclusive das vantagens que a proximidade do pólo de cerâmica branca de Criciúma lhe pode propiciar em termos de máquinas, matérias-primas e até investimentos estatais. Nas transformações do ramo de madeiras e móveis, que surge aproveitando as condições naturais na exploração e beneficiamento da madeira e evolui, para a produção de móveis em série. Todos são exemplos de que a industrialização em Sombrio permanece e continua evoluindo, buscando novas articulações.

Contudo, pela dimensão e o papel que desempenhou na consolidação do centro industrial local é que a indústria calçadista mereceu uma análise um pouco mais aprofundada. Do momento de expansão para o de crise, o que mais chama a atenção é a capacidade de adaptação a um cenário de perspectivas negativas. Apesar do choque decorrente da redução das exportações, as iniciativas locais permanecem sobrevivendo e, em alguns casos crescendo, voltando às suas origens de centro produtor voltado para o mercado interno.

Mesmo no ramo vestuarista, o papel de Sombrio não é o mesmo das pequenas cidades integradas ao pólo da confecção de Criciúma. Aqui predominam as iniciativas locais, com pequena expressão das atividades faccionistas frente as confeccionistas. Tais confecções locais, apesar do pequeno porte, estão integradas em um centro comercial próprio, que se aproveita do fluxo gerado pela economia de aglomeração comandada por Criciúma.

O relevo dado a estes aspectos, contudo não nos deve levar ao erro oposto, interpretando a industrialização local como totalmente autônoma ou até mesmo maior do que verdadeiramente é. A indústria de Sombrio é de pequeno porte e de inserção regional destinada, basicamente, aos bens de consumo, com pequeno capital e elevado grau de exploração da mão-de-obra. Também se desenvolveu nos ramos em que se apresentavam determinantes positivos, as matérias-primas na indústria cerâmica e na origem do ramo madeireiro, a presença de uma tradição artesanal no caso dos calçados ou a proximidade do pólo vestuarista de Araranguá e Criciúma.

Sobre este aspecto, é importante destacar que as estratégias de expansão e sobrevivência recaíram, sobretudo, no tensionamento da relação entre capital e trabalho. Neste contexto, a transição da economia fordista/taylorista para o modelo japonês, foi absorvida em Sombrio via encrudescimento das relações capitalXtrabalho, expressas na redução da oferta de vagas, no achatamento dos salários e nas relações de subcontratação.

Assim, a trajetória da indústria em Sombrio nos dá pistas de que o papel das cidades de pequeno porte, inseridas na economia industrial no sul brasileiro, carrega também especificidades. Se, como demonstrou Mamigonian, temos no sul do Brasil uma industrialização original, construída a partir de respostas únicas às designações emanadas pelo centro, pode ter também respostas diferentes no interior dos eixos industriais que se estruturaram em Santa Catarina, fazendo-nos perceber que as relações não podem ser percebidas apenas como de subordinação. Ao nosso ver, a análise da industrialização de Sombrio contribui como um indicativo de que as pequenas cidades têm mais vitalidade e autonomia do que normalmente estamos acostumados a enxergar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE. 1º Seminário dos municípios do extremo sul catarinense. Sombrio: 1984. 74p.

BALDISSEROTTO, Maria Helena Giustina. **O processo de industrialização em Caxias do Sul (RS) e suas implicações espaciais (1875-1930)**. Florianópolis: UFSC, 1995. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**. Edição comemorativa. Florianópolis: FIESC/CNI, 1988.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC / Fundação Catarinense de Cultura, 1991.

CARLOS, Ana Fani A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton et al. **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993. p.303-9.

CASAGRANDE, Nelson Granemann. **A gestão da informação como estratégia de acesso ao Mercosul pelas pequenas empresas de Santa Catarina: um diagnóstico do setor calçadista**. Florianópolis, UFSC, 1999. Dissertação de Mestrado, Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina.

CHARDONNET, Jean. **Géographie Industrielle - L'industrie**. Tome 2. Paris: Sirey, 1965.

CORRÊA FILHO, Virgílio. Considerações acerca de sesmarias. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 153, p.482-96, nov./dez., 1953.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios, n. 53).

-----, **O espaço urbano**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios, nº 174)

-----, Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORRÊA, R. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Sombrio - 85 anos. Natureza, história e cultura**. Sombrio: Ed. do autor, 2000.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA. **Região Sul em dados**. Florianópolis, 1993. vol. 1.

-----, **Santa Catarina em dados**. Florianópolis, 1998. V. 9.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. **Rev. Geosul**, Florianópolis, ano III, n. 05, p.07-40, 1º sem., 1988.

GOULARTI FILHO, Alcides. **A inserção da indústria do vestuário na economia do sul de Santa Catarina**. Florianópolis, UFSC, 1995. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

----- . A indústria cerâmica do sul catarinense: participação estatal, rupturas tecnológicas e mercado externo. *Rev. Geosul*, Florianópolis, v. 12, n. 24, p.69-76, jul./dez., 1997.

HADLICH, Gisele et al. Caracterização do meio rural de Sombrio. In: SCHEIBE, L. F. & PELLERIN, J. (Org.). **Qualidade ambiental de municípios de Santa Catarina: o Município de Sombrio**. Florianópolis: FEPEMA, 1997. p.61-94.

HOBOLD, Paulo. **A história de Araranguá. Reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930**. Porto Alegre: Palmarinca/Est., 1994.

HÜBENER, Laura M. **O comércio na cidade de Desterro no Século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico**. Rio de Janeiro, 1997.

----- . **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, 1970-1991.

KOSIK, Karel. **Dialética da totalidade concreta**. In: **Dialética do concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

LAPA, José Roberto A. (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LEME, Gladys Beatriz de Toledo da. **Indústria calçadista em Franca: trabalho informal infante-juvenil**. Franca: UNESP/Prefeitura Municipal, 1994.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Reestruturação industrial em Santa Catarina**. Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LUKÁCS, Georg. **O particular a luz do materialismo histórico**. In: **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KAESEMODEL, Maria Salete M. **A indústria moveleira de São Bento do Sul/SC**. Florianópolis, UFSC, 1990. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau**. *Rev. Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jul./set., 1965. p.63-155.

----- . Indústria. In: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: Gaplan, 1986.

-----, Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. *Rev. Geosul*, Florianópolis, n. 03, ano II, p.63-71, 1º sem., 1987.

-----, **Notas sobre as teorias da industrialização brasileira**. Florianópolis: mimeo, 1990. 28p.

-----, Teorias sobre a industrialização brasileira. In: BECKER, Berta. (Org.), **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

-----, Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Inácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1997. p.133-40.

-----, Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. *Rev. Geosul*, Florianópolis, n. 28, vol. 14, p.152-7, jul./dez., 1999.

-----, Indústria de Santa Catarina. In: **Santa Catarina: sociedade e natureza**. Relatório parcial do Projeto de Pesquisa. Florianópolis, 2000. [mimeo.], p.5-30.

-----, **A industrialização de Santa Catarina: passado e presente**. Curso ministrado no XII Encontro Nacional de Geógrafos, 17-20, jul., 2000b. Notas de Aula.

MANTEGA, Guido. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, J. Q. de (Org.). **História do marxismo no Brasil**. V. 2. Campinas: UNICAMP, 1995. p.101-23.

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia - Tratado introdutório**. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba (SC): de armação baleeira a porto carbonífero (da gênese a crise)**. Florianópolis, UFSC, 1999. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel – um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1997. p.6-16.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista e ao longe**. Florianópolis: UFSC, 1996.

PEREIRA, Juventino Januário. **Sombrio: sua origem, seu povo e tradição**. Canoas: La Salle, 1972.

PEREIRA, Raquel Maria F. do A. Relatório parcial de Pesquisa. In: **Santa Catarina: sociedade e natureza**. Projeto integrado de Pesquisa. Florianópolis, 2000. [mimeo.]. p.31-82.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PINHEIRO, Silvana Selingardi. **Relações de produção e de trabalho. Uma análise geográfica da indústria do vestuário, calçados e artefatos de tecidos em Rio Claro, SP, e suas vinculações espaciais.** Rio Claro, 1993. Dissertação de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade do Estado de São Paulo.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

-----, A história da dualidade brasileira. In: **Rev. de Economia Política**, São Paulo, v. 01, n. 04, p.5-34, out./dez., 1981.

-----, **Ciclo, tecnologia e crescimento.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Vol. 158. (Coleção Retratos do Brasil)

RAUD, Cécile. **Potencial e modalidades da industrialização difusa no Brasil.** **Rev. Geosul**, Florianópolis, UFSC, ano X, n. 19-20, p.76-99, 1º e 2ºsem., 1995.

REITZ, Pe Raulino. **Paróquia de Sombrio - ensaio de uma monografia paroquial.** Sombrio: Paróquia Santo Antônio de Pádua/OESC, 1988.

-----, **Cônego João Adão Reitz.** Biografia do primeiro vigário de Sombrio. Sombrio: [s.n.], 1988b.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações.** Florianópolis, UFSC, 1994. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências. Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de. **Evolução histórico-econômica de Santa Catarina.** Estudo das alterações estruturais. Século XVII-1960. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

-----, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e de Planejamento. **Atlas Escolar de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

-----, Secretaria da Fazenda. **Relatório das declarações de informação econômico-fiscais das empresas do setor secundário do Município de Sombrio.** Banco de Dados do Cadastro Tributário. Florianópolis, 1996-1999.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região Sul de Santa Catarina.** Florianópolis, UFSC, 1995. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

-----, **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHEIBE, Luiz Fernando. O município como geossistema: uma visão integradora. In: SCHEIBE, L. F. & PELLERIN, J. (Org). **Qualidade ambiental nos municípios de Santa Catarina: o Município de Sombrio.** Florianópolis: FEPEMA, 1997. p.135-42.

SILVA, Célia Maria E. **Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira**. Florianópolis: UFSC / Fundação Catarinense de Cultura, 1992.

----- . **Formação sócio-espacial de Sombrio: gênese e desenvolvimento**. In: SCHEIBE, L. F. & PELLERIN, J. (Org.). **Qualidade ambiental nos municípios de Santa Catarina: o Município de Sombrio**. Florianópolis: FEPEMA, 1997. p.15-27.

SILVA, Marcos Aurélio. **As origens da burguesia industrial e o tipo de evolução capitalista no nordeste catarinense (uma nota crítica)**. *Rev. Geosul*, Florianópolis, UFSC, v. 14, n. 28, p.101-11, jul./dez., 1999.

SILVA, Nivalva Maria Pereira. **Documento norteador do processo de desenvolvimento histórico, político e social do município de Sombrio**. Sombrio: Prefeitura Municipal, 1994.

SIMONSEN, Roberto. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: EDUSP, 1973.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Pensadores).

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TISCOSKI, Adolfo. **Tiscoski - Uma história de imigrantes**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1994.

VALERIM, Vera Regina. **A cura das almas. Padre João Reitz e a comunidade da Paróquia de Sombrio**. Florianópolis, UFSC, 1996. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil e outros estudos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 1, 1972.

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação social brasileira e geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Florianópolis, UFSC, 1992. Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina.